

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O ÊXODO RURAL EM COLORADO DO OESTE E AS IMPLICAÇÕES
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS
COLORADO DO OESTE**

NEIVA MOREIRA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O ÊXODO RURAL EM COLORADO DO OESTE E AS IMPLICAÇÕES
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS
COLORADO DO OESTE**

NEIVA MOREIRA

Sob a Orientação da Professora
Rosa Cristina Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Meio Ambiente**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Julho de 2010

304.820981

M835e

T

Moreira, Neiva, 1957-

O Êxodo Rural em Colorado do Oeste e as Implicações da educação ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia - Campus Colorado do Oeste - IFRO / Neiva Moreira - 2010.

156 f. : il.

Orientador: Rosa Cristina Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 84-95.

1. Migração rural-urbana - Brasil - Teses. 2. Proprietários de terras - Brasil - Teses. 3. Educação ambiental - Brasil - Teses. I. Monteiro, Rosa Cristina, 1955-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

NEIVA MOREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

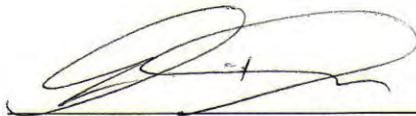
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14 de julho de 2010.



Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ



Nedda Garcia Rosa Mizuguchi, Dra. UFRRJ



Célia Regina da Silva Dias, Dra. Unv. Estácio de Sá

DEDICATÓRIA

A todos os que se colocaram à disposição de partilhar um pouco de sua história, para que fosse possível realizar esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos Coordenadores do Curso de Educação Agrícola do PPGEA pela oportunidade de poder realizar o trabalho que desejei.

À professora Rosa Cristina Monteiro, minha orientadora, pelos ensinamentos, apoio e colaboração na realização deste trabalho.

A todos que permaneceram do meu lado nos momentos difíceis.

RESUMO

MOREIRA, Neiva. **O Êxodo Rural em Colorado do Oeste e as Implicações da educação ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia - Campus Colorado do Oeste – IFRO**. 2010. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola), Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

A sobrevivência humana está ligada ao equilíbrio ambiental em que está inserida e os fatores considerados de ordem natural desequilibrados interferem na sua relação com a ordem sócio-econômica da região onde os problemas ocorrem. A região entre o Mato Grosso e Rondônia tem na agricultura e pecuária as principais alternativas econômicas, e as ações antrópicas ocorridas na região têm provocado modificações nos fatores de ordem natural. Os valores constituídos historicamente, os recursos financeiros individuais, tecnológicos e o desconhecimento têm determinado o ritmo com que a degradação tem ocorrido na região. O foco do estudo é o cone sul do Estado de Rondônia e o objetivo do trabalho foi determinar como os proprietários rurais que se instalaram na região no início da ocupação do Estado, observaram as modificações ocorridas no meio ambiente e como estas modificações influenciaram nos sentimentos de toponímia e desiderabilidade levando ao êxodo rural. Também se procurou verificar se a Instituição Federal de Ensino Agrícola instalada há 15 anos na região participou dos anseios desses pequenos proprietários com relação às mudanças ambientais na região. A metodologia utilizada para a obtenção da visão dos proprietários rurais quanto às questões ambientais na região foi entrevista previamente estruturada. Na pesquisa junto aos proprietários rurais foram analisados os perfis e selecionados para a entrevista aqueles mais antigos na região e que tivessem suas propriedades o mais próximo possível da Instituição de Ensino. Dentro da Instituição de Ensino, com os alunos provindos da zona rural foram realizados questionamentos sobre o envolvimento destes com os acontecimentos que ocorrem no entorno da Instituição. Verificou-se a dificuldade em definir o que é desenvolvimento e o que é degradação ambiental. Há um conhecimento sobre as questões ambientais e certa sensibilidade com relação ao tema, mas há também desconhecimento de informações que podem ser consideradas importantes no futuro próximo da região. Para os proprietários rurais do entorno da Instituição, durante todos estes anos que estão na região, modificações ambientais foram contornadas através da criatividade e da necessidade de continuarem a sobreviver no local. As questões ambientais não foram trabalhadas em conjunto com a Instituição de Ensino Agrícola Local, esta permanecendo desconhecida para a maioria dos entrevistados. Quanto às atividades dos alunos dentro da Instituição de Ensino não houve por parte da Instituição o cuidado de registrar as atividades que são realizadas por eles no cotidiano escolar, nem são avaliadas estas atividades realizadas enquanto Educação Ambiental ou não. Os conteúdos das disciplinas são os predeterminados pelo governo e não há preocupação com os conhecimentos que estes alunos trazem de sua vivência fora da Instituição. Aqueles que residem na região, independente de proprietários rurais ou alunos da escola esperam desenvolvimento, e isto significa mais emprego e aumento da qualidade de vida. Ficar ou não na região depende necessariamente da questão manutenção das famílias empregadas, mesmo que isto custe degradação ambiental ou deixar para trás tudo o que sonharam e construíram.

Palavras-chave: Êxodo rural, Proprietários rurais, Educação Ambiental.

ABSTRACT

MOREIRA, NEIVA. **The Rural Exodus in Colorado do Oeste (Rondonia State) and the Implications of the environmental education of Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondonia - Colorado do Oeste Campus– IFRO.** 2010. 156 pages. Dissertation (Master's degree in Agricultural Education), Agronomy Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

The human survival is tied to the environmental balance in which it is inserted and the factors considered of natural order interfere in its relationship with the socioeconomic order of the area where the problems happen. The area between Mato Grosso and Rondonia has in the agriculture and livestock its main economical alternatives, and anthropic actions occurring in the area have been causing changes in factors of natural order. Values historically constituted, financial, individual and technological resources and lack of knowledge have been determining the rhythm of degradation in the area. The focus of the study is the south cone of Rondonia State and the objective is to determine how the landowners who settled down in the area in the beginning of the occupation of the State have observed the changes happened in the course of time on the environment and how these changes might have influenced their toponymia feelings and desirability leading to rural exodus. Also, the study has tried to verify if Instituição Federal de Ensino Agrícola installed 15 years ago in the area participated on those small landowners' aspirations regarding environmental changes in the area. The methodology used for obtaining the landowners' vision as for the environmental matters in the area was an interview previously structured. The landowners selected for the interview were the oldest living in the area and closest to the Institution. At the Institution, students from the rural area were made inquiries about their involvement with the events happening in the Institution surroundings. It was found that there is a difficulty to say the difference between development and environmental degradation. There is certain knowledge about environmental matters and certain sensibility regarding the topic, however, there is also a mismatch of information which can be very relevant for the near future of the area. For the landowners surrounding the Institution, during all these years living in the area, the environmental changes were handled with creativity and due to the necessity of continuing to survive at the place. The environmental matters were not worked together with the Institution, this being ignored for most of the interviewees. As for the students' activities inside the Institution, no care was taken to register the activities accomplished by them in the daily school routine, nor are these activities assessed as Environmental Education or not. The curriculum is determined by the government in advance and there is no concern about previous knowledge students might bring from outside the Institution. Those who live in the area, landowners or students of the school, crave for development, and it means employment and better life quality. To stay or not in the area depends mainly on the maintenance of families employed, even if it costs environmental degradation or leaving behind everything they have dreamed and built.

Key-Words: Rural exodus, Landowners, Environmental Education.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos hectares comercializados nas últimas cinco décadas no Município de Colorado do Oeste.....	13
Tabela 2: Quantidade de transações realizadas com os lotes de terras de nº 31 a 50 no Município de Colorado do Oeste nos últimos 20 anos.	16

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da população de Colorado de 1991 a 2000 e estimativa para 2007.	7
Gráfico 2: População Rural do Município de Colorado do Oeste, no período de 1991 até a estimativa para 2007.....	7
Gráfico 3: Números da população de Colorado do Oeste por faixa etária e sexo -2006.....	7
Gráfico 4: Quantidade de hectare comercializado por década (1960 a 2009).....	14
Gráfico 5: Frequência de Comercialização de Hectares em relação à Quantidade total de Hectares que mudaram de Proprietários no Município de Colorado do Oeste-Ro, no período (1969-2009).....	14
Gráfico 6: Demonstração da Frequência de Comercialização de Terras no Município de Colorado do Oeste em relação ao período de 1960 a 2009.	15
Gráfico 7: Os Lotes individualizados e a Quantidade de hectares comercializados.	15
Gráfico 8: Quantidade de hectares comercializados por lotes do Município de Colorado do Oeste- Ro.	16
Gráfico 9: Porcentagem de transações realizadas com os lotes 31 a 35 e 42 a 50 nos últimos 20 anos.....	17

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Colorado do Oeste/Ro.	4
Figura 2: Região de Colorado do Oeste no início dos anos 70.	5
Figura 3: Região urbana de Colorado do Oeste (2009).	8
Figura 4: Degradação do meio ambiente no Município de Colorado do Oeste: curtume Independência; criação de porcos nas encostas dos rios e ação das madeiras (2009).	12
Figura 5: Proprietários rurais da região de Colorado do Oeste (entre 1970 e 1980).	13
Figura 6: IFRO – Campus Colorado do Oeste.	20
Figura 7: Aspecto das moradias na zona rural de Colorado do Oeste em 1970 e 2009.	22
Figura 8: trabalhadores da zona rural de Colorado do Oeste (1965-1970).	47
Figura 9: Transporte e armazenamento Agrícola de Colorado do Oeste (de 1965-1980).	48
Figura 10: Paisagem rural do município de Colorado do Oeste - 2009.	49
Figura 11: A reunião de vizinhos da zona rural do Município de Colorado do Oeste (70-80).	49
Figura 12: Aspectos de áreas de lazer das pequenas propriedades rurais. Fonte: Acervo de Neiva Moreira/2009.	50
Figura 13: Produção familiar na região do cone sul de Rondônia (entre 1970-1980).	51
Figura 14: Pesca nos rios da região (1970-1980).	52
Figura 15: Casas dos familiares de uma mesma propriedade na Zona Rural do Município de Colorado do Oeste (2009). Fonte: Acervo de Neiva Moreira/2009.	52
Figura 16: Fruta da região Amazônica conhecida como pente de macaco.	53
Figura 17: Aspecto da Biodiversidade da vegetação encontrada no Cone Sul de Rondônia (1970). Fonte: Acervo de Leandro Augusto.	54
Figura 18: Caça e presença de animais junto às moradias no Município de Colorado do Oeste. (anos 70). Fonte: Acervo de Leandro Augusto.	55
Figura 19: Presença da Arara azul na zona urbana da região do cone sul de Rondônia (2008)	57
Figura 20: Queimadas na região de Colorado do Oeste (1975). Fonte: Acervo Leandro Augusto.	58
Figura 21: INCRA, a polícia da Zona Rural no Município de Colorado do Oeste (anos 70).	59
Figura 22: Desmatamento da região do cone sul de Rondônia (entre 1970 e 1980).	60
Figura 23: Demonstração de derrubada da mata ciliar no início da colonização da região do sul de Rondônia (início dos anos 1970. Fonte: Acervo de Leandro Augusto.	60
Figura 24: Áreas de mata ciliar na zona rural do Município de Colorado do Oeste (2008). Fonte: IFRO Campus Colorado do Oeste.	62
Figura 25: Plantação de café e a produção de mandioca e banana do Município de Colorado do Oeste (1970-1980).	64
Figura 26: Estradas da zona rural do Município de Colorado do Oeste (1970-2008).	69
Figura 27: Presença de macaco no bosque do IFRO Campus Colorado do Oeste (2009).	79

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dados Sócio-Biográficos	6
Quadro 2: Síntese Demográfica	6
Quadro 3: Volume de Crédito Aplicado (Financiamento e Custeio).....	8
Quadro 4: Levantamento dos principais Produtos Agrícola do Município.....	8
Quadro 5: Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de área.	9
Quadro 6: Condições Agropecuárias do Município de Colorado do Oeste:	9
Quadro 7: Outras Produções Agrícolas.....	10
Quadro 8: Entidades Públicas ou Privadas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural:	11
Quadro 9: Organizações Sociais Rurais	17
Quadro 10: Cursos da EAF - Escola Agrotécnica Federal e a quantidade de Alunos matriculados em 2006.....	19
Quadro 11: Projetos Integrados de Colonização no Estado de Rondônia.....	67

ÍNDICE DE IMAGENS

- Imagem 1:** Imagem de Satélite do Estado de Rondônia e Região do Cone Sul onde se encontra localizado o Município de Colorado do Oeste..... 58
- Imagem 2:** Imagem de satélite da região do entorno do Município de Colorado do Oeste. ...59
- Imagem 3:** O entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste. Fonte: imagem Google/2008 68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I	3
1.1. Problemática	3
1.2. Objetivos.....	3
1.2.1. Objetivo Geral	3
1.2.2. Objetivos Específicos	3
1.3. Objeto da Pesquisa	3
1.3.1. Município de Colorado do Oeste.....	3
1.3.1.1. Aspectos históricos, sociais e econômicos.....	3
1.3.1.2. Dados Ligados a Produção Agropecuária do Município	8
1.3.1.3. Perfil do Meio Ambiente de Colorado do Oeste – IBGE, 2002.	11
1.3.1.4. Perfil do Produtor Rural.....	12
1.3.1.5. Cooperativas / Cooperados	17
1.3.2. Instituto Tecnológico de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste.....	18
1.3.2.1. Aspecto histórico do IFRO – Campus Colorado do Oeste	18
1.3.2.2. Organização Política Pedagógica.....	19
1.3.2.3. Aspectos Físicos	20
1.4. Problemas e Justificativas.....	21
2. CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1. Meio Ambiente	23
2.2. Percepção Ambiental.....	24
2.3. Percepção e Linguagem.....	28
2.4. Topofilia e Desiderabilidade	29
2.5. Educação Ambiental.....	31
3. CAPÍTULO III METODOLOGIA	38
3.1. Proprietários Rurais	38
3.1.1. Elaboração do instrumento para coleta de dados.....	38
3.1.2. Pré-teste do instrumento de coleta de dados.....	39
3.1.3. Instrumento definitivo da entrevista semi-estruturada	39
3.1.4. Aplicação da entrevista.....	39
3.2. Alunos do IFRO - Campus Colorado do Oeste	40
3.2.1. Elaboração do instrumento de coleta de dados: questionário.....	40
3.2.2. Pré-teste do instrumento de coleta de dados: questionário.....	40
3.2.3. Elaboração das questões do questionário definitivo.....	40
3.2.4. Aplicação do questionário	40
4. CAPÍTULO IV APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	41
4.1. Entrevistas com os Pequenos Produtores Rurais (Anexo 4).....	41
4.1.1. Questões de Desirabilidade:	42
4.1.1.1. Saúde:	42
4.1.1.2. Desmembramento da terra para os filhos.....	44
4.1.1.3. Perda do sentimento de propriedade	44
4.1.1.4. Trabalhadores da terra:	47
4.1.2. Topofilia	48
4.1.2.1. Clima:	48
4.1.2.2. Vida em comunidade:	49
4.1.2.3. Abundância:.....	51
4.1.2.4. Meio ambiente	54
4.1.2.5. Presença na ausência:.....	55

4.1.3. Questões Ambientais:.....	55
4.1.3.1. Caça:	55
4.1.3.2. Desmatamento	57
4.1.3.3. INCRA	59
4.1.3.4. Mata Ciliar	60
4.1.3.5. Animais Silvestres	62
4.1.3.6. Tipo de Plantação	63
4.1.3.7. Utilização de Agrotóxicos	64
4.1.3.8. Criação de animais.....	65
4.1.4. Educação	68
4.1.4.1. Entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste e as Questões Educacionais do Município.	68
4.1.4.2. Questões Educacionais:	69
4.1.5. Perspectiva para a região	71
4.2. Questionário Aplicado sobre as Questões Ambientais no Cotidiano Escolar.	72
4.2.1. Da identificação do professor dentro do contexto regional	72
4.2.2. Cotidiano da Vida Rural X cotidiano escolar	72
4.2.3. O desenvolvimento do entorno do IF-RO – Campus Colorado do Oeste.	73
4.2.4. Relação com as pessoas e os problemas da região.	74
4.2.5. A Educação Ambiental.....	75
4.2.6. Topofilia e Desiderabilidade.	81
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

Pensamento, sentimento, vontade de pensar a natureza e o homem nos dias atuais, passa por um caminhar de volta às nossas raízes e nesses passos encontrarmos com a natureza primeira, transportados pela produção cultural de uma comunidade, seu imaginário e sua percepção, só será possível se enveredarmos pelas trilhas de uma ciência do povo calcada na tradição, na memória e na realidade da existência, como também pela interpretação do que vemos. (Cascudo, 1971:26).

A necessidade de sentir segurança no futuro próximo passou a fazer parte da temática das grandes organizações internacionais, fazendo com que em nível nacional o tema tenha se transformado em uma onda de insegurança, por falta de regras claras e decisões judiciais sobre a competência administrativa dos municípios, Estados e União, quando o assunto é o meio ambiente.

Acostumado a ter um território amplo à sua disposição e com uma rica biodiversidade, chegando à noção de que os recursos cedidos por esta seriam inesgotáveis, o Brasil passa a sofrer pressão dos órgãos internacionais para que haja de imediato uma regulação na forma de usar seu patrimônio natural.

Apesar dos transtornos ambientais que muitos países vêm sofrendo, com as mudanças climáticas, os acontecimentos no Brasil, nesta área, ocorridos de forma isolada, não têm comprometido a vida cotidiana de todos os cidadãos, a ponto de mudar coletivamente a forma de olhar para o meio ambiente em que vivem. Desta forma os acidentes, naturais ou não, dentro de cada Estado não têm despertado a consciência necessária sobre as graves questões ambientais causadas pelo desmatamento desenfreado, queimadas, excesso de agrotóxicos e outros agentes.

A Amazônia está no centro das atenções sendo considerada ainda a referência para as questões ambientais, principalmente as que se referem ao desmatamento e à conservação dos mananciais de água doce.

As questões ambientais em nível global e nacional não deixaram impunes, também, a região do cone sul de Rondônia (composta pelos Municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Parecis), onde se encontra instalado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IF-RO) - Campus Colorado do Oeste. Passando por períodos de instabilidade climática e problemas com poluição hídrica e também as consequências da substituição indiscriminada da vegetação, utilização dos relevos naturais pela cultura da soja e pastos que chegam logo após as queimadas que ocorrem ininterruptamente nesta região.

As características encontradas na região são dadas pelo encontro do Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal, portanto peculiar e ímpar em termos de biodiversidade, mesmo assim, as questões ambientais têm sido pouco estudadas e nem o cuidado em relação à preservação tem sido questionada. Uma das consequências desta problemática ambiental é o êxodo rural e consequentemente “inchaço” das zonas urbanas.

O trabalho busca identificar, num primeiro momento, a percepção dos pequenos produtores em relação às questões ambientais e como isto interfere na sua relação com o meio levando ao êxodo rural. Num segundo momento, qual é a compreensão da realidade rural e suas implicações na vida pessoal e social de seus habitantes, avaliando a forma como o IF-RO - Campus Colorado do Oeste tem trabalhado a questão do sentimento a terra.

A hipótese é que o indivíduo que vive na zona rural está consciente, de que está vivendo um retorno ao passado, quando deixou sua terra natal devido aos problemas enfrentados com a chegada dos grandes agropecuaristas, e da degradação ambiental na região do entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste.

Os autores que fundamentam o desenvolvimento desta pesquisa, nas perspectivas sociológica, psicológica, ambiental e epistemológica, ressaltando a importância da relação entre os seres humanos e a sua relação com os outros seres e com o meio ambiente são: Basarab Nicolescu¹, Serge Moscovici², Humberto Maturana³, Michel Maffesoli⁴, Edgar Morin⁵, entre outros.

Com a finalidade de proporcionar coerência ao estudo e de acordo com a metodologia utilizada, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

Logo após a parte introdutória, inicia-se o capítulo I composto da problemática, relação dos objetivos do trabalho, descrição do objeto da pesquisa e a apresentação do problema conjuntamente com a justificativa para a realização do trabalho.

Compõe o capítulo II, a fundamentação teórica da pesquisa, através da análise dos estudos feitos na área ambiental e o comportamento humano. Essa análise foi composta pelos seguintes itens: meio ambiente; percepção ambiental; a percepção e a linguagem; topofilia⁶ e desiderabilidade⁷; e Educação Ambiental. A revisão bibliográfica procurou fundamentar a questão da percepção ambiental, da sensibilidade humana para com o mundo a sua volta, a questão ética, a questão moral da sociedade bem como a utilização dos conceitos dos autores selecionados para fundamentar o tema estudado.

No capítulo III, apresentam-se os procedimentos metodológicos, os quais são iniciados pela caracterização da pesquisa científica, a especificação do seu caráter qualitativo e a utilização, como base para o processo de coleta de dados utilizando questionário e entrevista. Em seguida é descrita a parte complementar da pesquisa, configurada pela identificação dos procedimentos de coleta e análise de dados, com foco no objetivo geral.

No capítulo IV, faz-se a apresentação dos resultados, ao mesmo tempo em que se realiza a análise descritiva e discussões destes de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa.

Por fim, a apresentação da conclusão.

1 Educação de transdisciplinaridade. Brasília: Edições UNESCO, 2000.

2 Natureza: Para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

3 A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

4 Elogio da razão sensível. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005

5 Os sete saberes necessários à educação do futuro. Brasília. UNESCO. Ed. Cortez. 2000.

6 —o ~~to~~ afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Diefel. 1980. 288p.

7 s.f. Qualidade daquilo que é desejável, ou pode-se utilizar o termo *desirabilidade*, derivado do inglês *desirability*, que significa desejo, vontade de possuir ou de gozar ou qualidade de desejável. ADDISON, Ester E. **A Percepção Ambiental da População do Município de Florianópolis em relação à cidade**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. 2003. Disponível em <http://www.pedagogia.incubadora.fapesp.br/>.

1. CAPÍTULO I

1.1. Problemática

Os dados sobre a diminuição população do Município de Colorado do Oeste (IBGE, 2006), fez com que surgisse a necessidade de compreender o êxodo rural da região, a percepção dos proprietários rurais sobre a realidade ambiental, a forma como as questões ambientais estão se desenvolvendo na região, assim como, a maneira as quais os profissionais da Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Rondônia (IFRO) - Campus Colorado do Oeste tratam a problemática vivida pelos proprietários do entorno dessa Instituição.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Avaliar a percepção ambiental dos pequenos proprietários rurais do entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste e sua relação com o êxodo rural e como se tem trabalhado a presença ou não desta problemática no contexto de ensino dessa Instituição de Ensino Agrícola Federal.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar a compreensão dos pequenos proprietários rurais sobre a questão ambiental ocorridas nas últimas décadas na região.
- Verificar o sentimento topofílico dos pequenos proprietários rurais de Colorado do Oeste em relação à região.
- Detectar se houve mudança na desiderabilidade dos pequenos proprietários rurais de Colorado do Oeste em relação à região.
- Contextualizar a problemática local em níveis mais abrangentes.
- Verificar se os problemas e a sua contextualização aparecem em foco na Educação Ambiental aplicada pelos profissionais de ensino da Instituição Federal de Ensino Agrícola.

1.3. Objeto da Pesquisa

O objeto de pesquisa é o ambiente rural visto sob a ótica dos proprietários rurais do entorno da IFRO Campus Colorado do Oeste e a contextualização na Educação Ambiental ministrada na Instituição em questão.

1.3.1. Município de Colorado do Oeste

1.3.1.1. Aspectos históricos, sociais e econômicos

Os dados sobre o Município, localizado no Cone Sul do Estado de Rondônia, na região Norte do Brasil foram cedidos pela Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste.

A partir da década de 50, observa-se que a região entre Rondônia e Mato Grosso passa a ter a presença dos gaúchos e dos paranaenses como os representantes do Sul do país que chegavam em grande quantidade para a fronteira agrícola do Norte do país.

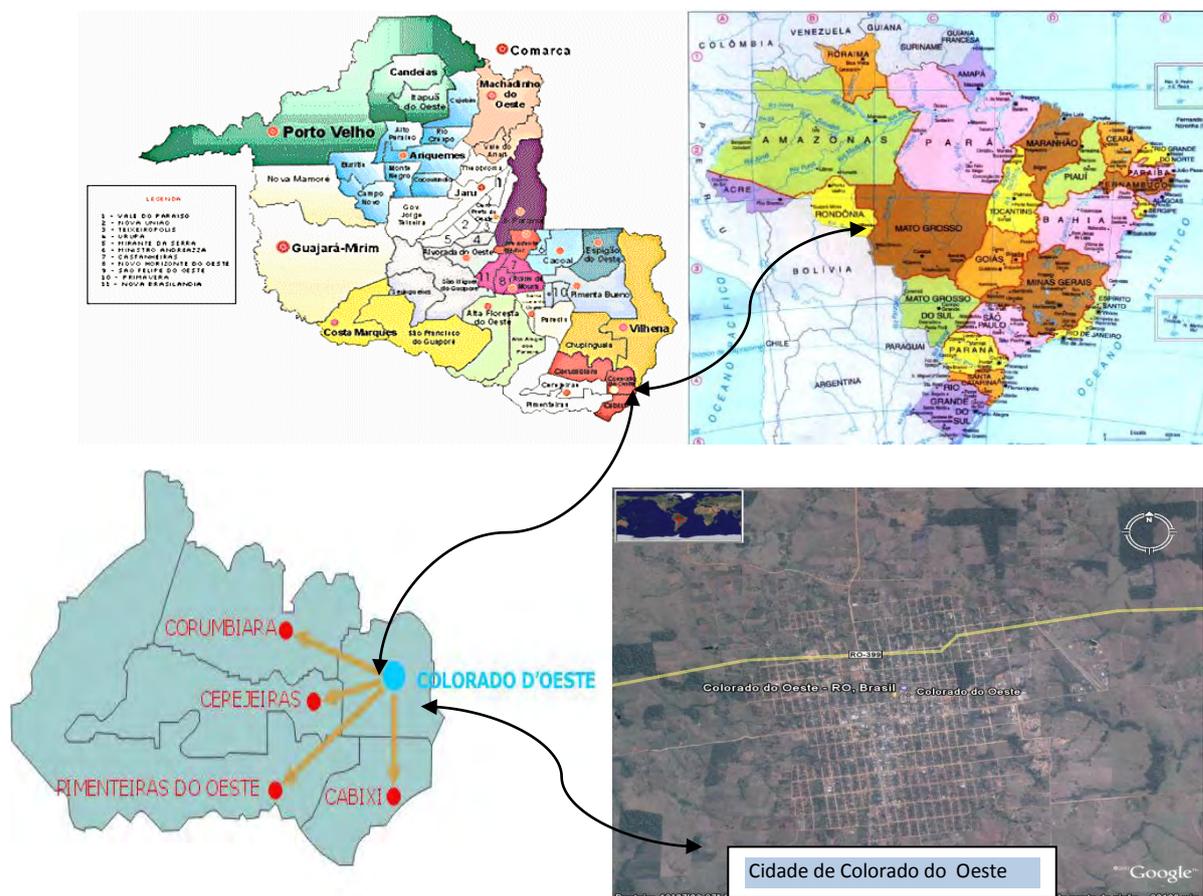


Figura 1: Localização do Município de Colorado do Oeste/Ro.

Fonte: Imagem, Google Earth/2008.

A fase de Eldorado do Cone Sul de Rondônia inicia se na década de 70, com a procura de maior quantidade de terras, a região de Colorado do Oeste recebe seus primeiros habitantes no ano de 1973, quando 36 colonos atraídos pela terra fértil e convidativa para a exploração agrícola, se fixaram na região. O solo vermelho, com florestas exuberantes apresentando plantas indicativas de solos férteis, também despertou o interesse de grupos, que se instalaram visando à disputa pela terra que ocorria entre o grupo Terra Rica S.A. e os colonos pioneiros.



Figura 2: Região de Colorado do Oeste no início dos anos 70.

Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

No início da década de 70, com o grande fluxo migratório a região compreendida entre a cidade de Vilhena e o Rio Guaporé foi ocupada desordenadamente por produtores, obrigando o INCRA/RO a implantar o (PIC) – Projeto Integrado de Colonização, depois denominado Paulo Assis Ribeiro pela Portaria nº. 1.480 de 04/10/1973. A partir de 1975 o Projeto Integrado de Colonização Colorado já estava implantado, inicia-se o assentamento na região que em 1979 contava com 4.500 famílias, com módulos fiscais agrícolas de aproximadamente 100 ha. IBGE (2008).

Com o nome de Colorado do Oeste foi criado o município, pela Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, com área desmembrada do Município de Vilhena (IBGE, 2007), contando com uma população estimada pelo IBGE/2007, para o ano de 2008, de 17.644, numa área de 1.451 Km² dentro do Estado de Rondônia.

Em 1983 foi empossado o primeiro Prefeito eleito, Sr. Marcos Donadon, com mandato que durou até o final de 1988, tendo sofrido intervenção Administrativa pelo Governo do Estado, no meado de sua gestão, retornando após e cumprindo o mandato em 31/12/1988. O segundo prefeito teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de Colorado do Oeste e o terceiro renunciou ao mandato. Somente a partir do quarto prefeito eleito houve a permanência destes até o final do mandato

O relevo da área urbana é ondulado, e na área rural são evidentes ondulações mais acentuadas, com serras e morros altos. A hidrografia é composta de micro-bacias formadas por inúmeros córregos e rios que compõem a bacia do rio Guaporé, que é navegável. O clima é quente tipo equatorial úmido, com temperatura média anual variando entre 36°C a 12°C. As maiores precipitações ocorrem nos meses de outubro a março.

O abastecimento de energia é feito por usinas que abastecem a área urbana de Colorado do Oeste, com extensão da rede para os municípios de Cabixi, Corumbiara e Cerejeiras.

O atendimento preventivo é feito na Rede Básica de Saúde, que consiste em 03 centros de saúde, que são pontos de apoio para os programas de combate às endemias, imunizações, Agentes Comunitários de Saúde e Núcleo de Educação em Saúde.

Apesar de não ter dados anteriores ou posteriores ao ano 2000 sobre os indicadores de habitação e saneamento o número de domicílios particulares é pequeno, somente 1/3 da população do município, e o número de habitações com acesso ao saneamento é de apenas 50%.

Observa-se um aumento de mais de 50% na receita do município de 2000 para 2005, o que não condiz com a realidade da perda da população e demonstra um ganho substancial em renda com o desaparecimento da população rural (Quadro 10, anexo I).

O número de escolas com ensino fundamental desativadas foi de 79 escolas, ou seja 94% das escolas da zona rural. Assim no ano de 2009 estavam em atividade apenas 05 (cinco) escolas rurais (SEMEC - Colorado do Oeste, 2009).

No ano 2000 a região do cone sul de Rondônia teve um aumento na sua taxa de homens presente na região, taxa que vai de 116,4 a 163,7%, sendo mais elevada na zona rural que continha 430 homens para cada 100 mulheres presente acima de 10 anos de idade. Atualmente a população da região pesquisada mantém certo equilíbrio quanto à presença de homens e mulheres (Quadro 7, Anexo I).

Quadro 1: Dados Sócio-Biográficos

Área	1.451 km ²
Densidade Demográfica	15,3 hab/km ²
Altitude da Sede	460 m
Ano de Instalação	1981
Distância da Capital do Estado	784 Km
Microrregião	Colorado do Oeste
Mesorregião	Leste Rondoniense

Fonte: PMC (Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste)

No Quadro 2, observa-se que a população do Município de Colorado do Oeste de 1991 a 2000 decresceu em 44%; de 2000 para 2007 a estimativa é de que foram perdidas 19,4% da população, ou seja, no total geral, de 1991 até 2007, 54,7% da população de Colorado deixou a cidade, destes 56,8% eram homens e 52,5% mulheres.

Quadro 2: Síntese Demográfica

ANO	1970	1980	1991	2000	2007
População Total	-	-	38.993	21.892	17.644
Masculina	-	-	20.480	11.140	8.838
Feminina	-	-	18.513	10.752	8.781
Urbana	-	-	15.295	14.576	12.592
Rural	-	-	23.698	7.316	5.052
Taxa de Urbanização	- %	- %	39,2%	66,6%	71,4%

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, 1970, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

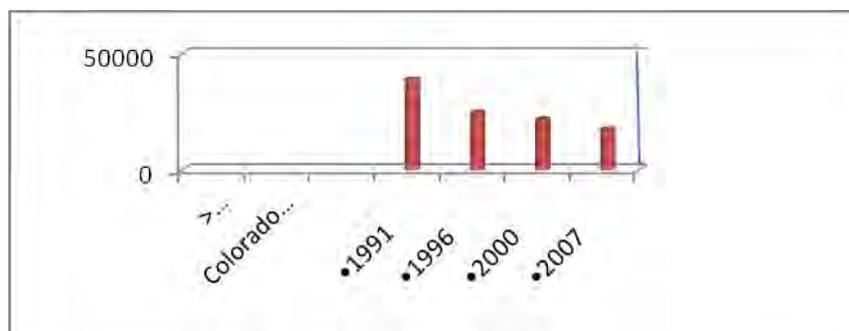
Em 1991, mais de 60% da população do Município vivia na Zona rural. de 1991 a 2000, 69% da população rural deixou o Município e de 2000 para 2007 saiu 31% da

população restante da década anterior, perfazendo um total de 79% da população rural que deixou o campo em 16 anos.

Foi projetado pelo IBGE, para 2007, um aumento da taxa de urbanização de 71,4% para o município, mesmo com a zona urbana perdendo habitantes na proporção de 17,6% de 1991 a 2007. Essa taxa crescente de urbanização está caracterizada pela perda populacional rural do município, elevando artificialmente (não pelo aumento da população na zona urbana, mas por decréscimo da população na zona rural) a taxa de urbanização de 39,2% em 1991 para 71,4% em 2007.

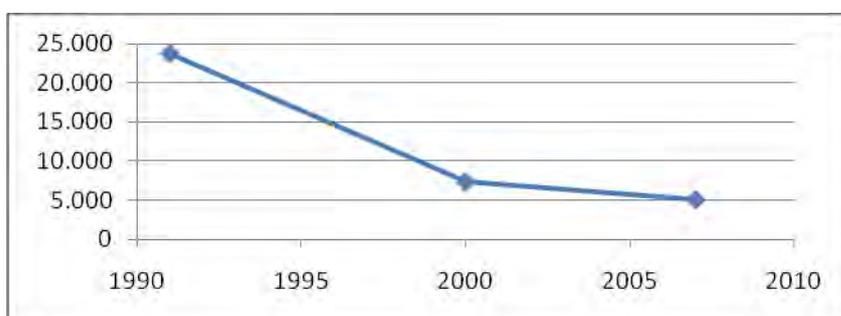
Os gráficos 1, 2 e 3 demonstram a forma decrescente da evolução da população do município de 1991 a 2007, sendo mais acentuado esse decréscimo na década de 90.

Gráfico 1: Crescimento da população de Colorado de 1991 a 2000 e estimativa para 2007.



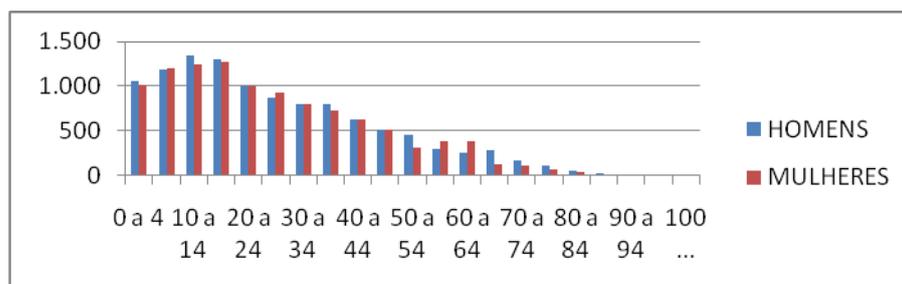
Fonte: IBGE (2006)

Gráfico 2: População Rural do Município de Colorado do Oeste, no período de 1991 até a estimativa para 2007.



Fonte: IBGE 2006.

Gráfico 3: Números da população de Colorado do Oeste por faixa etária e sexo -2006.



Fonte: IBGE (2006)



Figura 3: Região urbana de Colorado do Oeste (2009).

Fonte: Acervo de Neiva Moreira.

1.3.1.2. Dados Ligados a Produção Agropecuária do Município

Principais Atividades Econômicas do Município:

- 1° - Pecuária;
- 2° - Agricultura;
- 3° - Comércio e
- 4° - Indústria

Quadro 3: Volume de Crédito Aplicado (Financiamento e Custeio)

MUNICÍPIO	Nº DE PRODUTORES FINANCIADOS
COLORADO DO OESTE	1.703

Fonte: EMATER-RO/2005

Quadro 4: Levantamento dos principais Produtos Agrícola do Município.

PRODUTO	ÁREA PLANTADA/ ha	PRODUÇÃO/ t
ARROZ	1700	7.140
BANANA	236	1114
CACAU	387	150
CAFÉ	150	150
FEIJÃO	450	324
MANDIOCA	80	1360
MILHO	3600	8.640
SOJA	4600	12.420

IBGE: Produção Agrícola municipal (2007).

A produção municipal é diversificada e apesar da terra não ter características apropriadas para a lavoura de soja esta tem aumentado não somente no município, mas, principalmente, na região onde são encontradas terras com relevo menos acidentado.

Quadro 5: Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de área.

Grupo de Área (ha)	Estrutura Fundiária
	NÚMERO DE PROPRIEDADES
De 0 a 20 ha	751
De 20 a 50 ha	444
De 50 a 100 ha	428
Maior de 100 há	285

FONTE: EMATER/2005

Em Rondônia, os módulos fiscais vão de 3 ha a 240 ha, o que dá aos produtores a característica de agricultura familiar, assim os outros requisitos ficam para ser observados individualmente para a concessão de créditos.

Através dos dados abaixo, pode-se inferir que, na região, a mulher ainda participa de forma secundária no trabalho do campo, onde predomina a cultura de que a mulher casada e os filhos ajudam o homem no trabalho do campo, não sendo remunerados. São apenas 12% as mulheres que trabalham a terra como produtora no universo predominante de homens, sendo que não há nenhuma arrendatária⁸ de terras na região. Destas mulheres 37% trabalham em estabelecimentos agropecuários em relação ao total de homens que exercem essas atividades, sendo 35% destas acima de 14 anos.

Quadro 6: Condições Agropecuárias do Município de Colorado do Oeste:

Observação: É 1.448 o número de Estabelecimentos Agropecuários com condição legal do produtor numa área de 105.333 hectares:

São no total 1.602 estabelecimentos em condição do produtor, sendo 1.448 com produtor masculino numa área de 115.042 ha e 154 com produtor feminino numa área de 13.890 ha, ou seja, numa área total de 128.932 ha.
○ São 4.509 o total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, e 538 ocupadas sem laço de parentesco com o produtor.
○ Quanto aos produtos são no total 127.914 ha plantados, onde 114.025 são de produtores homens e 13.889 são de produtoras mulheres. Sendo que 785 são de arrendatários homens.
○ Utilização da terra para pastagens: 43 estabelecimentos em área degradada de 1.054 ha; em área em boas condições são 1.520 unidades numa área de 92.906 ha.
○ 835 unidades de estabelecimentos com matas e florestas naturais para a preservação permanente ou reserva legal, numa área de 23.880 ha.
○ 186 unidades de estabelecimentos com matas e ou florestas naturais (não permanentes ou agroflorestais) numa área de 4.107 ha.
○ 15 unidades florestais plantadas com essências florestais em 241 ha.
○ 17 sistemas agroflorestais em 1.089 ha.
○ 28 tanques, lagos, açudes e ou águas públicas utilizadas para exploração de aquíicultura em 58 ha.
○ 574 unidades de construção, benfeitorias ou caminhos em 758 ha.
○ 672 ha de áreas não aproveitáveis para agricultura ou pecuária em 30 unidades.
○ Sistema de preparo do solo em cultivo convencional (aração mais gradação) ou gradação profunda em 100 unidades de 246 ha; só gradação 246 unidades; plantio de palha direto são 24 unidades
○ Utilização de tratores 109 unidades com 137 tratores.

8 s.m. O que toma em arrendamento um imóvel, geralmente rural; rezeiro. (Aurélio,1977).

○ 1.857 mulheres trabalhando nos estabelecimentos agropecuários, destas 1.548 maiores de 14 anos e 3.189 homens, sendo 2.837 maiores de 14 anos.
○ 1.371 unidades que trabalham com bovinos, 180.899 cabeças. Sendo que há 848 unidades trabalhando com gado de leite, 15.144 cabeças
○ 601 unidades trabalhando com suínos, são 8.226 cabeças;
○ Aves são 1.209 unidades trabalhando com 75.599 cabeças, 673 unidades na produção de ovos;
○ 36 unidades produzindo bananas, 65 toneladas/ano.
○ Café arábica (grão verde) são: 36 unidades, produzindo 100 toneladas/ano.
○ Café canephora (robusta, conilon), em grãos verde são 95 unidades trabalhando na produção de 248 toneladas/ano.
○ Laranja, em lavoura permanente, são 12 estabelecimentos trabalhando produzindo 38 toneladas/ano;
○ Cana de açúcar, em lavoura temporária, são 23 unidades trabalhando produzindo 132 toneladas/ano;
○ Feijão de cor em grão, em lavoura temporária são 105 unidades produzindo 109 toneladas/ano;
○ Feijão fradinho em grão, em lavoura temporária são 49 unidades produzindo 53 toneladas/ano;
○ Mandioca (aipim, macaxeira) são 155 unidades plantando 870 toneladas/ano;
○ Milho em grão, em lavoura temporária são 292 unidades produzindo 5.534 toneladas/ano;
○ Soja em grão, em lavoura temporária, em 09 unidades, produzindo 5.922 toneladas/ano.

Fonte: IBGE/2006.

Quadro 7: Outras Produções Agrícolas

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS.	UNIDADE	ÁREA PLANTADA	
		MECANIZADA	TOCO
ABACAXI	Ha	50	--
ACEROLA	Ha	3	--
ARROZ	Ha	1700	500
CACAU	Ha	396	--
CAJU	Ha	2	--
CITRUS	Ha	23	--
COCO	Ha	187	--
CUPUAÇU	Ha	6	--
GOIABA	Ha	1.5	--
GRAVIOLA	Ha	3	--
MARACUJÁ	Ha	1	--
OLERICULTURA	Ha	53	--
PIMENTÃO	Ha	3	--
PIMENTA DO REINO	Ha	3	--
PINHO CUIABANO	--	--	300
PUPUNHA	--	28	--
SERINGUEIRA	--	1	--
TECA	--	--	60
TOMATE	Ha	6	--
URUCUM	Ha	66	--
UVA	Ha	1.5	--
MELANCIA	Ha	10	--

FONTE: EMATER/2005

Quadro 8: Entidades Públicas ou Privadas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural:

PROFISSIONAL NA ÁREA	CEPLAC	EMATER	IDARON	PREFEITURA	SEDAM	SEDUC	IFRO
Classificador de produtos vegetais	-	=	-	--			
Técnico em agropecuária	03	09	05	--			
Extensionista Rural	01	0	-	--			
Médico Veterinário	-	01	01	01			
Extensionista Social, Superior	-	01	--	--			
Engenheiro Florestal	-	01	--	--			
Engenheiro Agrônomo	-	01	--	-			
Zootecnista	-	01	-	-	01	-	-
TOTAL	04	17	07	01			

Fonte: EMATER-RO/CEPLAC/ IDARON 2006.

Nos dados disponíveis, pode-se observar que o único órgão que tem extensionista rural é a CEPLAC, sendo que nesta há somente um servidor encarregado para o setor. A Instituição de Ensino Agrícola local, até 2006, apesar de ser considerada entidade pública prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural não participou com qualquer profissional na execução desta atividade na região.

1.3.1.3. Perfil do Meio Ambiente de Colorado do Oeste – IBGE, 2002.

O município possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente com cinco funcionários e um Conselho Municipal de caráter consultivo, sendo que a representação da sociedade civil é >50%. A Prefeitura programou convênios outras parcerias com órgãos públicos.

A Agenda 21 não foi elaborada e o município desconhece o tema, mas a prefeitura recebeu recursos financeiros específicos para o MA, repassado pelo governo Estadual e /ou Federal.

O IBGE (2002) detectou que o meio ambiente degradado tem afetado as condições da vida humana no município, as causas são: contaminação das nascentes e rios; aparecimento de vetores de doenças endêmicas; esgoto a céu aberto; queimadas e tráfego pesado na área urbana. Os Recursos naturais são afetados da seguinte maneira: assoreamento de corpo d'água; degradação da mata ciliar; desmatamento; erosão e/ou deslizamento de encostas e expansão da atividade agrícola. Degradação de áreas legalmente protegidas e paisagem por ocupação irregular de áreas frágeis.

A única ação utilizada como controle da poluição empregada pelo município é a coleta seletiva do lixo doméstico, apesar deste ser despejado em local comum a todos os tipos de resíduos. O município fez a ampliação e/ou melhoria do sistema de abastecimento de água e drenagem e/ou limpeza dos canais de escoamento de água. Está iniciando a reposição da mata nativa, combate e/ou controle a processos erosivos do solo e introdução de práticas de desenvolvimento sustentável.



Figura.4: Degradação do meio ambiente no Município de Colorado do Oeste: curtume Independência; criação de porcos nas encostas dos rios e ação das madeireiras (2009).

Fonte: Projeto Recuperação do Rio Hermes e acervo de Neiva Moreira

Outras ações de caráter ambiental são: controle de vetores, monitoramento e/ou licenciamento da ocupação urbana e Programa de Educação Ambiental. Existe central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e aterro industrial.

1.3.1.4. Perfil do Produtor Rural

A EMATER é a empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado, vem atuando na região há vários anos na tentativa de sanar os problemas que afetam e dificultam o desenvolvimento do meio rural da região.

Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento são 1.806 proprietários rurais, sendo 710 com áreas (ha) que vão de 0 a 20 ha, com cultura variada.

De acordo com o levantamento feito pela EMATER (2006) junto aos agricultores e familiares no dia a dia da extensão rural, com visitas e reuniões e outros métodos de comunicação de massa, chegaram à seguinte conclusão sobre os principais aspectos a serem sanados:

- O alto índice de analfabetismo e o baixo nível tecnológico existente que distancia os produtores da adoção de novas tecnologias, impedindo com isso o crescimento das organizações sociais rurais. Devido a tal fato, a Agropecuária, na maioria das vezes, é feita de forma primitiva e, em consequência, os produtores ficam impedidos de verticalizarem sua produção, vendendo seus produtos a preços muito baixos e ficando a mercê dos atravessadores;



Figura 5: Proprietários rurais da região de Colorado do Oeste (entre 1970 e 1980).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto

- População com baixo poder aquisitivo, ficando cada vez mais distanciada e impedida de desfrutar de um padrão de bem estar social digno, tais como: Serviços de Saúde, Escola, água tratada, meios de locomoção e aquisição de bens de consumo e lazer;
- Falta de infra-estruturas básicas de suporte para o desenvolvimento da produção e possibilitem a fixação do homem no campo, evitando assim o êxodo rural.

A EMATER-RO vem atuando na região na tentativa de reverter a situação e vários fatores têm contribuído para isso, tais como:

- O potencial natural da região, assinalado pela EMBRAPA/PLANAFLORO na segunda aproximação do zoneamento agro-florestal do Estado como solos com potenciais favoráveis a agricultura intensiva, devido a sua fertilidade, topografia e hidrografia.
- A injeção contínua de créditos agropecuários na região por anos consecutivos, nas áreas de custeio e investimento (destaca⁹ de áreas para plantio de lavoura, implantação de lavouras, construção de infra-estrutura nas propriedades, formação e reforma de pastagem e melhoramento genético do rebanho com a introdução de animais melhorados).

Tabela 1: Distribuição dos hectares comercializados nas últimas cinco décadas no Município de Colorado do Oeste.

ANO	ha.	%
1961-1970	112	0,12%
1971-1980	478	0,52%
1981-1990	5105	5,36%
1991-2000	27249	28,62%
2001-2009	62237	65,38%
TOTAL	95181	

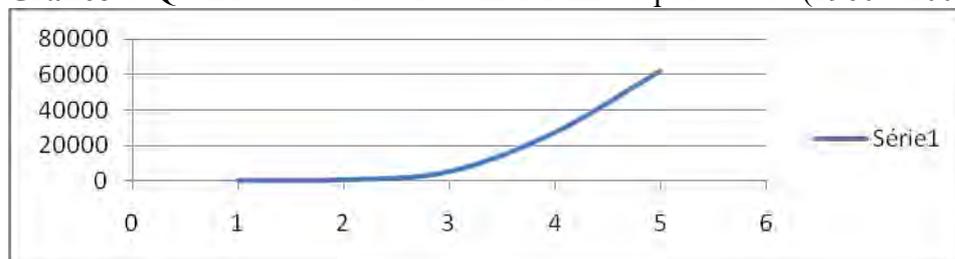
Fonte: Cartório de Registro de imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

De acordo com os dados, nas duas primeiras décadas não houve grandes transações comerciais de terras no município. Esse aumento inicia-se na década de 80 e cresce substancialmente na década de 90, com um aumento de 20% das vendas de terras no

⁹ Retirada dos tocos de árvores. Dicionário Aurélio de Holanda Ferreira. 1º. Edição, 1977.

município em relação à década anterior e na última década o aumento foi de aproximadamente 40%.

Gráfico 4: Quantidade de hectare comercializado por década (1960 a 2009).



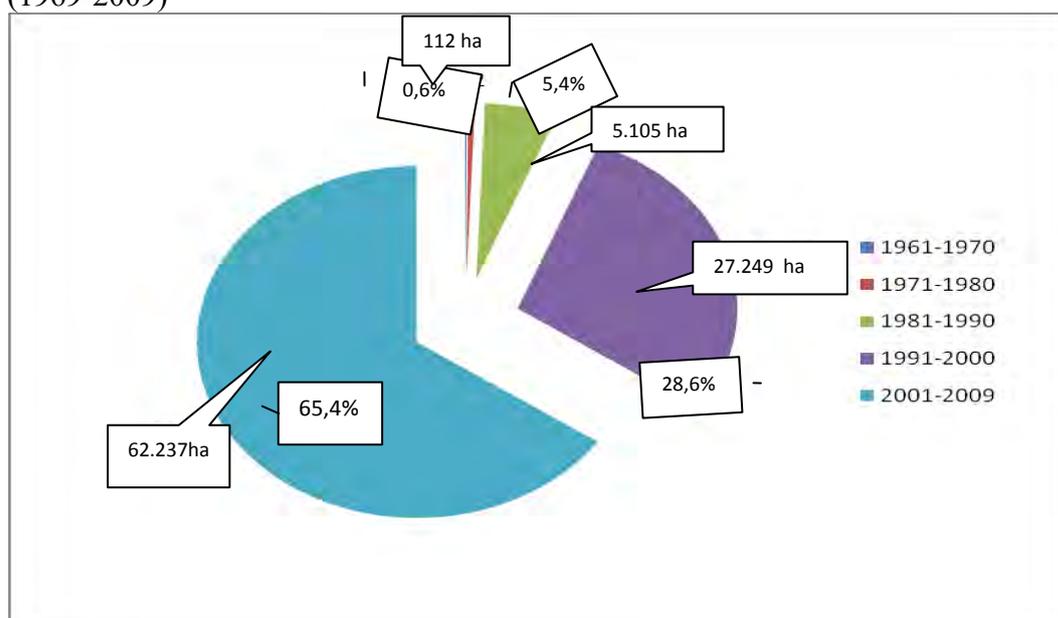
Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

Conforme o gráfico, a cada década a quantidade de hectares vendidos aumenta numa curva ascendente projetando uma perspectiva de ascensão constante. Observa-se que a comercialização se inicia a partir de 1980, não recuando com a passagem dos anos.

O maior volume de vendas foi realizado nas últimas duas décadas, chegando em 2009 com quantidade acima de 60.000 mil hectares que mudaram de proprietários. É importante ressaltar que são terras que mudaram de proprietários durante o passar dos anos, e essa quantidade é o volume total de terras comercializadas, podendo ser ou não as mesmas terras vendidas várias vezes.

O gráfico 5, relaciona a quantidade de hectares vendidos no município de Colorado do Oeste, durante os últimos quarenta anos (1969 a 2009), com as porcentagens correspondentes ao total geral de 95.181 hectares que mudaram de dono durante estas décadas.

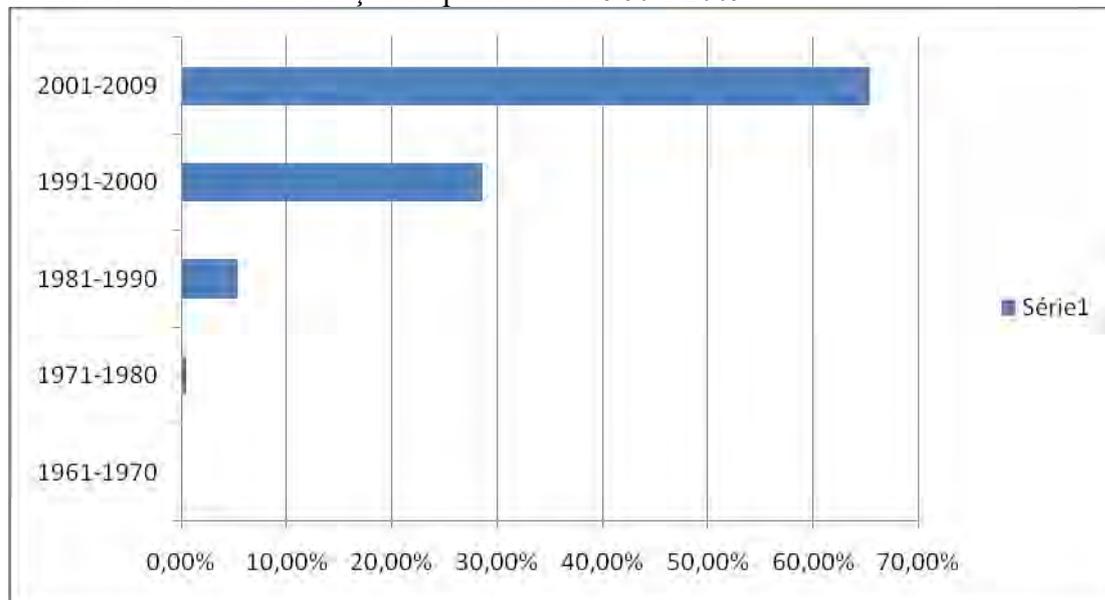
Gráfico 5: Frequência de Comercialização de Hectares em relação à Quantidade total de Hectares que mudaram de Proprietários no Município de Colorado do Oeste-Ro, no período (1969-2009)



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

O município de Colorado do Oeste está instalado em uma área de 1.451,06 km², desta forma durante os últimos quarenta anos aproximadamente 65,5% de sua área total foi comercializada no cartório de registro de imóveis da cidade.

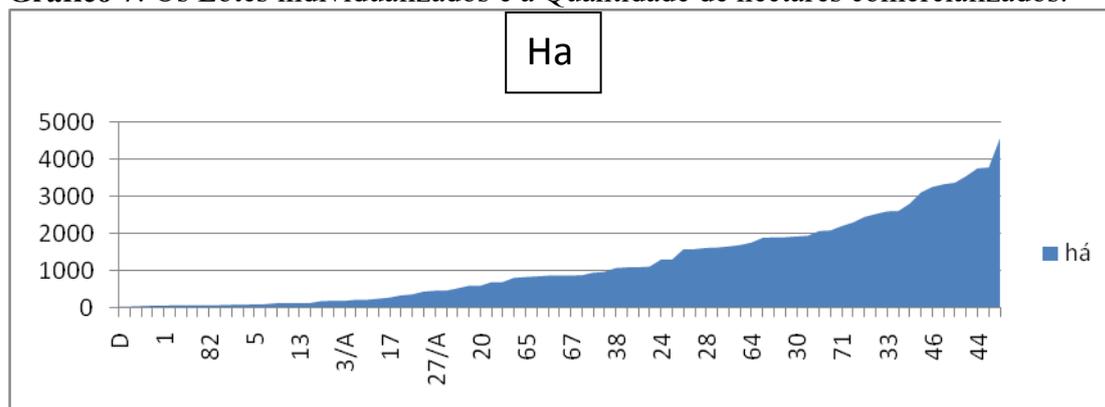
Gráfico 6: Demonstração da Frequência de Comercialização de Terras no Município de Colorado do Oeste em relação ao período de 1960 a 2009.



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do Município de Colorado do Oeste, 2009.

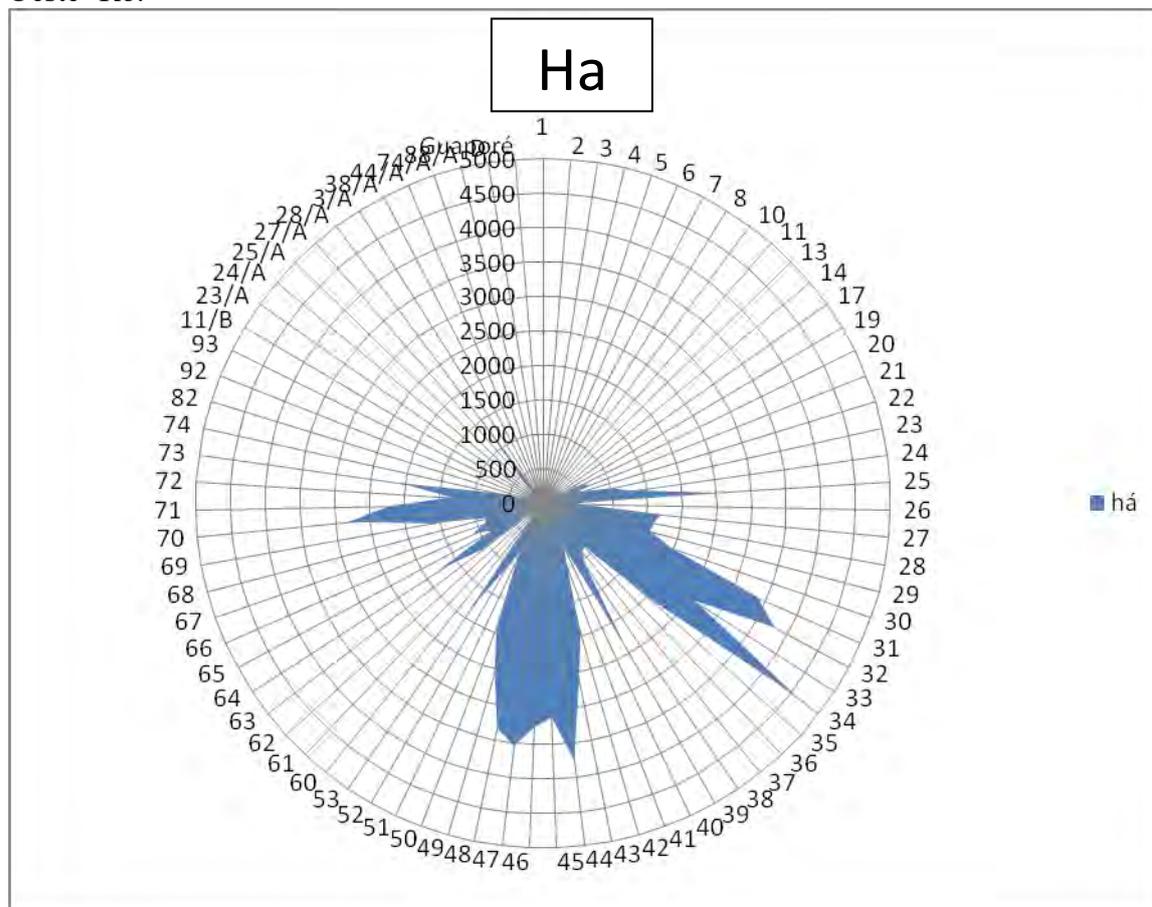
Nitidamente, nos últimos anos (2001-2009), houve uma comercialização maior de terras no município de Colorado do Oeste, aproximadamente 40% acima de tudo o que foi comercializado nas últimas quatro décadas.

Gráfico 7: Os Lotes individualizados e a Quantidade de hectares comercializados.



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

Gráfico 8: Quantidade de hectares comercializados por lotes do Município de Colorado do Oeste- Ro.



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

Observa-se que houve uma concentração de hectares comercializados nas áreas correspondentes aos lotes de nº 31 a 35 e 42 a 50. Não foi encontrada uma explicação plausível para essa troca de proprietários nessa área. Os órgãos competentes não conseguiram encontrar qualquer motivo para que essa área ficasse na preferência daqueles que venderam ou que compraram os lotes.

Conforme o mapa em anexo (**Anexo IX**), o que se observa é uma concentração desses lotes dentro do município, todos com grande quantidade de água.

Tabela 2: Quantidade de transações realizadas com os lotes de terras de nº 31 a 50 no Município de Colorado do Oeste nos últimos 20 anos.

GLEBA	Quantidade transações (últimos 20 anos)
31	38
32	43
33	42
34	51
35	33
42	25
43	33

44	62
45	39
46	45
47	40
48	43
49	35
50	21

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do Município de Colorado do Oeste, 2009

Gráfico 9: Porcentagem de transações realizadas com os lotes 31 a 35 e 42 a 50 nos últimos 20 anos.



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis do município de Colorado do Oeste, 2009.

Nas glebas com lotes de n°. 31 a 35 foram comercializadas cerca de 38% e as de n°. 42 a 50 cerca de 62% em relação a quantidade total de transações comerciais pelas quais estas área passaram. (mapa da região no **Anexo IX**)

1.3.1.5.Cooperativas / Cooperados

Quadro 9: Organizações Sociais Rurais

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPANTES
COOPERATIVAS	05	346
ASSOCIAÇÕES	22	1.087
SINDICATOS	04	4.500
GRUPO DE JOVENS RURAIS	09	105
GRUPO DE MULHERES	03	312

Fonte: EMATER/IDARON/Igreja Católica/2006.

Os Órgãos Públicos Municipais estão dentro do padrão esperado para a administração municipal, mas além desses órgãos, ainda estão instalados órgãos da esfera Estadual e Federal, como: Ministério Público, Fórum – 1ª e 2ª Vara, Cartório Eleitoral, Cartório de Registro Imobiliário, Cartório de Notas e Civil, NODA/SEDAM – Núcleo Operacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril, Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar, EMATER – Escritório Local, EMATER – Escritório Regional, TRT – Tribunal Regional do Trabalho, FNS – Fundação Nacional de Saúde, SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Colorado, Centro de Ensino Supletivo, CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, CIRETRAN – Circunscrição Estadual de Trânsito, CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, NO/SETAS – Núcleo Operacional da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, DER – Departamento de Estradas e Rodagem, SEDUC – Delegacia da Secretaria de Estado de Educação e Cultural, SINDSEF – Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Usina de Beneficiamento de Sementes, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, CEPLAC – Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira, Defensoria Pública, Correios, CERON – Centrais Elétricas de Rondônia (Usina Termoelétrica), Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste, Tiro de Guerra (Dados da PMC, 2008)

1.3.2. Instituto Tecnológico de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste.

1.3.2.1. Aspecto histórico do IFRO – Campus Colorado do Oeste

A história da Educação Profissional no Brasil se inicia no período compreendido entre 1840 a 1859 (governo de D. Pedro II) com a tentativa de “*tirar crianças da rua*”, ensinando-lhes um ofício. Neste período, esse tipo de educação foi contemplado com as Casas de Educandos e Artífices, em 10 províncias. Em 1909, Nilo Peçanha cria, em 10 Estados, as Escolas de Aprendizes e Artífices, escolas destinadas a formar mão-de-obra ordeira, servil e afinada com os interesses do capital. Essas escolas são consideradas como a origem das Escolas Agrícolas, hoje Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (MEC, 2009).

A partir da era industrial a educação profissional ganha um papel relevante, visto que é nessa era que o ser humano passou a fazer parte do capital das empresas. Algumas décadas depois, já na era do conhecimento, o homem passa a ser cobrado não somente pelo seu esforço físico, mas principalmente pela capacidade de resolver problemas, ou seja, pela competência técnica e intelectual (Delors, 1996).

O IFRO Campus Colorado do Oeste nasceu Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – EAFCO, fundada através da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993, transformada em Autarquia em 16 de novembro do mesmo ano, através da Lei nº. 8.731/93. Está localizado no município de Colorado do Oeste, sendo atualmente um campus do IF-RO.

As atividades didático-pedagógicas da EAFCO foram iniciadas em 13.02.95, regidas pela Lei 8.948/94 que instituía o Sistema de Educação Tecnológica e na sequência foi editado o Decreto 2.208/97 que estruturava a Educação Profissional em Básico, Técnico e Tecnológico.

Os Institutos Federais de educação. Ciência e Tecnologia, autarquia federais vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), foram criados através da lei nº. 11.892, de 29

de dezembro de 2008, que reorganizou a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Cefets, transformando-as em 30 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo território nacional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) surgiu como resultado da integração da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste às novas Instituições Federais que foram criadas para atuarem dentro do Estado de Rondônia. O Instituto é composto pelo: Campus Porto Velho, Campus Ariquemes, Campus Ji-Paraná, Campus Avançado de Cacoal, Campus Vilhena e Campus Colorado do Oeste.

O Campus Colorado do Oeste atualmente (2009) oferece o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, além dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Laticínios. No segundo semestre de 2009, passou a oferecer Curso de Pós-graduação “*Lato sensu*” em PROEJA (Programa Nacional de Integração Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

O Curso Técnico do Ensino Médio contém 27 disciplinas sendo 14 da área básica com carga horária total de 2.383 horas, 06 disciplinas diversificadas com carga horária total de 733 horas e 07 da área técnica com carga horária total de 1.210 horas, ou seja, total geral de 4.200 horas, com 240 horas de estágio supervisionado.

No ano de 2008, entraram as disciplinas de sociologia e filosofia no currículo do Ensino Médio Técnico Integrado e informática com 40 horas aulas.

1.3.2.2. Organização Política Pedagógica

A Instituição iniciou suas atividades didático-pedagógicas em 13 de fevereiro de 1995, com o regime de semi-residência para alunos de diversos municípios do Estado, ministrando o ensino regular de segundo grau profissionalizante na área de agropecuária, tendo havido crescimento da demanda desde a formação da 1ª turma em Técnico em Agropecuária de Nível Médio, em dezembro de 1997.

Inicialmente, a Instituição esteve sob a gestão do Prof. Francisco Aldivino Gonçalves no período: 1993-1998, seguido pela Professora Ione Gomes Adriano 1999–2002 e na sequência Prof. José Ribamar de Oliveira a partir de 2003.

O Projeto Político Pedagógico da EAFCO prevê a atuação na formação e difusão tecnológica mediante ensino, pesquisa e extensão, integrada a órgãos governamentais e não governamentais, contribuindo ao atendimento das necessidades regionais, ao desenvolvimento sustentável, à preservação da biodiversidade e à qualidade de vida da sociedade.

Quadro 10: Cursos da EAF - Escola Agrotécnica Federal e a quantidade de Alunos matriculados em 2006.

TÉCNICO EM GESTÃO AMBIENTAL NA AGROPECUÁRIA	ALUNOS = 58
TEC. EM TECNOLOGIA DE LATICÍNIOS SUPERIOR (GRADUAÇÃO)	ALUNOS = 32
CURSOS – TÉC. AGR. INT. AO ENSINO MÉDIO	TOTAL = 90
PROEJA (TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA)	ALUNOS = 355
NÚMEROS DE SALAS DE AULAS	ALUNOS = 19
	SALAS = 25

Fonte: SEDUC/SEMEC/FAEC/2006.

A Escola Agrotécnica Federal de Rondônia (EAF), a partir de 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Colorado do Oeste está instalado na zona rural, oferecendo cursos na área técnica desde a sua implantação no município em 1995.

Em 2006 estavam matriculados 472 alunos, com 25 salas à disposição no período. Se todos os alunos estudassem em tempo integral seriam 19 alunos por sala, mas a Instituição de ensino oferece somente para o ensino médio, curso período integral, sendo os cursos tecnológicos oferecidos somente num período/dia, o que não somente diminui o número de alunos por sala, assim como há uma ociosidade de salas no período noturno, principalmente.

O PDI da Instituição coloca como fundamental que o aluno assuma uma opção profissional consciente, baseada no conhecimento de suas aptidões, adotando postura de cidadão comprometido com o desenvolvimento do país. Coloca também que toda a EAFCO deve se ocupar e se empenhar para que todo o ensino esteja voltado para o sentido de aprender a aprender possibilitando aos educandos, na condição de empreendedores, permanente atuação de liderança na sociedade.

1.3.2.3.Aspectos Físicos

O IFRO - Campus Colorado do Oeste está localizado a 70 km da BR 364, no Município de Colorado do Oeste – RO. Tem a sua disposição uma área de 242 ha, onde 80 ha são mantidos como reserva florestal.



Figura 6: IFRO – Campus Colorado do Oeste.

Fonte: IFRO – Campus Colorado do Oeste/1995.

Localiza-se em solo privilegiado na região sul do Estado de Rondônia, na Rodovia 399, a 5 Km da cidade de Colorado do Oeste.

Conforme dados do IFRO - Campus Colorado do Oeste (2009), a Instituição dispõe de seis salas de aula ambientes equipadas com televisores, vídeos, DVDs, computadores e retroprojetores; laboratórios de: química, física, biologia, informática, desenho e topografia, construções rurais, solos e piscicultura. Possui também cooperativa-escola, biblioteca com acervo de 4.718 livros e 600 fitas de vídeo; alojamento para alunos residentes; refeitório; ginásio coberto com quadra poliesportiva; campo de futebol gramado; dois pavilhões destinados ao setor administrativo; almoxarifado; orquidário; herbário; usina de reciclagem

de lixo; estação meteorológica; centro de promoção e educação ambiental e viveiro para animais silvestres (em implantação).

A Escola dispõe em seu quadro de pessoal efetivo de 58 técnicos administrativos (05 com nível elementar de ensino, 26 técnicos, 25 nível superior), 42 professores efetivos (15 mestres, 06 mestrandos, 03 doutores, 06 doutorandos, 10 especialistas e 02 graduados, e 05 professores substitutos) (PPD, 2007). Para o Ensino Médio a Escola adota o regime seriado anual de matrícula.

A escola matriculou 567 alunos em 2009 sendo distribuídos da seguinte forma:

- 315 do sexo masculino e 252 do sexo feminino.
- No ensino médio são: 158 alunos nas 1^{as}. séries; 93 nas 2^{as} e 86 nas 3^{as}. séries.
- No Curso Tecnológico em Laticínios são 61 alunos e 134 no Curso Tecnológico em Gestão Ambiental.
- São provindos: 18 de escolas particulares e 547 de escolas públicas;
- Por área de origem: 73 da zona rural e 476 da zona urbana;
- Por etnia: afro 42, 05 amarela, 277 branca e 234 parda;
- Idade: 88% estão entre 14 e 26 anos.
- Região de origem: 71% da região dos municípios rurais do entorno de Colorado do Oeste, sendo 95% do Estado de Rondônia.

O Instituto não forneceu oficialmente os dados sobre o curso de Ensino Profissionalizante para Jovens e Adultos, que se iniciou em 2007, no período noturno, matriculando 40 alunos e em 2008 matriculou outros 40. Destes, permanecem matriculados nos dois cursos no ano de 2010, apenas 17 alunos, sendo que apenas 10 freqüentam regularmente as aulas, ou seja, mais de 85% deixaram a Instituição.

Conforme os dados acima o que se observa é o IFRO com 95% de seus alunos oriundos de municípios pertencentes ao Estado de Rondônia, evidenciando sua vocação de Instituição de caráter Estadual.

1.4. Problemas e Justificativas

Retornando aos dados das seções anteriores, formulamos as seguintes proposições:

1. Qual a percepção que os proprietários rurais têm do meio ambiente em que vivem?
2. Qual é a percepção ambiental dos pequenos proprietários rurais do entorno do IFRO Campus Colorado do Oeste e a educação ambiental aplicada na Instituição de Ensino Agrícola tem contribuído para a topofilia no sentido da desiderabilidade dos indivíduos da região?
3. Como a Educação Ambiental no IFRO Campus Colorado do Oeste tem contribuído para minimizar os impactos ambientais sofridos pela região durante os últimos anos?
4. Em que medida a Educação Ambiental propiciada pela escola leva em consideração a percepção ambiental dos proprietários do entorno do Instituto Federal de Educação Agrícola?

A degradação ambiental que a região vem sofrendo ao longo das últimas décadas é o principal motivo da preocupação para com a realidade do entorno do IFRO Campus Colorado do Oeste, pois a Instituição, que tem grande penetração na região e sendo formadora de opinião junto à comunidade local, tem responsabilidades na formação de mão de obra e preparação dos jovens da região na área agrícola e pecuária e principalmente como cidadãos.

O perfil da região deveria determinar políticas públicas de preservação do meio ambiente defendendo não somente o município e região, mas seus cidadãos da degradação da qualidade de vida que vem sempre junto com a degradação ambiental rural e a destruição do seu entorno, onde está inserida Instituição Federal de Ensino.

A administração pública, segundo uma história resgatada, tem proporcionado ao município gestões desequilibradas com relação aos anseios da população e foram poucos os que conseguiram satisfazer algumas das suas necessidades básicas, tanto na área educacional, de saúde, de saneamento básico etc.

Os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente, mesmo possuindo dados obtidos por meio de satélites, não disponibilizam de funcionários suficientes para que as áreas sejam protegidas da devastação, levando consigo todos os integrantes dessa rede viva que forma a natureza.

O trabalho em questão procura contribuir com algumas informações que sirvam de base para que os dirigentes possam ter consciência dos anseios de seus munícipes.

O município de Colorado do Oeste perde ano após ano parte de seus habitantes, tanto da zona rural como urbana. O êxodo para outras cidades do Estado e da região engrossa o crescimento dessas em pobreza, enquanto por preços irrisórios deixam para trás chácaras, sítios e moradias na zona urbana, partindo à procura de empregos mal remunerados.



Figura 7: Aspecto das moradias na zona rural de Colorado do Oeste em 1970 e 2009.

Fonte: Acervo de Leandro Augusto e Neiva Moreira.

O cidadão local não participa da elaboração, assim como da condução das políticas públicas da cidade, não tendo consciência de que o poder local é o ponto de partida (e de chegada) dos projetos societários mais amplos. Os órgãos públicos responsáveis por planejamentos trazem projetos e soluções prontos à população. A tomada de consciência por todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade é fundamental para que se possa exigir a integração da sociedade no processo de construção do futuro da região. É um consenso de que a participação popular e o seu olhar sobre os problemas da região onde moram possam ser avaliados e levados em consideração nas propostas de projetos na busca da sustentabilidade. A participação popular é antes de tudo um direito.

As transformações climáticas e os impactos ambientais, o desmatamento da região, a poluição causada por empresas sem compromisso com o meio ambiente, a entrada agressiva da pecuária, numa região de grande diversidade biológica fazem com que o estudo da percepção ambiental da população tenha grande relevância no momento em que as questões ambientais se tornam prioritárias em nível mundial.

2. CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Meio Ambiente

O ambiente é antes de tudo o lugar onde a existência humana deixa impresso a sua passagem, é um nicho, um abrigo no qual há possibilidade de criar laços que se tornam profundos por serem construídos naturalmente, enquanto que ecologia é o estudo das relações entre os organismos e seus ambientes.

Para Leff (2003, p.47), “ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo é saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas de conhecimento.”

O meio ambiente tem o homem inserido nele, fazendo uma relação entre o meio físico e biótico e essa relação é não somente de poder, mas de interação e reciprocidade com os acontecimentos que permeiam esse ambiente.

Ainda em Leff (2003, p.51), “o ambiente aparece como um campo heterogêneo e conflitivo no qual se confrontam saberes e interesses diferenciados e que se abrem às perspectivas do desenvolvimento sustentável na diversidade cultural.”

Na visão de Reigota (1995), é mais relevante estabelecer o conceito de ambiente como uma representação social, isto é, uma visão que evolui no tempo e que depende do grupo social em que é utilizada. Para Soares (2005), são essas representações, bem como as suas modificações ao longo do tempo, que importam: é nelas que se busca intervir quando se trabalha o tema ambiente.

O meio ambiente tem sido a preocupação atual de grande maioria da população mundial, seja pelas mudanças provocadas pela ação do homem na natureza, seja pela resposta que a esta dá a essas ações. A crise ambiental atual tem causado impactos que são capazes de colocar em risco tanto a diversidade cultural como a biológica, ocasionando a extinção de etnias e espécies que podem causar uma perda irreparável a todos.

A produção industrial desenfreada, assim como a degradação do meio ambiente provocada pelo descontrole do processo de desenvolvimento dos países industrializados, conduz à conclusão de que o cenário é mais grave do que deveria para o século em que estamos entrando, pois os problemas advindos da poluição e da degradação deveriam ser problemas do futuro, não muito próximo, para outras gerações resolverem.

“A noção de desenvolvimento tem uma longa história cuja origem pode ser traçada por intermédio das suas noções gêmeas e precursoras, as de progresso e civilização, que remontam à antiguidade clássica” (Luciano, 2006, p. 41). O gênero humano tem trazido consigo a noção de que evoluir significa o desenvolvimento infinito, não aproveitando na totalidade as conquistas conseguidas num determinado estágio de evolução, mas tendo como decadência esse tempo de parada, pois as mudanças constantes pressupõem momentos positivos da vida humana.

Em um mundo que seguia os ditames dos Estados Unidos e Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, as transformações começaram a ocorrer com a necessidade dos dois lados de se desenvolverem economicamente. Houve embates que proporcionaram aos outros países, o desenvolvimento da miséria em nome da paz e da melhoria de vida. Essas discussões iniciaram-se na Conferência de Constituição das Nações Unidas realizada em San

Francisco (EUA) em 1945, criando as bases para a institucionalização dos ideais de desenvolvimento.

–Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um obstáculo e uma ameaça tanto para eles e para áreas mais prósperas... Pela primeira vez na história a humanidade, possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas... Creio que devemos disponibilizar para os povos amantes da paz os benefícios do nosso acervo de conhecimentos técnicos, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações para uma vida melhor... O que prevemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos da democracia... Produzir mais é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para a maior produção é uma aplicação mais ampla e mais vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno” (Truman, quinta-feira, 20 janeiro, 1949, Lilian Goldman Law Library, 2008).

Com esse discurso, Truman (**Anexo III**) demonstra a ideologia da regulação da vida a partir de um ideal imaginário, imposto pelos países chamados desenvolvidos. Todos os países designados como subdesenvolvidos tiveram que beber da medicação que os levaria a um suposto desenvolvimento econômico, em detrimento de sua soberania e seu modo de vida. Com o tempo, muitos desses países perderam sua identidade e tornaram-se apêndices da Europa e dos Estados Unidos, incorporando o modo de vida estrangeiro, mas dentro de uma miséria absoluta. O desenvolvimento não veio, mas o sentimento de pequenez tomou o lugar da cultura desses países, abolida, pelos chamados países desenvolvidos. De negação em negação, muitos não perderam somente a identidade, mas toda a riqueza existente dentro de seu país.

Os seres humanos na procura da sobrevivência, desde sua origem, utilizaram-se dos recursos do meio ambiente, através da caça, da pesca, agricultura e pecuária. Esse processo se acentuou com o advento da urbanização e a industrialização em nível mundial.

A chegada dos portugueses, no Brasil, determinou o início das primeiras explorações dos recursos naturais para serem utilizados por outros povos. O processo de industrialização do Brasil foi baseado na exploração da água, petróleo, madeira e minerais, juntamente com a concentração populacional urbana e a agropecuária predatória. Esse modelo de desenvolvimento econômico adotado tem influenciado diretamente na forma como os recursos estão sendo utilizados, provocando mudanças no meio ambiente, que caminha para o esgotamento dos recursos indispensáveis à própria sobrevivência dos municípios.

2.2. Percepção Ambiental

As pesquisas com percepção ambiental têm sido muito estimuladas, pois têm dado a oportunidade de observar não só os dados estatísticos da região, mas o humano participando como co-autor do que acontece ao ambiente, senão como o próprio autor.

O conceito de percepção ambiental passa pela consciência humana e a compreensão do ambiente em sentido “lato” do termo (Whyte, 1977). Nesse ponto, é importante fazer a diferenciação entre compreensão e percepção, pois a percepção humana provém das escolhas e da compreensão que o homem faz enquanto ser individual e quando na coletividade dentro de um meio ambiente comum.

O homem é constituído de informações genéticas que lhe dão a capacidade sensorial e perceptiva para sentir, compreender e experimentar a realidade que está aquém e além de seu corpo. Mesmo sendo todos dotados dos mesmos 23 pares de cromossomos homólogos

que os diferenciam de outros seres vivos, cada indivíduo tem uma experiência perceptiva única, o que torna o ser humano singular diante do mundo num determinado tempo e espaço.

Assim, como a genética deu ao ser humano essa capacidade singular, também colocou limitações a esta, o que o faz ter mais incertezas que certezas com relação ao mundo vivenciado. Mesmo podendo comprovar a veracidade de um fato vivido, até a posição que seu corpo toma em relação ao evento pode determinar o tipo de percepção obtida do objeto observado em um dado momento, que também é único.

O movimento dos corpos tem grande importância para o relacionamento ambiental, pela mudança de posição da imagem e, conseqüentemente, na percepção (Addison, 2003. p.41).

Independente daquilo que está na mira dos sentidos, ainda existem os elementos próprios de cada sociedade, com sua forma de regulação, fazendo com que a pessoa inserida num determinado ambiente observe os eventos através de seu estado particular psicológico, emocional, sua cultura ou elementos ligados ao ambiente físico ou social.

Dessa forma, a relação dos sentidos com a percepção do mundo, faz-se não somente com o fisiológico, mas também com a compreensão que esse indivíduo tem do contexto em que vive e os valores adquiridos. Diante dessa complexidade, Tuan (1982) refere-se à percepção como sendo: –A resposta aos estímulos externos, como a atividade proposital nos quais certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados” (Tuan, apud Addison, 2003. p.39).

Nesse ponto, observa-se a existência do contato material recíproco entre o homem e o meio. A percepção é concebida como: –O conhecimento adquirido através do contato direto. É imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos aos seres, tudo se processando no mesmo campo sensorial” (Addison, 2003, p.41).

A percepção é função da individualidade do observador: –Na percepção, cada homem tem uma imagem do mundo de acordo com suas preferências, sendo que existe uma conexão entre o meio, comportamento espacial e experiências passadas” (Mayfield (1972), apud Addison, 2003. p. 41).

As respostas ou manifestações frente às ações do meio são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes, e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente.

Assim, a maneira como o homem observa e percebe o seu meio de forma individual e também coletiva passa a ser importante, no momento em que o ambiente está ameaçado, pela falta de compreensão das pequenas informações que são passadas dentro do cotidiano, informações essas que podem ajudar a dar o sentido de conjunto para se compreender essas inter-relações entre o homem e o ambiente.

Dentro de seus estudos, Cox (1982) alia ao conhecimento da paisagem dois tipos de percepções que são imprescindíveis para a experiência ambiental, sendo descritos da seguinte forma:

a) Percepções designativas – são aquelas que atribuímos aos lugares e que estão relacionadas aos valores;

b) Percepções apazivas – são julgamentos de valor que fazemos dos locais.

Com o auxílio das percepções apazivas são verificadas as premissas de desirabilidade residencial e migrações, onde certas áreas consideradas são preferidas em função da apazividade da imagem, enquanto que se tornam repulsivas em outras localidades (Addison, 2003. p.39).

Percepção ambiental foi definida como sendo "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem", ou seja, como se percebe o ambiente em que está inserido, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma (Faggionato, 2005. p.91).

A dificuldade em gerir a natureza de forma equilibrada esbarra nos interesses e estratégias econômicas e dessa forma o que se observa é a necessidade de avaliar a complexidade do comportamento humano através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens que a mente humana é capaz de elaborar. Um grupo de intelectuais, que começa a crescer em todo o mundo e, também no Brasil, está convencido de que os estudos das percepções ambientais, dos homens de hoje, constituem a última e decisiva fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmônica do ambiente.

Essa percepção do ambiente passa pela observação da complexidade das formas e a familiaridade do observador com estas, mas esse processo faz com que a complexidade seja diminuída depois de um contato mais íntimo, fazendo com que passe por uma redução diante do processo perceptivo. Esse elemento observado deve ter continuidade e abertura para que possa incluir outras imagens dentro dele, assim como fazer uma intermediação de regiões com modos diferentes de visualização, permitindo a entrada de elementos novos, verdadeiros ou não, dependendo da imaginação do observador diário da paisagem. Essas qualidades da forma são consideradas por Addison (2003) imprescindíveis para a experiência ambiental.

A familiaridade destacada anteriormente, somente acontece através do sentimento de pertencimento em relação ao local considerado. Local no qual ocorre a folga em relação aos problemas do mundo, considerado exterior à sua individualidade. Esse pequeno mundo fica circunscrito ao local em que se encontra a família, os amigos, ou o local onde há uma troca de emoções que envolvem o indivíduo numa aura de afetividade. Para alguns autores esse é o lugar vivido, que independe de ser desejável ou não, é um local que pode expressar sua intimidade.

–Perceber nossa capacidade de pertencimento nos dá o privilégio de entender esse entrelace de seres e coisas que constroem, a cada dia, um mundo diferente, uma exuberante, maior do que o humano, maior do que o saber, apenas a natureza que nos rodeia!”(Moscovici, 2007. p. 8).

O homem se sobressaiu em relação aos outros animais, ao ponto de considerar-se um ser com capacidades especiais, fazendo com que se colocasse como absoluto em relação aos demais seres vivos, numa perspectiva de onipotência, que cai por terra quando esse mesmo homem se torna brinquedo da natureza, da qual se considerava controlador.

O ser controlador perde a esperança de resolver os problemas causados por ele mesmo. Mezzomo (2009) faz uma analogia sobre a marcha de vida na terra com o navegar de uma nave, onde a nave seria a Europa que possui um farol: a razão especulativa a fundamentar o mundo:

–[...] , mais que ser o fundamento de seu mundo, o farol da nave ilumina o caminho que vai adiante e atrás, permitindo que a Europa olhe para o –outro”, e se ponha a caminho em sua direção, com seu brilho conquistando-o. E quando ela foca um aspecto do caminho, ela o ilumina, mas em contrapartida, põe o restante da realidade na escuridão” (Mezzomo, 2009. p.3).

O histórico da civilização demonstra os contornos da trajetória do ser humano pela Terra, ao mesmo tempo em que este abria novos caminhos deixava de enxergar as tragédias sociais provocadas pelos atos que o levaram ao que, com o passar do tempo chamou-se desenvolvimento humano.

—A única oportunidade que temos de descobrir nossas cegueiras é reconhecer que as certezas e os conhecimentos dos outros são, respectivamente, tão aflitivos e tão tênues quanto os nossos” (Maturana, 2007. p.30).

Quando os acontecimentos ocorrem em lugares particulares, e não se está sendo atingido diretamente, aquilo se pressupõe um acontecimento casual sem grandes conseqüências. Embora qualquer movimento em algum lugar do mundo acabe se refletindo na vida de todos de alguma maneira. Tudo dependerá do tempo da natureza e não do homem.

O processo do movimento dos acontecimentos que ocorrem no mundo, ou evolução, acontece passo a passo e não tem volta, nenhum movimento promove o retorno para refazer o passado. O caminhar da evolução é um movimento contínuo para frente, não anda para trás. Os seres que vivem sobre a terra, o homem incluso, observam e passam por transformações que são consideradas evolução, para melhor ou para pior, dependendo da adaptação de cada espécie. Dessa forma, seres vivos adaptados a esse mundo conturbado e poluído, não mais pertencem ao mundo limpo e harmonioso que outrora viveram seus antepassados recentes.

O homem que viu a tecnologia como salvação para o seu desenvolvimento, hoje observa que não pode mais sobreviver neste mundo sem essas parafernalias que não fizeram falta à felicidade dos antepassados. O homem que viveu nos anos 50, ainda não desapareceu, mas parece um ser pré-histórico quando observado vivendo no passado, sem as tecnologias, hoje, ao alcance de todos. Assim, os seres que vivem neste planeta, acostumados com os PCBs¹⁰ da vida, não têm como sobreviver em um ambiente que lhes será estranho sem as poluições, pois elas depois de algum tempo se tornam parte de sua constituição física, mental, psicológica, social e cultural.

O compartilhar diário das mudanças que ocorrem no mundo, afeta a cada um pessoalmente e a todos de uma forma entrelaçada, somos modificados a cada momento, e não há perspectiva de retorno. Segundo Maturana (2007, p.10), —vivemos no mundo e por isso fazemos parte dele; vivemos com os outros seres vivos, portanto compartilhamos com eles o processo vital.” Construimos o mundo em que vivemos durante as nossas vidas. Por sua vez, ele também nos constrói ao longo dessa viagem comum.

A observação das mudanças pode passar despercebida, mas segundo Maturana (2007) somos influenciados e modificados pelo que vemos e sentimos. —É preciso que ele observe a si mesmo enquanto observa o mundo. Esse passo é fundamental, pois permite compreender que entre o observador e o observado (entre o ser humano e o mundo) não há hierarquia nem separação, mas sim cooperação na circularidade” (Maturana, 2007, p.14).

Essa percepção inicial do ambiente à sua volta se fez no silêncio das palavras até então desconhecidas, em um lugar escolhido por ser considerado apropriado para satisfazer as necessidades primeiras, como garantir o alimento e segurança com relação ao que se passava com o mundo lá fora. O lugar precisou passar pela desiderabilidade residencial, ser bom para viver, até que a percepção apurada do local pudesse transformá-lo em um lugar não desejável, ou seja, não mais desejável, por não dar a esse homem as condições necessárias à sua sobrevivência e do seu grupo.

10 PCB (BIFENILA POLICLORADOS): substância tóxica utilizada como isolante químico nos transformadores elétricos, produzida por uma fábrica da Monsanto, responsável pelo registro de 450 casos de crianças acometidas com uma doença motora no cérebro, dezenas de mortes por câncer, diabetes, hepatite e de outros tantos moradores da pequena cidade norte-americana de Anniston, contaminados com altos níveis de PCB no sangue.

Tuan (1982) faz uma reflexão com relação à percepção do nativo de um lugar e do visitante deste mesmo lugar: “O nativo tem uma complexa e derivada percepção de sua imagem por estar imerso na totalidade de seu meio ambiente. Sua expressão é uma forma complexa de acordo com o mito e valores locais do meio” (Tuan, 1982. p.67). Assim, o que o estranho pode fazer é dar o seu valor ao meio, de acordo com critérios advindos de sua vivência fora deste, o que pode não ser considerado verdadeiro, sob a ótica do nativo, pois faltará ao visitante o envolvimento necessário para a compreensão da realidade ambiental do local visitado.

2.3. Percepção e Linguagem

Escutando a fala do silêncio, o homem primitivo atribuiu sentido a esse e construiu uma forma de passar adiante o seu momento e a sua maneira de ouvir o nada que o rodeava. O homem primitivo trabalhou na construção das palavras a partir da imitação dos sons que ouvia no silêncio e da imitação dos sons emitidos pelas coisas do mundo, essas foram representadas por sons próprios que lhes davam lembrança da existência do evento ou “da coisa” fora do corpo. “A experiência de qualquer coisa fora do corpo é validada de uma maneira particular pela estrutura humana, que torna possível “a coisa” que surge na descrição” (Maturana, 2007. p.31). Essa circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que todo ato de conhecer faz surgir um mundo diferente aos nossos olhos.

Para que esses sons se transformassem em linguagem houve a necessidade de dar forma ao que não se viu, ou ao que ficou oculto entre sua percepção e “a coisa” descrita, assim, a linguagem, mais que palavras soltas seriam a forma de se fazer compreender pelos outros. “Foda reflexão, inclusive a que se faz sobre os fundamentos do conhecer humano, ocorre necessariamente na linguagem... Tudo o que é dito é dito por alguém... Toda reflexão faz surgir um mundo. Assim, a reflexão é um fazer humano, realizado por alguém em particular num determinado lugar” (Maturana, 2007. p.32).

Maturana (2007) pondera com relação ao poder da palavra como linguagem, pois ela nem sempre representa a realidade. Na tentativa de dominar esta, o ponto de discussão fica entre o que a linguagem diz e o que a palavra fala, segundo ele:

— as palavras na linguagem (na reflexão lingüística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio lingüístico. Por isso, nossos ‘pontos cegos’ cognitivos são continuamente renovados e não vemos que não vemos, não percebemos que ignoramos. Só quando alguma interação nos tira do óbvio – por exemplo, quando somos bruscamente transportados a um meio cultural diferente, e nos permitimos refletir, é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que consideramos como garantidas... A tradição é ao mesmo tempo uma maneira de ver e de agir, e também uma forma de ocultar. Toda tradição se baseia naquilo que uma história estrutural acumulou como óbvio, como regular, como estável. A reflexão que permite ver o óbvio só funciona com aquilo que perturba essa regularidade” (Maturana, 2007. p.265).

A compreensão do meio ambiente pelo homem advém da relação que este tem com os outros olhares dentro do mesmo ambiente, pois a troca de informações faz com que o olhar individual seja confrontado com o olhar coletivo e desse encontro há compreensão do ambiente vivido. Os saberes científicos procuraram definir o homem através das investigações da natureza. Dessa forma, a linguagem passa a ficar subordinada ao

pensamento científico que estabelece parâmetros para o olhar coletivo, desmerecendo o olhar individual, que passa a fazer parte do senso comum, aquilo que não merece crédito.

Júnior (2008) fala sobre o “retorno da linguagem” significando a recuperação do seu lugar central no processo de significação que dá ao homem um entendimento sobre si próprio e sobre a sua realidade. Para ele a significação “da própria existência (do real) é fundada no campo da linguagem e não fora dele como se houvesse apenas uma origem natural, biológica, física e material que pré-existisse ao sentido que as palavras dão a todas as coisas do mundo” (Júnior, 2008. p.2).

As considerações sobre a linguagem científica determinando que tudo deveria ter comprovação experimental, não é mais importante do que as experiências daqueles que vivem o cotidiano de seu meio ambiente, e tem oportunidade de expressar a sua realidade. “Há aí uma pergunta central lançada por Nietzsche: “*Quem fala?*” tal questionamento soa no sentido da análise foucaultiana como uma tentativa de problematizar aquilo que dá sustentação à própria fala entendida como significado e expressão da realidade” (Júnior, 2008. p.2).

“Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, as sequências de elementos que a conduzem, a lembrança de experiências passadas” (Lynch, 1997. p. 1).

O mundo percebido, só existe depois da interação do homem com o meio e com a percepção de seu corpo dentro do meio. “Percebermos que só temos o mundo que criamos com os outros, e que só o amor nos permite criar um mundo em comum com eles” (Maturana, 2007. p.270).

“A consciência que seria esse ‘dar-se conta’ do pensamento, não ocorre como algo inusitado, antes é o resultado inexorável de um estreitamento da ligação entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ do ser, no tempo” (Mezzomo, 2009. p. 3).

Para Lacan, o inconsciente é linguagem, é forma, imagem que não necessariamente “explica” um dado comportamento do indivíduo... algo que não pode ser significado, que não pode ser nomeado, que é significante e não significação; o inconsciente, é forma, não conteúdo. O inconsciente, o não-pensado, foi encarado assim como linguagem (Júnior, 2008. p.4).

2.4. Topofilia e Desiderabilidade

O homem para Lacan é o resultado de uma relação que se estabelece com o “outro”, o que ele chamou de homem duplicado. Essa relação é estabelecida em um lugar, onde a interação com o outro, passa pela interação com o ambiente e neste ponto as palavras nomeiam um lugar que independe do tamanho ou de suas condições de desiderabilidade (Júnior, 2008. p.4).

Ao imprimir a afetividade em um local específico, este se transforma em lugar impregnado da presença do ser que ali estabeleceu relações, mais que isso, o corpo físico do indivíduo inserido em um determinado lugar recebe de volta todas as consequências da interação que fez com esse meio, e quando a linguagem se sobrepõe as palavras, ela deixa de codificar esse lugar como um espaço territorial de parada, convergindo para as trocas de relações realizadas naquele ponto.

O engano que as palavras produzem não consegue ser o enganar do corpo, que impregnado do lugar estará se sobressaindo nas formas como se desenvolve a comunicação, a linguagem, é o inconsciente que Lacan chamou de forma, não conteúdo (Júnior, 2008).

E com o desdobrar das palavras, impregnado daquilo que não pode ser nomeado, viria a Topofilia, termo criado por Tuan (1980) para expressar este relacionamento, que significa para ele: “O elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico. Difuso como conceito e concreto como experiência” (Tuan, 1980. p.05).

Topofilia seria toda a emoção dada ao lugar, como confidenciaria Saramago¹¹, independente se pequeno ou grande, bonito ou feio, cheio ou vazio. O que importa é a quantidade de emoção que impregnou o local e o quanto o indivíduo se deixou impregnar por ele.

A topofilia vem com a participação de todos os sentidos humanos, tudo pode remeter a pessoa de volta ao seu lugar. Nota-se, nesse ponto, que somente os cinco sentidos não dão conta do envolvimento que é promovido entre o homem e o seu meio.

Outros sentidos aparecem para dar corpo ao envolvimento: sentido da distância (ver e ouvir); sentido da pele (tato, calor, frio, dor e os internamente relacionados com o sentido do paladar e do olfato); sentido da profundidade (posição e movimento de músculos e articulações ‘_inestésico’); os sentidos do equilíbrio (vestibular) e os sentidos dos órgãos internos. A combinação do perfume, das cores, da música e da superfície pode remeter uma pessoa ao seu lugar, independente do tempo e da distância que estiver desse. Assim a topofilia ultrapassa o limite do tempo, do espaço, não existindo distância entre o ser que interagiu uma vez em um ambiente e o lugar onde esbanjou suas emoções.

–Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão; envolve experiências estáticas dos lugares naturais e construídos pelo homem e os apelos mais persistentes e persuasivos de ambientes atrativos, como litorais e paisagens centrais. Em resumo, topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes ou costumes nos capacite a experienciar locais como dando-nos prazer” (Lassalvia, 2004. p. 57-58).

Não se nega a topofilia. A consequência de amar é não poder arrancar de dentro do ser que ama o amor. Mesmo com o passar do tempo esse amor não deixa de existir. Assim como não se pode negar o amor, a topofilia não se transforma em topofobia, pois o lugar menos desejável pode ser topofílico para alguém, pode ser o lugar de alguém. Assim a topofobia é um sentimento negativo com relação a um determinado lugar, mas não a negação à topofilia.

Há um contraste com a denominação de desiderabilidade residencial definida por Tuan que coloca que ela passa a existir quando há uma formação do sentimento topofílico muito intenso, ou seja, a vontade própria da escolha do local para morar, pois essa escolha pode ocorrer do ponto de vista econômico, social, sem qualquer participação da emoção pelo local, mas o passar do tempo e as relações ocorridas dentro desse, por mais difíceis que sejam as relações, estas podem se transformar em um lugar topofílico, independente da vontade de escolha.

–Construímos o mundo e somos construídos por ele, e essa construção é compartilhada [...] isto é um convite à assunção das responsabilidades que ela implica. Não se trata, porém, de uma escolha retórica, e sim do cumprimento de determinação que derivam da nossa própria condição de viventes” (Maturana, 2007. p.11-12).

11 José Saramago, escritor português, autor de “Ensaio sobre a cegueira”.

2.5. Educação Ambiental

Quando se atesta a chegada de uma nova vida ao mundo, inicia-se um processo de novas aprendizagens, tanto para vida que se começa como para o mundo que está a sua volta. Os odores, os sons, as imagens e o toque transformar-se-ão em aprendizagens promovendo as relações necessárias para o enfrentamento dos problemas do mundo. Quando nesse instante de atividade mental esse ser passa a ser monitorado em seu aprendizado, não interagindo mais com o mundo de forma descompromissada, mas comprometendo-se com outros da mesma espécie, se diz que ele está recebendo educação.

Segundo Tuan (1983) a relação do ambiente com os sentidos e os sentimentos manifesta-se constantemente por meio de nossas ações. Ele ainda admite que a generalização das normas não seja uma boa forma de contato com o meio ambiente, pois essa relação tem como participação a cultura, o nível intelectual e as experiências vividas que influenciam a interpretação que cada um faz do meio ambiente. Duas pessoas não conseguem observar ao mesmo tempo o mesmo ângulo de um mesmo objeto observado num dado momento. Tudo o que se vive, vive-se de forma individualizada.

Durkheim (1955) conceitua educação como o conjunto de influências que, sobre a nossa inteligência ou sobre a nossa vontade, exercem os outros homens, ou, em seu conjunto, realiza a natureza, ou seja, a educação é imagem das gerações passadas refletindo na sociedade futura.

—Educação é a ação exercida, pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina” (Durkheim, 1955. p.7-8).

A função da educação seria então, possibilitar a compreensão das pistas para se viver neste mundo complexo, e ao mesmo tempo, através do estímulo à aptidão natural, permitir observar-lo, obtendo referências para poder apreender toda a sua complexidade.

Somente a partir da emoção é que a educação favorece o despertar intelectual dos sentidos e da razão para discernir entre o real e o imaginário. Essa capacidade de discernimento promove, através do sentido crítico, a ação e o desenvolvimento de um ser ao mesmo tempo autônomo e social.

Com o avanço na área científica e tecnológica, ocorrido no século XX, e a entrada na era da globalização, o homem mundializado passa a demonstrar uma padronização de comportamentos na sua relação com o mundo informatizado. Enquanto os problemas, em nível global, são despejados em tempo real nos meios de comunicação, o homem, insensível à tudo, assiste como entretenimento as mazelas que a mídia transforma em espetáculo. Essa nova forma de visualização do mundo e interação virtual tem gerando erros e ilusões comportamentais com relação às realidades locais.

O que se tem esperado da educação é que ela não transforme as pessoas em depositário de informações, mas faça com que essas sejam capazes de absorver o necessário para conseguir promover ações de acordo com os problemas enfrentados, não se tornando um indivíduo deslocado dentro de seu próprio mundo.

A criatividade e as ações individualizadas, apesar de serem tomadas de decisões pessoais, interligam os indivíduos, que dentro da coletividade sofrem as consequências dessas ações, para o bem ou para o mal. Para isso, nas palavras de Paulo Freire (1997), sabemos que o professor deve ousar romper barreiras, abrir novos horizontes e olhar o

mundo de cabeça erguida, buscando espaços mais amplos, centrados no amor, no sonho, na esperança.

Nesse momento de incerteza, a educação atua como suporte para o fortalecimento da autocrítica que impede que se debruce na irracionalidade, promovendo o entendimento do nível “macro” das relações sociais, gerando condições de vida melhor no nível “micro” destas mesmas relações. Nos dias atuais, “os sistemas de ensino portam antinomias - contradições - criando e alimentando disjunções entre as ciências e as humanidades, assim como a separação das ciências em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas” (Morin, 2001. p.17).

As experiências conduzidas no domínio da educação, especialmente no cotidiano escolar, se esquecem de trabalhar a condição humana. Através do ensino tradicional, organizado em disciplinas, se promove a educação através de conteúdos desvinculados uns dos outros e da realidade local, tornando difícil a apreensão pelos alunos do conhecimento e da interligação desses com a complexidade da natureza humana e de tudo o que o rodeia.

A vivência dos conteúdos interligados e interação com a vida que ocorre dentro da comunidade são subsídio didático-pedagógico que podem ser utilizados para motivar os alunos à construção de competências, articulando o conhecimento escolarizado à prática social, onde o importante é não só aprenderem juntos, mas manterem vivos seu patrimônio, sua cultura e sua natureza.

A interação com as realidades regionais é ponte para o desenvolvimento dos sentimentos de valorização e conservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais das comunidades, o que torna possível o desenvolvimento local. Foi o apontamento de Sato:

A educação [contemporânea] caminha para a construção de uma nova ordem de transversalidade nas áreas do conhecimento, mostrando que a interdisciplinaridade favorece a pluralidade cultural, contribuindo para o enriquecimento do currículo escolar, despertando o interesse por temas atuais, onde os educadores possam olhar para a escola de maneira diferente. Talvez sozinhos, não se muda o curso da história, mas acreditamos que quando moldamos à uma nova proposta, engajamos em mudanças globais, pois quando mudamos um pedaço do mundo, mudamos, também o mundo. (Sato, 2000).

O apelo do final do século XX foi por indivíduos com diversidades de aptidões que pudessem gerir situações inusitadas e capacidade de resolver conflitos. A promoção de relações interpessoais continua em alta, mas apesar de saber o que se espera não se sabe para onde essa tendência está seguindo. Tudo pode mudar de um momento para outro.

Como herdamos do século passado o individualismo e o consumismo exacerbado, a superprodução ainda tem estimulado a violência e promovido tanto a degradação humana como a ambiental, e é neste momento que a escola tem sua atuação mais importante, no resgate da humanização do ser humano.

A compreensão dos fenômenos naturais e como se dão as ações humanas em relação a tudo o que está a sua volta, incluindo a forma de tratar o meio ambiente físico, é uma questão importante a ser abordada pela educação, quando trata do tema ambiental. Essa compreensão oferece a cada aluno a oportunidade de elaborar seus próprios conceitos a partir de meios educativos efetivos oferecidos pela instituição de ensino.

Para Reigota (1995), a noção de meio ambiente também é uma representação social. Ela tem uma dinâmica própria por estar ligada diretamente ao que é difundido pelos meios de comunicação de massa, sendo um processo contínuo de mudanças. Dessa forma, o critério

da representação social é qualitativo, depende de nossas relações culturais, afetivas, sociais e religiosas.

Em Educação Ambiental – tratando-se da representação social de indivíduos ou grupos – é necessário entender como esses atores sociais captam e interpretam as questões ambientais, e de que forma pensam e agem em sua realidade próxima. Para isso, antes de trabalhar com o aluno, Silveira (2007) coloca que é necessário identificar nossas próprias representações, e qual é a posição ideológica, social, política em relação ao meio em que vivemos.

A Educação ambiental demanda um processo ativo da forma de utilizar os conhecimentos que provoca conseqüências culturais e sociais. Essa utilização não pode ser programada, mas prevista de acordo com a elaboração das pequenas experiências vividas (Silva 2003).

A educação então se torna ambiental somente quando existe um entendimento maior da vida e da natureza. —N Brasil a Educação Ambiental se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para a sociedade” (Layrargues, 2004. p.67).

O desenvolvimento humano e a sua relação com o meio ambiente mostra a necessidade da promoção da conscientização para tornar a sociedade participante através de ações educacionais capazes de gerar a valorização da natureza.

Nesse processo, que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades, a Educação Ambiental tenta garantir um compromisso com o futuro. Essa sensibilização inicial do ser humano, através da Educação Ambiental passa pela noção de que os recursos da natureza são finitos e a preservação desses é condição para a continuidade da vida humana na Terra.

No Brasil, a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O capítulo I, Art. 1º define Educação Ambiental como: —os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Segundo a mesma lei, entre os objetivos da Educação Ambiental, que já haviam sido conceituados no art. 3º, I, da Lei nº 6938/81 como —o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, a defesa ambiental como exercício de cidadania, e o fortalecimento desta; a promoção do equilíbrio das grandes estruturas a partir do equilíbrio sustentável dos pequenos acontecimentos, assim como o desenvolvimento de uma Educação Ambiental comunitária na articulação dos espaços formais e não formais, de forma contínua, integrada e permanente.

A Lei Brasileira trouxe um conceito de Educação Ambiental moderno, pois o nascimento do termo foi se ajustando com o passar do tempo: na Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária Chosica/Peru, 1976 (MMA) a Educação Ambiental foi conceituada como: —a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas...”. Vários eventos de grande porte realizaram-se, realçando a perspectiva estratégica da Educação Ambiental para a sustentabilidade entre eles a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, em 1977 que considera a Educação Ambiental:

–Um processo permanente no qual indivíduos tornam-se conscientes do seu ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação para agir individual e coletivamente, prevenido e resolvendo problemas presentes e futuros.” (Munhoz apud Layrargues, 2004. p. 142)

Em 1980, surge na Europa, a vertente transformadora da Educação Ambiental procurando uma organização coletiva da espécie humana para que esta provoque sua realização em sociedade.

Loureiro (apud Layrargues, 2004. p 68), observa que a escola de Frankfurt, dentro da dialética Marxista, mostra o pertencimento do homem à natureza e à sociedade como expressão da organização da nossa espécie, denunciando nos meados do século XX, o processo de exploração das pessoas entre si, tendo como base sua condição econômica e os preconceitos culturais, como parte da mesma dinâmica de dominação da natureza.

–... a educação é um momento da práxis social transformadora, não sendo possível revolucionar a sociedade apenas com uma nova educação coerente com a perspectiva ~~ambiental~~, mas igualmente não sendo viável fazer isto sem a mesma. Revolucionar significa transformação integral de nosso ser e suas condições objetivas de existência; é a coincidência da modificação das circunstâncias com a alteração de si próprio, em nosso movimento de constituição como ser natural. Eis o desafio que está posto para todos” (Loureiro apud Layrargues, 2004. p.82).

Esse movimento entre a educação e a perspectiva ambiental, proposto por Loureiro, é o de ser capaz de transformar a si mesmo e também promover transformação nas transformações que advêm destas, pois o processo deve ser contínuo a partir de reflexões e debates.

Na Constituição Federal (CF) de 1988, o meio ambiente, capítulo VI, Art. 225 é definido como: –Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e futura gerações.”

Essa CF, mesmo redigida depois dos vários debates sobre as questões ambientais, enfatiza que o meio ambiente deve ser preservado para o bem estar do homem. Não há ainda a consciência nacional de que mais que a espécie humana presente nas terras nacionais, há um contingente imenso de vida a ser respeitada. Não há ainda o consenso legislativo, coletivo e individual de que não basta promover a degradação e depois tentar arrumar, pagar multa, ou mesmo poder, depois de uma avaliação, degradar tudo o que for possível, desde que não atinja o ser humano local.

Essa base constitucional permeia as escolas e os corações da maioria dos profissionais de ensino que participam da massa que tenta preservar o planeta para o futuro, diminuir a degradação e ainda ensinar seus alunos como jogar lixo no lixo. Esse tipo de pensamento tem como base uma Educação Ambiental arcaica, seguindo o pensamento de Diegues, no Mito Moderno da Natureza Intocada, onde a preocupação é com ações focadas na manutenção intacta de áreas protegidas e na defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza.

A Lei de Política Nacional de Educação Ambiental nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu artigo 5º. Especifica como objetivos da Educação Ambiental:

1. O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos, ecológicos; psicológicos; legais; políticos; sociais; econômicos; científicos; culturais e éticos;

2. A garantia de democratização das informações ambientais;
3. O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
4. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.
5. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macro-regionais, como vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.
6. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia.
7. O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC) está colocado que a Educação Ambiental deve ser tratada de forma transversal, ou seja, a questão ambiental deve estar incluída nas áreas de conhecimento, de forma que as práticas educativas sejam impregnadas ao ponto de proporcionar uma visão global e crítica dessas questões. A condição para que esse tipo de ensinamento seja realizado foi dada pela lei 9.795/99 que permite maior mobilidade dos educadores com relação às questões ambientais, pois a Lei estabelece obrigações e responsabilidades, tornando a transversalidade da Educação Ambiental, de acordo com os PCN/98, obrigatória.

Essa mesma lei consegue fortalecer as políticas públicas que tratam do meio ambiente quando institucionaliza a Educação Ambiental, permitindo à sociedade instrumentos para promover esse tipo de educação em todos os níveis educacionais: formal e informal.

Assim ao aplicar a Educação Ambiental, nas Instituições, o resultado que se espera desta educação é que ocorra uma transformação na forma de pensar não somente do educando, mas que possa ocorrer uma conscientização coletiva da necessidade de preservação do meio ambiente, para as futuras gerações, assim como a participação das comunidades no desenrolar das questões sociais, políticas, econômicas da região em que está inserida.

“[...] educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida... Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações... A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político” (Lima apud Layrarques, 2004, p. 85).

O paradigma da educação, ainda, está para ser quebrado e a Educação Ambiental é um novo paradigma que se infiltra dentro da área educacional na tentativa de definir um novo humano e sua relação com tudo que o cerca.

As questões ambientais surgiram inicialmente num Brasil em plena ditadura militar, onde os espaços educativos estavam despolitizados devido à repressão, e o que proliferou nesta fase foram os discursos ingênuos naturalistas, desvinculados dos debates sobre os modelos de sociedade em plena expansão. Era apenas o início de tentativa de mudanças na forma de pensar o mundo.

Mesmo depois da democratização dos espaços educacionais, não houve a reversão esperada dos discursos sobre as questões ambientais, que permanecem ingênuos. O Brasil entrou na era tecnológica, que trouxe para o homem novos desafios e a tarefa de se adaptar

às mudanças ocorridas por causa dessas, mas a relação entre o homem e a máquina não o tornou mais sensível ao meio em que vive. Desta forma, a tecnologia não trouxe consigo a diminuição da degradação ambiental, pois há a constatação desse aumento a nível nacional e mundial, “hoje apesar da difusão da Educação Ambiental, a sociedade moderna destrói mais a natureza do que há 25 ou 30 anos” Guimarães (2006).

A maioria dos educadores, apesar de bem intencionados, geralmente ao buscarem desenvolver atividades reconhecidas como de Educação Ambiental, apresentam uma prática informada pelos paradigmas da sociedade moderna (Guimarães, 2006).

Segundo o novo paradigma educacional, o professor não é detentor do saber, mas apenas o facilitador na procura do conhecimento que será repartido com os alunos. Os conhecimentos não são “certos” e definidos, e o aluno não é objeto de ensino, mas sujeito do seu estudo.

Ao fazer essa reflexão, procura-se observar de forma realista os educadores que tem a difícil tarefa de continuar dentro do sistema, com a missão de subvertê-lo. Essa difícil tarefa é uma das utopias da Educação Ambiental. Na reflexão sobre a Educação Ambiental no Brasil, observa-se um quadro de grandes possibilidades, mas carregado de desigualdades que precisam ser repensadas para se ter progressos significativos. Dentre eles está a formação do professor, agente multiplicador do processo formal ainda com deficiência em buscar um elo entre a teoria educativa e a prática pedagógica.

O aprendizado dinâmico, participativo e que busque novos horizontes, depende muito mais da postura do conjunto de profissionais educadores de uma determinada Instituição, do que de um professor isolado, pois sem a participação dos demais e do incentivo do corpo pedagógico ele continua a reproduzir o sistema, por comodismo ou medo de errar. A dificuldade na aplicação de uma nova prática pedagógica permeia as salas de aulas e o que foi tradicional volta a ser o mais fácil a ser aplicado.

O desafio é transformar essas instituições naquilo que elas deveriam ser sempre: comunidades. E comunidades de alteridade. Aqui entra a perspectiva da generosidade. Só existe generosidade na medida em que percebo o outro como outro e a diferença do outro em relação a mim (Betto, 2009).

“Quem ensina aprende, e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro” (Freire, 1999. p. 25).

Em Leff (2003. p.22), “a complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer. Ele questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo.” Existe a necessidade de estar aberto para escutar os apelos do mundo e sem isso não há como ter entendimento possível sobre a Educação Ambiental

A comunidade espera da Educação Ambiental a promoção da cidadania através do envolvimento, do conhecimento e da integração com a sociedade. Jacobi (1988) argumenta que é fundamental motivar e sensibilizar as pessoas no sentido de transformar as diversas formas de participação em concretização de uma proposta de sociabilidade, baseada em uma educação para a participação. O acesso à comunidade via escola possibilita uma nova postura diante da sociedade, com apreensão de novos significados e conhecimentos de diferentes saberes.

A possibilidade de participar efetivamente da vida da comunidade promove o exercício da autonomia e se estabelecem as identidades locais dando a noção de responsabilidade e compromisso aos jovens.

Leff (2003) considera que o desenvolvimento não é possível sem a interação social, de que não existe o desenvolvimento nem modo de avançar nele, se não estiver esboçado desde o princípio nas relações com os outros, com um terceiro que interceda.

–Neste sentido, aprender a aprender a complexidade ambiental implica numa revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um re-conhecimento do mundo em que habitamos” (Leff, 2003. p.22).

A necessidade do reconhecimento do outro participante deve emergir da razão crítica; o desenvolvimento cognitivo é fundamental e a cultura não necessita ser estática, mas recriada continuamente para dar espaço a novas idéias e promover negociações entre sujeitos, onde os indivíduos poderão se desenvolver a partir dessa interação.

O conformismo impede a visão de um futuro diferente. As mudanças são provocadas por pessoas inconformadas. Os conformados perpetuam aquilo que todos sabem ser ruim, mas nada farão para mudar. Para o professor que professa, mas nem sempre quer mudar ou se fazer ouvir como –senhor de si mesmo”, o que importa é a consciência de que ele não está criando algo inédito em sua mudança, mas apenas se permitindo construir algo novo.

A Educação Ambiental, então, deixa de ser um processo de mudança e de formação de valores adquiridos pelos alunos, mas a capacidade de transformações na forma como as idéias dos envolvidos são utilizadas na prática diária. Assim a Educação Ambiental constitui-se em um conjunto de idéias contrárias às idéias prevalentes no sistema social atual, procurando nos valores éticos, justiça e democracia para uma melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que procuram seus ensinamentos.

3. CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1. Proprietários Rurais

Foram escolhidos entre os pequenos proprietários, sete com propriedades próximas da Instituição de ensino e um ex-proprietário que recentemente vendeu suas terras. Dos alunos da Instituição, foram convocados 73 entre os matriculados na Instituição em 2009, provindos da zona rural da região. Durante o processo de visita às propriedades nas linhas próximas à Instituição de ensino e conversando com os proprietários, foram escolhidos aqueles que fixaram residência na mesma fase ou logo depois da colonização da região.

A cada proprietário escolhido foi entregue uma carta de apresentação da pesquisadora, enviada pela Instituição de Ensino, juntamente com uma carta do próprio pesquisador explicando o motivo pelo qual estaria realizando a entrevista (**Anexo IV e V**). A partir da aceitação e disponibilidade do proprietário em receber o pesquisador em sua residência para a entrevista foram agendados dia e hora para a realização da visita.

Para a obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa foi utilizada entrevista semi-estruturada.

3.1.1. Elaboração do instrumento para coleta de dados

Antes da elaboração do questionário foi realizada uma entrevista com o Secretário de Agricultura sobre a forma de abordar os pequenos proprietários, para a realização da pesquisa. O conhecimento de que a maioria desses não tinha estudo, assim como a reação negativa destes à reposição da mata ciliar, foi primordial para a elaboração de um questionário com questões que focassem o tema da pesquisa, utilizando vocabulário simples que pudesse alcançar o entendimento destes, assim como a preparação de estratégia que não provocasse constrangimentos no momento das respostas aos questionamentos.

O termo de ajustamento de conduta (**Anexo IX**) que os proprietários rurais tiveram que assinar na promotoria era motivo de cautela quando o assunto era o meio ambiente, pois haviam se comprometido a isolar área consistente em 30m de cada lado da margem do Igarapé, cessar todas e quaisquer atividades que viriam a degradar as faixas marginais do Igarapé, córregos e nascentes de sua propriedade, iniciar o processo de recuperação da área considerada de mata ciliar, realizando plantio de mudas fornecidas pela Escola Agrotécnica Federal. O acompanhamento seria feito pela Escola Agrotécnica Federal e a fiscalização pela SEDAM. Com direito a ser multado diariamente em R\$100,00 (cem reais), a contar do primeiro dia após o vencimento da obrigação, acrescida de juros e correção monetária. O prazo de vencimento para o termo de compromisso foi de 2 (dois) meses, a contar da data da assinatura.

3.1.2. Pré-teste do instrumento de coleta de dados

Após a elaboração da entrevista foram convidados dois alunos do ensino médio com idade acima de 18 anos, que moram na zona rural, para participarem do pré-teste da entrevista semi-estruturada. Os entrevistados fizeram observações de como seus pais entenderiam as questões e durante a entrevista algumas questões foram reformuladas para que não permitissem respostas dúbias ou que dificultassem o entendimento.

3.1.3. Instrumento definitivo da entrevista semi-estruturada

A entrevista contém questões que abordam dados da passagem e fixação do proprietário rural na região, propiciando ao pesquisador a oportunidade de coletar não somente informações verbais, mas indícios gerais de como é a relação do entrevistado com a terra em que vive.

Foram trinta e três questões, colocadas de forma livre que deram oportunidade ao entrevistador de identificar o modo como cada um daqueles indivíduos entrevistados percebe e significa sua realidade, levantando informações que permitiram ao pesquisador descrever e compreender a lógica que preside nas relações que se estabelecem no interior daquele grupo. A entrevista semi-estruturada está anexada no final da pesquisa.

3.1.4. Aplicação da entrevista

A entrevista com os proprietários rurais foi realizada no período que compreende os meses de maio a setembro de 2009, de acordo com a disponibilidade do pesquisador e do proprietário rural entrevistado.

Nas entrevistas, a comunicação foi do tipo não disfarçada, ou seja, houve previamente o cuidado de esclarecer ao entrevistado a relevância do tema e a importância de sua participação. Foram informados sobre a utilização de um gravador para facilitar a coleta dos dados.

Por causa da problemática com a reposição da mata ciliar, os entrevistados foram informados de que apesar do uso do gravador, eles não seriam identificados por nomes, mas por um codinome que seria utilizado somente para a pesquisa. Assim, num pacto de confiança entre pesquisador e entrevistado, a entrevista foi realizada, algumas utilizando blocos de notas, quando a presença do gravador provocava constrangimentos, mas na maioria dessas foi possível fazer as gravações.

As entrevistas foram realizadas na varanda ou no quintal das casas das propriedades, devido ao calor e também por ser o lugar reservado na propriedade para o recebimento de visitantes. Houve a preocupação dos entrevistados em servir sucos ou café durante o transcorrer das entrevistas. A participação dos parentes mais próximos, principalmente a presença da mulher, tanto como ouvinte ou como participante foi bem recebida e até requisitada de forma sutil, para não substituir o “homem” que estava colocando em cheque sua posição como o proprietário e responsável por tudo o que se relacionasse a propriedade em questão.

Os dados coletados foram transcritos pela pesquisadora. A utilização da transcrição foi uma estratégia para que pudesse filtrar a maior quantidade de informações relevantes para a pesquisa e pudesse retirar os excessos que foram introduzidos para dar maior leveza à entrevista, e essa pudesse transcorrer como uma conversa informal entre pessoas amigas.

3.2. Alunos do IFRO - Campus Colorado do Oeste

3.2.1. Elaboração do instrumento de coleta de dados: questionário

Antes da elaboração do questionário foram examinados documentos da Instituição para saber quantos alunos pertenciam à zona rural do município. Depois de coletados os dados, foram contatadas a Coordenação e a Supervisão de Ensino sobre a permissão para a aplicação do questionário dentro da Instituição. Liberado dia e hora para a aplicação deste, foram contatados os representantes de cada turma para que convidassem os alunos pertencentes à zona rural para participarem da pesquisa. Todos aceitaram participar.

O questionário foi elaborado pela pesquisadora a partir dos objetivos propostos na pesquisa.

3.2.2. Pré-teste do instrumento de coleta de dados: questionário

No teste do questionário foram convidados dois alunos do ensino médio técnico, primeiro ano, idade abaixo de 18 anos para responder as questões e discutir suas respostas com o pesquisador. A cada questão formulada foram discutidas a clareza ou as dificuldades em conseguir formular as respostas e assim foram reformuladas algumas questões ou foram retiradas do instrumento definitivo.

3.2.3. Elaboração das questões do questionário definitivo

O questionário possui vinte e uma questões, sendo onze abertas e dez fechadas (uma para colocar informação de conhecimento do entrevistado; sete questões apenas para responder sim ou não; duas com opções de respostas), estruturado de forma a observar a conscientização do aluno quanto à aplicação da Educação Ambiental contextualizada com o ambiente do entorno da Instituição de Ensino. O questionário proposto no estudo está disponibilizado em anexo (**Anexo X**).

3.2.4. Aplicação do questionário

O questionário foi aplicado em duas ocasiões, com a presença de alunos de duas turmas a cada aplicação, entre os meses de julho e setembro de 2009, nos horários intermediários entre as aulas normais, para não atrapalhar as aulas dos outros professores. Tiveram a duração de uma hora e antes da aplicação pediu-se que não identificassem a folha de respostas, e que respondessem as questões com a maior sinceridade possível, levando em consideração seus conhecimentos sobre o assunto abordado.

Os dados foram tabulados de acordo com as respostas, independentemente se a questão foi de pergunta aberta ou fechada. Na sequência da tabulação dos dados, foram determinadas as porcentagens das respostas que continham o mesmo conteúdo. As questões que mostraram grandes diferenças com relação às respostas tiveram seus dados colocados em gráficos para a melhor visualização desses. Acrescentados, na apresentação da tabulação dos dados, os comentários sobre cada um dos itens.

4. CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. Entrevistas com os Pequenos Produtores Rurais (Anexo 4)

As entrevistas ocorreram entre os meses de junho e julho de 2009. Foram oito os entrevistados, sendo que destes sete são proprietários rurais e um vendeu recentemente sua propriedade rural. Para a manutenção do sigilo de suas identidades, foram protocolados na base de dados, através de letras do alfabeto, seguindo a ordem decrescente destas: indo de A até H:

- Entrevistado **A**: casal, idade entre 60 a 70 anos, aposentados, procedentes do oeste do Paraná, há 30 anos. Suas terras foram desmembradas em favor de seus dois filhos, que continuam trabalhando a terra. O casal tem duas netas que se formaram na Escola Agrícola.
- Entrevistado **B**: casal, idade entre 50 e 60 anos. Ele procedente de Rio Verde (MS), e ela de Santa Catarina, estão no município há 32 anos. O pai dele, por causa de doenças endêmicas típicas da região, vendeu as terras adquiridas pelo INCRA e a família foi morar na cidade de VHA, próxima 84 km do município. Há oito anos se casou e passou a administrar um lote de terras doadas pelo sogro. Tem um filho. Funcionário municipal, agente comunitário, conhece toda a região. Serviu de guia para a pesquisadora, apresentando-a aos outros proprietários de terras da região.
- Entrevistado **C**: 86 anos, há trinta na região, originário de Treipú (Alagoas), aposentado. Morou em São Paulo e Paraná antes de se fixar em Rondônia. Desmembrou suas terras em favor dos onze filhos, mas, hoje, somente dois trabalham a terra. Nenhum dos filhos tem estudo.
- Entrevistado **D**: filho do entrevistado C, 50anos, mora no município há trinta anos, veio do Paraná ajudar os irmãos no trato da terra que seu pai adquiriu na região. Tem oito filhos, que estudaram até a oitava série.
- Entrevistado **E**: casal, idade entre 70 a 80 anos, aposentados, há 34 anos na região, provindos de Santa Catarina. Ele gaúcho e ela catarinense. Ele, por causa de um acidente na mata, ainda em Santa Catarina, perdeu a perna esquerda e anda com o apoio de uma prótese de madeira, que ele mesmo fez. O problema com a perna fez com que o INCRA, num primeiro momento, não lhes cedesse terras para que trabalhassem, e num segundo momento fez a liberação destas, mas num local de difícil acesso, até para quem não tinha qualquer problema físico. Ele agradece hoje por isso, pois o local é lindíssimo e ele deixa claro que morreria se tivesse que deixá-lo. Tem dois filhos. Um de seus netos se formou na Escola Agrícola.
- Entrevistado **F**: 72 anos, aposentado, 22 anos na região, originário de Santa Catarina, mas procedente do Paraná, tem oito filhos. Somente dois vieram com ele e a esposa. Desmembraram a terra em favor de dois filhos, os outros adquiriram suas próprias terras antes do desmembramento.

- Entrevistado **G** e **H** participaram de uma conversa informal, onde os dois contavam passagens de suas vidas e as modificações ocorridas no decorrer dos anos. O entrevistado **G** tem 44 anos, professor do município, seus pais chegaram há 15 anos procedentes da Bahia. Foi alfabetizado aos 12 anos. Com a separação dos pais houve o desmembramento da terra adquirida na região em favor dos filhos. Ele vendeu sua parte, pois não tinha como repor a mata ciliar, exigida pelo governo. Construiu um salão de cabeleireira para a esposa com o dinheiro da venda da terra. O entrevistado **H** tem 28 anos, nasceu em Colorado do Oeste e estuda na Instituição Federal de Ensino, cursando Tecnologia em Gestão Ambiental. Seus pais são procedentes do Espírito Santo e do Paraná e são proprietários de terra.

Os dados colhidos através das entrevistas foram transcritos para um melhor entendimento dos assuntos tratados, mas o pesquisador procurou não interferir na forma como os relatos foram feitos, visto que a forma de pronunciar ou se referir a algum assunto traz consigo não somente palavras, mas toda uma carga de emoção.

A decisão de colocar em forma de itens os assuntos tratados surgiu da necessidade de observar os pontos importantes da entrevista, relativos a cada tema relevante para a pesquisa. Dessa forma, parágrafos inteiros ou frases soltas foram retirados para servir de subsídios para a análise sobre os problemas da região, as questões ambientais abordadas e a topofilia apresentada.

4.1.1. Questões de Desirabilidade:

4.1.1.1. Saúde:

- **B_** *O pai adoeceu e fui então obrigado a me transferir novamente para Vilhena (VHA). Com sua morte toda a terra foi vendida e toda a família se transferiu de vez para VHA.*
- **F_** *As doenças não foram importantes, minha mulher sempre doente por causa da ulcera varicosa, mas a malária nunca pegou ninguém. A dengue não chegou até minha terra. A manhosa¹² não se viu mais na região. Somente um filho teve malária.*
- **B_** *Vendemos um pedaço de terra, para fazer tratamento[...]*
- **C_** *O lugar ajudou muito na manutenção da saúde da família, apesar dos problemas da falta de recursos da cidade na área da saúde. As doenças foram poucas, somente uma filha pegou malária, pois vivia na beira do rio. Na terra tem um riacho e a água da casa vem de mina.*
- **H_** *Nas cidades vizinhas, ou mesmo na linha 6 e 8, os lotes eram abandonados por causa da malária, mas ao abrir a mata o mosquito foi sumindo.*
- **H_** *Os donos de lotes grandes ficavam na cidade e o empregado ficava lá cuidando da terra, e aí ficava doente. A manhosa era freqüente, hoje diminuiu muito com o desmatamento.*
- **A_** *O boato de que o local não tinha doença a terra era muito boa, vim e vi que era verdade. Gostei daqui.*

¹² Leishmaniose (Úlcera de Bauru (cutânea), Calazar): doença causada por um protozoário, que tem como vetor o inseto do gênero *Phlebotomus*.

- *A_ No início foi difícil, havia a escola, mas a saúde pública era muito precária e até hoje não funciona, mas a família sempre teve saúde boa.*

A pesquisadora não privilegiou nenhum dos motivos relacionados à questão da desiderabilidade. A saúde foi colocada em primeiro lugar, mas poderia ser qualquer um dos assuntos abordados pelos entrevistados, pois todos foram considerados relevantes.

A doença aparece como um dos motivos de deixar a terra, para as pessoas que residem na zona rural o assunto é, ou foi muito importante em determinada fase de sua vida na região.

Com o povoamento, a região entra numa fase de transição epidemiológica, pois não somente outras doenças foram trazidas com a migração - é o caso da hanseníase¹³ -, como outras apareceram de acordo com o modo de vida da população que se instalou na região.

Ferreira (2003) considera o termo “doenças tropicais” controverso, pois são usados diferentes critérios, se referindo tanto à questão climática como também para questões ligadas ao subdesenvolvimento (aquelas doenças relacionadas com a pobreza, infra-estrutura, saneamento e de atendimento precário à saúde). No caso do Estado de Rondônia, e a região do cone sul do Estado, que é a área em estudo, os dois critérios podem ser utilizados, pois tanto o clima como a falta de condições sanitárias favoreceram e ainda favorecem o aparecimento das chamadas doenças de países subdesenvolvidos.

De acordo com o Informe Epidemiológico da Dengue, janeiro a abril de 2008 a Região Norte registrou um aumento de 49,3% no número de notificações, com 34.893 casos suspeitos de dengue. Foram confirmados 109 casos de Febre hemorrágica da dengue (FHD), sendo que 14 desses tiveram evolução para óbito. Na comparação do número de casos notificados em 2008 com o mesmo período de 2007, por unidade federada, observa-se aumento no Amazonas (547,7%), Rondônia (490,5%), Pará (91,3%), Acre (27,6%) e Roraima (18,2%). Rondônia registrou 5.563 casos suspeitos de dengue, com incidência de 349,9 casos por 100.000 habitantes, também se enquadrando como alta.

O trabalho do governo e os estudos das doenças tropicais na região na metade do século XX não tinham como prioridade a saúde da população, mas os projetos de extração do minério da região, assim como a implantação definitiva da agropecuária nas terras da Amazônia e Centro-Oeste do país.

O termo utilizado como transição epidemiológica significa a mudança dos tipos de doenças que atingem a população como consequência das mudanças nas características de uma população com sua urbanização. A Fundação Municipal de Saúde Pública (FMUSP) (2007) exemplifica essa transição com a queda na taxa de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida. Assim como um país subdesenvolvido tem mais mortes por infecção que um desenvolvido, este tem mais mortes por câncer que aquele.

A região do cone sul de Rondônia e o município de Colorado do Oeste nela inserida, foge à regra, pois esse se destaca como uma das cidades que mais arrecadam doações no Brasil para o Hospital do Câncer - Fundação Pio XII, de Barretos (SP). Isso não é somente uma questão de caridade.

No ano de 2009 o HC de Barretos atendeu 2.800 pessoas/dia, vindas de 1.328 localidades de todo o Brasil. Para o município de Colorado, foram 774 atendimentos para 66 pacientes. 99% dos atendimentos não pagaram pelo

13 Doença causada pela bactéria *Clostridium tetani*, provocando ulcerações e deformações no corpo acometido.

atendimento. Rondônia só perde para São Paulo no número de atendimentos. A unidade móvel do HC, que faz um trabalho preventivo e de detecção de novos casos frequenta o município uma vez ao ano e realiza a cada atendimento cerca de 150 exames preventivos de câncer de pele, próstata e colo de útero. (Imagem, 2009. p.22-24)

A suspeita dos casos de câncer na cidade e região (sem qualquer confirmação) fica por conta da utilização dos agrotóxicos nos últimos anos, assim como do garimpo no rio Sete Voltas, que durante muitos anos movimentou muito dinheiro, vidas e histórias no município. Há aproximadamente 20 anos, cerca de 180 pessoas procuravam extrair ouro, desse mesmo rio, se utilizando do mercúrio. Hoje, o câncer é um grave problema de saúde pública da região.

4.1.1.2.Desmembramento da terra para os filhos.

- *C_De quatorze filhos, somente 2 filhos estão mexendo com a terra. Dos outros 12, um morreu e os outros venderam a parte que lhes cabia.*

Ele segurou muito a terra com a mata intacta, mas os filhos diziam que enquanto tivesse mata era para derrubar. Desta forma, não podendo nem dormir na expectativa de ter que derrubar a mata, passou tudo o que tinha para eles.

- *C_A terra foi desmembrada somente para dois, pois dos oito filhos somente estes mexem com terra.*
- *G_São sete os irmãos. Destes, três têm terras. Os outros não mexem com terra.*
- *B_O gado está no local há aproximadamente 10 anos, com o desmembramento das terras muitos venderam.*

O desmembramento é a subdivisão de um imóvel, nesse caso o que mais acontece nessa região é a divisão em favor dos filhos que casam e ou pretendem constituir família. Os pais concedem a esses filhos parte igual da terra para continuar a produção e a sustentação da família, mas o que tem ocorrido na região é que com o desmembramento os filhos têm vendido a parte que lhes cabe de terra e saem da região com o pouco dinheiro adquirido com a venda. São poucos hectares de terra que redundam em alguns poucos reais, insuficientes para adquirir uma boa moradia na cidade.

As pessoas que adquiriram as terras nessa região, quando da implantação do pólo de colonização pelo INCRA, vieram à procura de maior quantidade de terras para poder partilhar depois para os filhos, por isso percebe-se o sentimento de perda não somente de parte da terra com a venda realizada depois do desmembramento, mas de parte de suas vidas, dedicadas a construção de um futuro para seus filhos, que não vingou.

4.1.1.3.Perda do sentimento de propriedade.

- *D_As pessoas que não venderam até agora, não quer ir para a cidade, e aqueles que querem vender só não vendem porque ninguém quer comprar (ninguém quer arcar com o custo de repor a mata exigida pelo governo). Vendem para ir para a cidade, o mato praticamente não é dele. Não podem derrubar nada e ainda tem que reflorestar. Se fosse hoje eu não comprava nada de terra.*

O entrevistado **G** Vendeu sua área porque era três alqueires de água e por isso, há quatro meses se livrou da terra para não ter que plantar a mata ciliar que não tinha em volta do rio. Com o dinheiro vai construir um salão de beleza para a esposa na cidade.

- **B** *Hoje aquele que tem roça não consegue vender, pois quem tem uma grande plantação tem também tecnologia, e desta forma a concorrência é desleal, pois o comércio somente aceita os grãos que passaram por secador industrial e a grande maioria colhe no braço o produto de sua plantação. O que se diz é que o suor desvaloriza o produto do pequeno. Este é um dos fatores que tem tirando o pequeno agricultor da área rural. É muito trabalho e pouco lucro. Então são vários os fatores que impedem que as lavouras dos pequenos cresçam: o terreno acidentado que não permite mecanização, o preço pequeno pago pelo comércio local, por falta da utilização da tecnologia que os grandes utilizam. Quem não procurou outro modo de sobreviver, que foi a criação de gado, foi embora morar na periferia das cidades grandes (são encontrados Coloradenses em todas as cidades da região).*
- **H** *Na cidade somente vai ficar aqueles que são obrigados.*

O Entrevistado **E** Cria gado e planta cacau, café feijão, arroz milho, mandioca. No início plantou somente café, colheu 350 sacas, ao tentar vender em VHA, o pessoal disse que tinha carvão e roubaram metade do café, então desanimou, pois não conhecia todos os seus direitos. Hoje acha que é melhor comprar no mercado do que plantar e tentar vender, pois conforme sua fala: *Não dá dinheiro, paga-se para trabalhar, tem que ter uma renda senão não sustenta o capital que tem.*

A legislação ambiental do Brasil é considerada uma das mais modernas, mas com tantas reformulações ficou difícil para o pequeno proprietário rural compreender e conseguir aplicar tudo o que a legislação sobre a Terra prevê. Como exemplo o Código Florestal (Lei 4.771, de 15-09-1965) e as medidas provisórias que o atualizaram.

Na primeira metade da década de 60 foi elaborada uma legislação específica para o campo e o primeiro passo foi o estatuto do trabalhador rural, em 1963. A seguir, o estatuto da Terra, em 1964, possivelmente a peça-chave do novo aparato jurídico, e toda uma extensa legislação complementar. Criou-se também uma legislação previdenciária que teve efeitos importantes a partir do início dos anos 70 (Palmeira, 1995. p.101).

A discussão ocorre com relação às diversas interpretações dadas a determinados pontos da chamada modernização:

[...] essa modernização que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo e agravaram-se as condições ambientais. Por isso, os autores gostam de usar a expressão modernização conservadora (Palmeira, 1995. p. 118).

A obrigatoriedade atual na recomposição de um ambiente o qual um dia tiveram que desmatar por força da lei que imperava no campo nas décadas de 60 e 70, faz com que se sintam sem alternativas para que possa cumpri-la de imediato.

O modelo de desenvolvimento da Amazônia está calcado na produção para a exportação, que se redesenha e se molda desde a chegada dos europeus, para melhor atingir seus objetivos. No caso da Amazônia do século XXI, criou-se a máscara de proteção ambiental (Paula, 2007. p.03).

Esse fato deixa no ar a continuidade daquilo que se tem caracterizado como falta de consistência das leis, que vêm e vão sem dar tempo para que ocorra a assimilação dessas por importantes segmentos da população brasileira, em grande parte constituída por pessoas com baixo grau de estudo e renda.

Os pequenos proprietários não são contra a preservação ou conservação da mata dentro de suas áreas, mas o que os deixa perplexos é a forma com que o governo determina normas e regras para serem cumpridas por aqueles que trabalham a terra, sem saber como essas medidas influenciam suas vidas.

O Ministério Público local através do projeto “Reserva Legal” (Anexo VIII) tem convocado os proprietários para resolver as questões que envolvem o descumprimento do Art. 225 da CF/88, ao Art. 1º do Código Florestal¹⁴, ao Art. 99 da Lei 8.171/91, ao Art. 1º da MP 2166/67, Art. 16, § 8º do mesmo diploma legal e finalmente ao Art. 1.228, § 1º do Código Civil¹⁵. O projeto está praticamente parado, mas há a determinação de cobrança do cumprimento do termo de conduta que todos tiveram que assinar perante a Promotoria.

O desânimo é geral, pois até gostariam de ter suas matas preservadas. Gostariam de ver os animais que desapareceram de suas propriedades, ainda por lá. Atualmente, concorrendo com os grandes agropecuaristas, mal conseguem sobreviver, com o pouco que conseguem vender de suas plantações. E como foram obrigados a transformar em pastos a mata para poderem continuar na terra, agora têm que gastar o que conseguiram juntar durante anos de trabalho, na reposição de uma mata que tanto relutaram em derrubar.

Aqueles que compraram as terras do INCRA, no início da colonização da região, viveram as mudanças na legislação e, tiveram que ir se adaptando às novas formas de tratar a terra, conforme determinações governamentais. Com o tempo, essa que lhes sustentara durante tanto tempo passou de desejável para não desejável, apesar do amor a terra não ter sido afetado. Os pequenos proprietários que trabalham com suas famílias mostram grande afeição pelo local que escolheram para morar, mas o desânimo é geral.

[-..]. No tratamento dispensado a essa Região, sobram polêmica, fantasia e imprecisão. A Amazônia que contém 1/5 de reserva de água doce do planeta, torna-se, em função desse quadro, mais um motivo de maior importância estratégica e política para o século XXI. Portanto, a Amazônia não pode ser reduzida a seu aspecto econômico”(Paula, 2007. p. 03).

Para a região, o ganho ambiental seria considerável se os pequenos agricultores pudessem compreender a necessidade da preservação, principalmente, das matas ciliares ao longo da rede de drenagem e outras áreas de preservação de uma bacia hidrográfica. Eles não questionam a importância da conservação dos rios, pois têm noção de que o planejamento da utilização do meio ambiente pode viabilizar as pequenas propriedades. Eles têm consciência

14 Art. 16, da lei nº 4.771/65, com modificações da lei nº 7.803/89 e MP 2166/67 (emenda const. 32/01).

15 Lei nº 10.406/02, de janeiro de 2002.

também de que a sua participação na destruição do meio ambiente é ínfima se comparada à do grande produtor, que pulveriza o veneno no ar, ou dos grandes empresários que despejam nos rios os resíduos tóxicos de suas empresas.

Assim, quando for dado aos pequenos proprietários condições de compreender os pressupostos que dão suporte aos instrumentos e mecanismos da gestão ambiental, principalmente quanto ao predomínio dos instrumentos regulatórios do tipo comando e controle, e que lhes proporcione meios de aumentar suas atividades agrícolas sem provocar danos ao meio ambiente é que haverá harmonia na vida daqueles que permanecem no campo, à revelia da modernização conservadora que para Souza (2008) confundiu modernização agrícola (absorção das novas tecnologias e aumento da produtividade) com desenvolvimento rural.

4.1.1.4. Trabalhadores da terra:



Figura 8: trabalhadores da zona rural de Colorado do Oeste (1965-1970).

Fonte: acervo de Leandro Augusto.

- **B** *Na vizinhança, muitos deles foram embora, a maioria deles braçal (roça).*
- **D** *O que desanima é que planta e não consegue vender. Há dez, doze anos o feijão tinha preço, hoje não. Desmatei o que podia (mostrou-se desconfiado com a pergunta sobre o desmatamento).*
- **F** *Quando surgiu o financiamento para a lavoura, peguei logo e comecei a plantar. O milho colhido foi deixado apodrecer, pois não tinha como retirar da região. Tive que tirar dinheiro do bolso para pagar a sacaria e o frete, mas o valor não compensava, então nunca mais fiz financiamento. O juros era muito alto. Como Rondônia era um Estado rico em grãos, não se lembravam que Colorado também plantava, então se trocava uma saca de feijão por um litro de óleo, ou por um litro de arroz. Desde então planto somente para o consumo interno, mas em 94 com o financiamento do gado, comprei e paguei o financiamento com a produção de leite.*
- **F** *O vizinho foi embora, pois não gostava de Colorado. Colho 20 a 30 sacas de feijão. Quando vou vender pergunta se é de secador. Se não for, não aceitam. Pode ser o feijão mais bonito que for não tem valor no comércio. O vizinho tem uns 20 sacos de feijão da colheita passada, mas como não passou no secador não consegue vender. O prejuízo é grande com a plantação, o custo é alto demais para continuar*

plantando grãos, o veneno é caro, tem que pagar o peão, a EMATER fornece o feijão, mas no final não tem valor o produto no mercado.

- **F** *O curtume incomoda muito, mas não sinto mais o cheiro porque é muito forte e a gente acostumou.*



Figura 9: Transporte e armazenamento Agrícola de Colorado do Oeste (de 1965-1980).
Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

Ao perceber o que se passa a sua volta, cresce a sensação de estar sendo engolido por algo desconhecido. Para Santos (2008) capacidade de sentir, de perceber, de dar significado e de relacionar, mesmo que em aversão, não pode ser arrancada, uma vez estando na existência –É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar” (Santos, 2008. p. 125).

4.1.2. Topofilia

4.1.2.1. Clima:

O entrevistado **E**, não consegue responder a pergunta sobre seus sentimentos em relação à região. Ele se emociona e derrama algumas lágrimas, não tendo palavras para expressar o tamanho de seu sentimento.

- **A** *nós gostamos da região e não vamos ir embora.*
- **G** *só pretendo sair daqui morto.*
- **B** *Gosto muito da região, por causa do clima,*
- **C** *Gosto de lembrar o passado, ficou feliz. Gosto muito da terra, por causa do clima.*



Figura 10: Paisagem rural do município de Colorado do Oeste - 2009.
Fonte: acervo de Neiva Moreira.

Nas respostas sobre o motivo de gostar da região, mencionam o clima, que está entre 23 e 30 graus, com períodos de chuva e seca que se alternam a cada seis meses. Esse clima dá uma tranquilidade com relação ao que se pode esperar da terra e sobre como acelerar os resultados dos projetos que necessitam de um andamento e finalização antes do período chuvoso. A chuva faz com que tudo ande mais lentamente na região.

O clima também propicia uma vida mais saudável, pois a temperatura se torna amena, podendo diminuir o ritmo de vida e dar uma pausa ao cansaço diário, o que contribui enormemente para uma vida mais tranquila.

Esse clima tão favorável à vida na região, também é um dos assuntos mais amplamente divulgados e discutidos pela mídia e por especialistas de diversas áreas de conhecimento, por causa do aquecimento global. Ele é um problema que atinge as questões ambientais e a economia mundial, não tendo como a região incrustada no Sul de Rondônia ficar à parte dos acontecimentos, mesmo que não tenha sofrido nenhuma mudança significativa em seu modo de vida por causa das modificações ocorridas no clima durante os últimos anos.

4.1.2.2. Vida em comunidade:



Figura 11: A reunião de vizinhos da zona rural do Município de Colorado do Oeste (70-80).
Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

O entrevistado **G** demonstra conhecimento das dores da terra e saudades da vida, que levava no campo, quando criança junto da sua família e da comunidade que estavam sempre presentes.

- **B** *_solidariedade do povo das chácaras, sítios e fazendas da região. Conheço todos da região, considero o povo acolhedor e gosto das conversas quando a gente se encontra.*
- **C** *_Gosto de receber visita, mas são poucas as vezes que recebo.*
- **D** *_Quando cheguei não gostava do local, mas fiquei com dó de deixar os pais e os irmãos sozinhos. Naquele tempo era animado.*

A vida em comunidade foi ressaltada pelos entrevistados, como um tipo de vida comunitária, onde havia uma espécie de horário de lazer diário entre os parentes. Esse momento de encontro entre os mais velhos e os jovens que se sentavam para trocar idéias sobre os acontecimentos do dia, foram definitivamente trocados pela programação da televisão. Hoje, muitos reclamam que mal conseguem ver seus vizinhos e pouco se sabe sobre os acontecimentos locais, pois somente saem da propriedade para as compras mais necessárias ou ir ao médico.

Os proprietários rurais da região sentem a falta do contato com os vizinhos e falam com saudades dessa época onde o contato era mais freqüente. Os finais de semana vinham com o compromisso de se encontrarem na propriedade de alguém para o almoço. Hoje, o bate papo escasseou ou mesmo desapareceu. Sem perceber se tornaram prisioneiros de suas casas e da televisão. Aos poucos deixaram de ser vizinhos para se tornarem telespectadores de uma vida que não é a sua.



Figura 12: Aspectos de áreas de lazer das pequenas propriedades rurais. Fonte: Acervo de Neiva Moreira/2009.

Com essa dispersão, muita da solidariedade foi sendo deixada de lado, e a maior perda causada pelos desencontros é que muitos estão envelhecendo sozinhos sem a presença dos antigos companheiros de conversa, distante apenas alguns quilômetros de suas casas.

O modo de vida rural vem se tornando vazio na medida em que se torna parecido com o modo de vida urbano. Com as novas tecnologias chegando ao meio rural se observa uma homogeneização do comportamento humano obedecendo a um padrão ditado pela mídia. A relação subjetiva com o mundo exterior se torna mais importante que o relacionamento com os parentes. Dentro de casa os relacionamentos se tornam de conveniência. Guattari (1999) defende que os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração.

As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra

freqüentemente "ossificada" por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão. É a relação da subjetividade com sua exterioridade - seja ela social, animal, vegetal, cósmica — que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva (Guattari, 1999. p. 7-8).

4.1.2.3. Abundância:



Figura 13: Produção familiar na região do cone sul de Rondônia (entre 1970-1980).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

- *C_Encontrei largueza em Rondônia.*
- *E_Queremos melhorar nosso gado, nossas coisas, o que temos estamos trocando. Fazemos inseminação, mas tasteamos no escuro, pois não temos noção daquilo que é bom.*
- *A_Viemos do oeste Paraná por que precisava aumentar a quantidade de terra para suprir as necessidades da família.*
- *F_Cheguei em 76, na segunda entrega de terra, procedente do Paraná, mas sou catarinense.[...] Me mudei devido a grande propaganda do Eldorado da região norte do Brasil.*
- *F_Quando cheguei achei tudo muito difícil, peguei 40 alqueires, gostei muito do local.*
- *F_Achei que somente com a ajuda do governo a terra poderia se desenvolver.*



Figura 14: Pesca nos rios da região (1970-1980).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

Para aqueles que saíram de pequenos lotes de terra no sul do país, onde não tinham como reparti-las para os seus filhos, o encontro de terras em abundância no cone sul de Rondônia foi o que faltava para suprir suas necessidades. Mesmo a dificuldade de acesso ao financiamento, não desanimou boa parte do pessoal que viu na região uma forma para crescer financeiramente e deixar algo para os filhos.

A paisagem da zona rural de Colorado do Oeste é belíssima, o terreno acidentado, com elevações que fornecem ao local um aspecto bucólico e leve, onde o gado e os carneiros são vistos de longe pastando em contraste com o capim sempre verde. As pequenas casas construídas nos lugares mais altos propiciando aos moradores uma visão ampla de seu território, assim como o cuidado com tudo o que está a sua volta. Com as divisões da terra para os filhos, esses constroem também suas casas em lotes em lugares altos e proporcionado a visão de toda a família. São casas de madeira, sem luxo, mas confortáveis.



Figura 15: Casas dos familiares de uma mesma propriedade na Zona Rural do Município de Colorado do Oeste (2009). Fonte: Acervo de Neiva Moreira/2009.

Esse ambiente foi declarado como um dos fatores de agregação do povo em torno da terra, juntamente com o solo propício para o plantio e para o gado. Todos os percalços do início da colonização desapareceram com o tempo. Os animais silvestres sempre estiveram

participando do cotidiano da vida rural, sendo a caça e a pesca durante muitos anos utilizados como lazer e na subsistência de famílias na região.

Para os proprietários rurais que somente desmatavam para não perder a terra, havia a percepção de que a mata era primordial e o que fazia a diferença na região era a abundância de animais, muitos desconhecidos por eles. Também foi especificada a presença de árvores nativas as quais não se sabia exatamente a sua utilidade prática. Observações foram feitas com relação à vegetação nativa, que ao desaparecer da região deixaram em seu lugar as pragas, e assim as plantações para a subsistência não mais renderam como antes da derrubada da mata.



Figura 16: Fruta da região Amazônica conhecida como pente de macaco¹⁶.

Fonte: Neiva Moreira/2009

Os pequenos proprietários têm um sentimento tão arraigado com relação ao local em que vivem que declaram sair da terra, somente mortos, e que se um dia tiveram que derrubar a mata, sem necessidade de tê-la aberta, eles o fizeram por conta, conforme Souza (2008) da pressão do poder público na época, que aliado ao setor privado, realiza a condução da população rural, obedecendo à lógica do capitalismo, dirige-se no sentido de transformar terras improdutivas em valores econômicos para o governo da época.

É certo que se multiplicaram as queixas e denúncias de colonos contra a colonização particular. –Eles vêem nela um empreendimento capitalista voltado para a acumulação do capital que remete para o plano inferior, a questão social e econômica em que se encontra o pequeno produtor levando-o a condição de excluído (Dias, 2003. p.50).

A mata ciliar que hoje cobram que replantem foi derrubada e provocou o assoreamento de muitos riachos, córregos e problemas nas nascentes, mas eles, os donos da terra, sabiam que não deveriam desmatar. Independentemente de suas vontades, não puderam contrariar as ordens governamentais (INCRA), pois, conforme avisados perderiam a posse da terra, se assim não o fizessem.

¹⁶ *Bagassa guyanensis*, família das moráceas. Árvore de grande porte, conhecida como amaparana – e de cujo caule se extrai substância corante amarela, empregada em tinturaria. Os frutos são adstringentes e comestíveis.

Os filhos daqueles que aqui chegaram primeiro, logo descobriram que casando também teriam o direito a terra e dessa forma muitos casamentos foram arranjados tanto para os moços, como para as moças. As pessoas eram contatadas no sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para vir até a região, casar e tomar posse da terra, assim muitas comunidades surgiram na região através dos casamentos arranjados.

4.1.2.4. Meio ambiente



Figura 17: Aspecto da Biodiversidade da vegetação encontrada no Cone Sul de Rondônia (1970). Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

- **D** *Não quero sair da terra, apesar de nada ter em meu nome, pois passei tudo para os filhos. Sinto muito não ter mais a mata.*
- **E** *Faz 34 anos que moro no local, nunca me faltou nada.*

Quando perguntado ao entrevistado **F** quanto aos seus sentimentos em relação ao município, ele se emociona, disfarça uma lágrima, perde a voz e quase chorando diz:

- **F** *Eu só saíu morto, gosto muito do local*

Todos os entrevistados demonstraram muita simplicidade sem parecerem simplórios. Mostraram-se detentores de uma cultura política arraigada na causa da terra e em permanente estado de alerta quanto aos programas do governo:

- **A** *Não derrubamos a mata ciliar, pois tenho na terra uma nascente de água. Considero importante a preservação dessa mata, tanto que ao chegar na região, as terras que adquiri não tinha mais mata ciliar em muito locais e nos recuperamos. Gosto muito da região e não pretendo ir embora.*

- *A_ Sempre permanecemos o mais tempo possível longe da mata, nunca demos nenhum tiro em animais, mas conhecemos muitos animais que freqüentam a mata: bugiu e até onça.*

4.1.2.5. Presença na ausência:

- *H_ Todos os lugares que vou encontro alunos da Escola Agrícola, e outras pessoas que foram embora da cidade, muitos em Colniza, Sta Luzia, Buritis. Eles continuam ligando para saber como está a cidade.*

Na entrevista foi detectada a ausência de muitos coloradenses que partiram à procura de uma vida melhor. Esses estão distribuídos pelo Estado de Rondônia ou nos Estados vizinhos, mas segundo os entrevistados, sempre procuram estar em contato com os amigos ou parentes para saber sobre os acontecimentos da região.

4.1.3. Questões Ambientais:

4.1.3.1. Caça:



Figura 18: Caça e presença de animais junto às moradias no Município de Colorado do Oeste. (anos 70). Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

- *B_ Conheci um sitiante que abriu o sitio com o dinheiro da caça. Isto em 77, tinha muita paca, jacutinga, porco, veado, anta, pássaros, com isso conseguia o seu sustento e conseguia manter o sitio, podendo abrir a mata conforme exigência do INCRA.*
- *B_ Hoje houve diminuição da caça (animais disponíveis para serem caçados), por causa da caça desenfreada que houve durante anos. Depois porque quem ainda tem uma mata procura cuidar para que não invadam para caçar os animais, por isso em alguns lugares ainda se encontra alguns animais. Nos lugares onde não há proteção aos animais e os caçadores podem invadir, não há mais animais, pois eles fogem para outras matas (são pequenas áreas intocadas dentro das terras de alguns proprietários), com isso não se tornam presas fáceis, principalmente, para os carros*

que cruzam a estrada, ao tentarem passar de um mata para outra, ou mesmo na facilidade de serem caçados quando estão no caminho de fuga.

- **D** *Diminuiu muito os animais da região, vi muita paca, anta. Os pássaros continuam, os macacos sempre passam, não invadem a casa, mas as roças de milho eles invadem. Tenho pouca mata e a outra está a aproximadamente 500 metros. Vejo os animais passando de um lado para o outro.*
- **H** *[...] tem mata ciliar e tem alguns animais, pois próximo do asfalto as pessoas caçam mesmo. A mata está interligada, cerca de 50 alqueires de mata, e com o reflorestamento senti a diminuição, mas também percebi que com a proibição da caça, eles estão voltando.*

O Cone Sul de Rondônia pertence à maior floresta do planeta, a Floresta Amazônica, está à margem direita do Rio Guaporé, num ponto de transição entre os Cerrados, a Floresta Amazônica e o Pantanal, que lhe proporciona características peculiares, por possuir elementos da biota destes três biomas (Euler, 2008. p. 39).

A Amazônia é definida pela bacia do Rio Amazonas, coberta grande parte por pela Floresta Amazônica(também chamada de *Floresta Equatorial da Amazônia* ou *Hileia Amazônica*) - a qual possui 60% de sua cobertura em território brasileiro. O Rio Amazonas nasce na cordilheira dos Andes e estende-se por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. É considerado o rio mais volumoso do mundo. A Floresta Amazônica está localizada na região norte do país, e possui uma área de cerca de 5,5 milhões de km², considerada a maior floresta tropical úmida do planeta e com maior biodiversidade (Ambiente Brasil, 2007).

A Amazônia Legal se estende por nove Estados brasileiros: Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e parte do Mato Grosso, representando mais de 61 % do Território Nacional (Reis, 2007. p. 3).

O Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade: a flora tem 4.400 espécies exclusivas; a fauna apresenta 837 espécies de aves, 67 gêneros de mamíferos, 150 espécies de anfíbios e 120 de répteis. A partir da década de 90, o governo e diversos setores da sociedade começaram a se preocupar com a conservação do que restou do Cerrado, devido, principalmente, à ocupação desordenada e aos sucessivos incêndios (MEC, 2004. p. 109).

O Pantanal é considerado um desaguadouro, pois se estende pela depressão do rio Paraguai, para a qual correm as águas dos rios que nascem em região mais alta. Os alagamentos ocorrem na época da chuva, alagando vários trechos que se transformam em lagoas. É uma formação composta de espécies florestais, áreas de campos, áreas de cerrado, tendo ainda a presença, em suas bordas mais secas caatingas (Tamdjian, 2005. p. 75).

Os dados sobre o trato da biodiversidade no país pode ser medido pela dificuldade em se obter informações sobre a realidade de todas as regiões do Brasil, visto que cada uma dessas necessitaria de uma quantidade de pesquisadores empenhados em acompanhar o desempenho dos animais dentro de um ecossistema mutante como o que se apresenta na atualidade.

A região amazônica ainda por ser foco das discussões sobre a sua biodiversidade tem conseguido manter um número de ações e informações suficientes para o trabalho dos pesquisadores locais, mas a região correspondente a transição entre ela, o cerrado, tem maior dificuldade em determinar os problemas causados pelo desmatamento e quantificar as espécies que tem desaparecido, pois muitas sequer foram catalogadas. Na região há falta de pesquisadores em todas as áreas e poucos órgãos trabalhando na conservação ou preservação

da biodiversidade. Ainda quando se usa o termo extinção de espécies liga-se diretamente à destruição dos ecossistemas, pois não há como desligar os fatos.

Quando os pequenos proprietários rurais se preocupam com o desaparecimento dos animais e tentam preservar um pouco da mata dentro de seu lote, o que se percebe é a tentativa de um trabalho ingrato e em vão, posto que, não há um consenso entre os proprietários da região na construção de um corredor ecológico para que esses animais possam ter condições de sobrevivência.

O registro das pessoas é de que desde o início da colonização da região, houve não somente o desaparecimento de muitos animais, como principalmente o isolamento daqueles que ainda restam nas matas de algumas propriedades. Para alguns, isso aconteceu pela caça dos animais tanto para subsistência como para o lazer, fazendo com que ocorresse a fuga destes para outras regiões. Esses problemas vêm acontecendo durante as últimas décadas de forma consentida, provocando a fragmentação da floresta da região, transformando-a em redutos de matas isoladas.



Figura 19: Presença da Arara azul na zona urbana da região do cone sul de Rondônia (2008)
Fonte: Acervo Neiva Moreira.

Para os animais que sobreviveram às derrubadas e às queimadas na região fica a necessidade de uma adaptação urgente ao pequeno local restante e a dificuldade em se deslocarem de uma mata para outra à procura de alimento. Para Junior (2008) o perfil dos remanescentes florestais pode diferir na forma, tamanho, microclima, regime de luminosidade, solo, grau de isolamento e tipo de propriedade. —As modificações nas paisagens afetam de forma diferenciada os parâmetros demográficos de mortalidade e natalidade de diferentes espécies e, portanto, a estrutura e dinâmica dos ecossistemas.” JUNIOR (2008)

4.1.3.2.Desmatamento



Figura 20: Queimadas na região de Colorado do Oeste (1975). Fonte: Acervo Leandro Augusto.

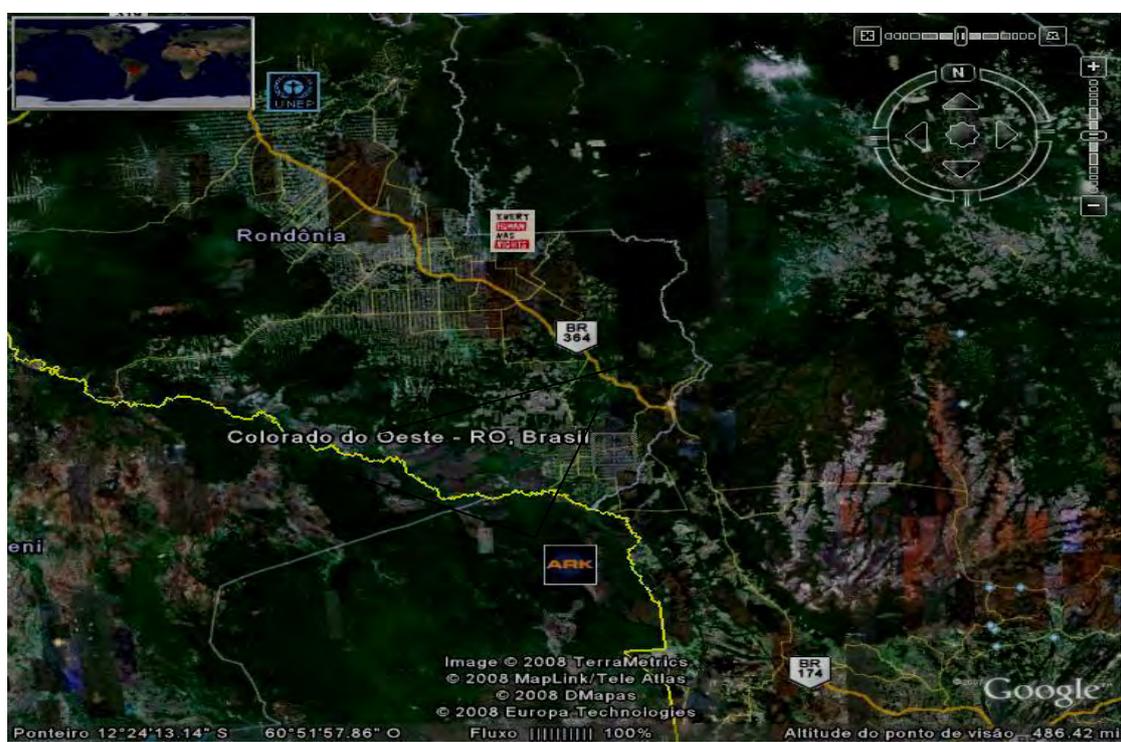


Imagem 1: Imagem de Satélite do Estado de Rondônia e Região do Cone Sul onde se encontra localizado o Município de Colorado do Oeste. Fonte: Google Earth, mar/2008.



Imagem 2: Imagem de satélite da região do entorno do Município de Colorado do Oeste.
 Fonte: Google Earth, mar/2008.

4.1.3.3. INCRA



Figura 21: INCRA, a polícia da Zona Rural no Município de Colorado do Oeste (anos 70).
 Fonte: Acervo de Leandro Augusto.



Figura 22: Desmatamento da região do cone sul de Rondônia (entre 1970 e 1980).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

- **E_** *O costume do Paraná era um pedacinho de terra para cada um, e bastante vizinho. O INCRA queria me repassar uma grande fazenda, eu não quis, pois não teria como cuidar. A parte que tenho de água está totalmente preservada, água boa. A que tomamos é de mina, encanada. Tem muitos morros, o local muito bonito.*
- **E_** *Quando cheguei no Estado de Rondônia, com uma prótese de madeira, que eu mesmo fiz e não troco por uma prótese anatômica, fui ao INCRA. Não quiseram me vender terra, porque eu tinha uma perna de pau. Tive que mostrar que tinha tido terra, a vida toda, no Paraná, então ofereceram uma terra bem longe da estrada, para provar que eu não conseguiria ficar.*
- **G_** *A família tomou posse da terra em 1975 em 1978 tinham derrubado 33 alqueires, havia 33 famílias na linha 1, onde estava todo o pessoal. Começaram a chegar as meninas e os rapazes (eram pessoas que vinham para casar com as pessoas solteiras da região), todos casaram e ao casar podiam pegar terra no INCRA desta forma foi surgindo a linha 01, 02, 03.*
- **H_** *O INCRA mandava derrubar para conservar a área. O INCRA dizia que não podia deixar nada com cerca de dois metros de altura. As grandes derrubadas trouxeram a falta de alimentação.*

4.1.3.4.Mata Ciliar



Figura 23: Demonstração de derrubada da mata ciliar no início da colonização da região do sul de Rondônia (início dos anos 1970). Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

- **A_** *O governo deveria fazer sua parte. Nós achamos que eles não chegam perto dos pequenos produtores porque vão ser barrados. Não sabem da necessidade de cada região.*
- **D_** *O governo não quer que o povo trabalhe, mas que vire ladrão em São Paulo. Vou acertar o rio (ou seja, vou plantar a mata ciliar), por que não gosto que fique cutucando, tenho uma mata espalhada, em volta do Corguinho, tem peixinho pequeno, ele é limpinho. A água da casa vem de mina, água boa.*
- **C_** *Vinte anos atrás tinha mais condições de trabalhar, hoje não tenho mais. Quando cheguei queria plantar algodão, mas a chuva estragava tudo, não tinha animal para trabalhar a terra, o maquinário não dava para usar por causa dos terrenos acidentados, então deixei de tentar.*
- **C_** *Crio um gadinho, mas toda vida plantei milho.*
- **F_** *A plantação era atacada por lagarta, o feijão atacado por mela, o pulgão, agora a cigarrinha tem aparecido muito. Há aproximadamente 12 anos, tem aparecido a cigarrinha, não gosta muito da braquiara, ele gosta mais do colônio.*
- **F_** *O gado precisa de muito cuidado, pois há muito berne, carrapato.*
- **F_** *Tenho na terra um Corguinho, com peixes pequenos, bagre. A traíra tem aparecido há aproximadamente dois ou quatro anos, não se sabe da onde vem.*
- **E_** *A parte que tem água esta totalmente preservada, água boa.*
- **A_** *nas terras tem nascente de água, por isso a mata ciliar foi preservada e o local que não tinha foi recuperado.*
- **F_** *Não há mata ciliar, o que se encontra é pequenas árvores. Ninguém ainda veio verificar, mas até janeiro eles avisaram que vão aparecer para verificar. Se tiver que reflorestar, tem que fazer, mas eu acho que não vou fazer não.*
- **F_** *Tem aparecido uns macacos de quatro 4 a 5 espécies, mas eles não aparecem sempre, de vez em quando aparece um no pé de manga. Um dia um subiu no poste e levou um choque, teve que ser tirado. Tem um pedaço de mata que continua com outra mata fechada depois ela se torna aberta. O que eu tenho é somente um bloquinho de mata. Vai até aproximadamente 15 alqueires depois mil metros desmatado e começa outra mata. Os animais têm que atravessar de uma para outra. As aberturas não são roças, são capoeiras, pastagens*
- **F_** *A cobra bico de jaca vi pela primeira vez aqui, não conhecia, mas nunca tive acidente com a família.*
- **G_** *O rio que passa pela terra de minha mãe, o rio maltrato, os peixes eram um poucos mais saudios. Com a falta de mata ciliar o córrego mudou de leito,*
- **A_** *O clima da região há aproximadamente 30 anos era mais quente que agora no geral e tinha época que chovia muito, conforme sua fala:*
- **C_** *Está chovendo menos.*
- **A_** *A friagem está mais ou menos igual.*
- **B_** *Todo o desmatamento foi feito em função de tomar posse da terra, pois sem isso o INCRA tomava os lotes e dava para aquele que estava desmatando em maior quantidade. Depois foi por necessidade de colocar o gado leiteiro.*



Figura 24: Áreas de mata ciliar na zona rural do Município de Colorado do Oeste (2008).
Fonte: IFRO Campus Colorado do Oeste.

4.1.3.5. Animais Silvestres

- **B** *Borboletas, aranhas antes tinha mais, mas hoje pouco se vê. Nuvens de borboletas deixaram de passar a aproximadamente dez anos. Os beija-flores há muitos anos não se vê. Os pássaros que passam são de época, guacho, anu preto, sanhaço não tem aparecido, depois de muitos anos apareceu um mutum. Os pássaros que comem frutas desapareceram, pois, os moradores não deixam frutas no quintal, quando deixam, os macacos aparecem para roubar.*
- **A** *Quando fala da região refere-se aos animais: _ Ainda hoje , de vez em quando passa uma onça, antes era difícil ver perto da casa, se via pouco, mas fora tinha muito, uma ficou por aqui e fez muita picada mata adentro.*
- **F** *Com a abertura da mata não tem mais animais, antes tinha anta, cateto, veado. As plantações de mandioca estão sendo invadidas, há 20 anos não aparecia o testa de ferro (tatu peba) agora aumentou muito. O pessoal não come esse tatu.*
- **C** *Hoje são poucas as cobras, antes tinha bastante, havia até um cemitério para elas, papa ovo, salamantra. Espinha de cobra era pior do que a dentada.*
- **C** *Em uma roçada, quando bati no pé de assa peixe, vi balangar na arvore, ela vinha descendo, bati bastante, parecia almofada, ródia dela, picou a minha perna. Vi sangue preto, e não é meu, depois vi sangue vermelho, esse é meu. Bati bastante na ródia, ela levantou a cabeça e mostrou os dentes.*

O entrevistado C percebeu que era uma cobra que não conhecia. Ele conhece muitos tipos de cobra, ele diz:

- **C** *aqui só não tem cascavel.*
- **C** *A cobra que viu, não era urutu, nem cascavel, mesmo tendo a malha da cascavel, a cor era aproximadamente cinza, o rabo grosso parecendo sabugo de milho, ele conta que a diferença dela para outras cobras era o rabo.*
- **C** *Até o jararacuçu. Foi matada uma à quatro anos, aqui. Sucuri já foi morta aqui na terra, dentro do cafezal.*
- **C** *Bico de jaca é mal, ele fica esperando e ataca.*

- *E_ Antes ninguém tinha nenhum animal, trouxemos uma mula e uma vaquinha, hoje tem água encanada, energia e muito leite. Tinha reservado mogno que não queria derrubar, mas os madeiros vieram e derrubaram. Havia muita paca, eu comia mais carne de caça do que outra coisa, até hoje tenho uma mata onde encontro alguns bichinhos, antes tinha cateto, paca, anta, veadinho. Os macacos e até os bugius, em tempo de manga e mexerica, começam a chegar, não se sentem ameaçados. Temos jacutinga, passarinhos de todo tipo, tem mutum, mas não são muitos. Tem que estar cuidando, pois é muito importante fazer pressão para preservar. Os cachorros acabam com tudo, eles limpam tudo, assustam os animais. Mesmo tentando manter a área preservada diminuiu, no geral, muito os animais da região.*
- *E_ Os animais (macacos) passam pelo fio de arame para ir de um lugar para outro, porque a mata não tem continuação.*
- *E_ Tem aparecido, em bandos, os tucaninhos, eles acabam com os ninhos de passarinhos, são bandidos, eles se alimentam dos ovos dos outros.*
- *H_ As abelhas eram muitas de vários tipos, hoje se vê muita Europa (Africana), somente ela. Ainda se acha a jataizinho (abelha jataí, também chamada indígena, sem ferrão) na mata de 46 alqueires.*
- *H_ Não observei diferença nos animais da região, houve o aparecimento de anu branco que não existia na região, vieram de outro setor, pois cerca de 15 anos atrás não eram encontrados. Outro passarinho que não havia na região é o juriti, eles dependem de capoeira, também no início não havia a voante do nordeste, e esta aumentando nesta região.*
- *H_ Quinze a vinte anos que não se via um tamanduá bandeira, e a três anos eu bati o carro em um, ainda tem na zero eixo, linha 4. O tatu pisqui, o canastra desapareceu (Priodontes maximus, faz parte dos 207 espécies de animais que estão ameaçados de extinção), nesta região sumiu a anta também. Elas estão migrando de uma mata para outra fugindo dos caçadores que invadem as fazendas, aquelas que os donos não impedem a caça. Os quatis são poucos. Os que andam de dois sumiram, estão somente aqueles que andam em bando. A jaquatirica desapareceu. O tatu peba aumentou muito, o tatu galinha desapareceu de vez.*

Enquanto o entrevistado **F** fala mostra um rabo de tatu bifurcado que mantém guardado, diz ser um animal muito raro.

- *E_ Com os cachorros, que espantam os animais, eles se afastam e desaparecem.*
- *A_ Os mosquitos viam em nuvens que entrava nos olhos e queimava, mas com o desmatamento eles pararam de vir, assim também foi com as nuvens de borboletas, nunca mais apareceram.*
- *A_ Os animais domésticos nunca precisaram de medicamentos.*
- *A_ Tinha tanto piolho de cobra que a gente tinha que tocar fogo, também tinha muita aranha caranguejeira, agora tem pouco.*

4.1.3.6 Tipo de Plantação

- *G_ Cheguei em 75 de Itamaraju, região do prado na Bahia, região do cacau, meu pai veio plantar cacau, lavoura branca, que era o que plantava anteriormente, trouxe da*

terra natal desde a rama da mandioca, o cacau, e as mudas de todos os tipos para plantar na terra nova, mas não conseguíamos sobreviver com o que a terra dava.

- **H** *Quando o pai chegou a terra já estava cheia de assa-peixe considerada praga, mas era vegetação da própria terra. A gente tinha que plantar a lavoura e derrubar o outro. Nos anos 80, começamos a plantar o colonhão¹⁷ para receber o gado. Com o colonhão na terra, a área que não era cultivada, foi ficando somente para colonhão. Para a plantação de subsistência, não havia praga, plantava o feijão, por exemplo, e depois tirava o matinho e depois só colhia. O colonhão era plantado em covas com mudas, não se sabia que se podia plantar a semente.*
- **H** *Em 78 começou a notícia do café, e meu pai plantou 12 mil covas de café. Em 81 o café Sumatra estava bem adaptado, mas o café não sendo próprio para a terra ele dava muito novo. Depois plantamos o Canillon que era mais resistente. As plantação de subsistência sempre era feita em terra nova, como tinha todo o lote e como era obrigado a abrir então plantava arroz um ano, no ano seguinte ele não produzia mais, então ele era plantado em área nova.*



Figura 25: Plantação de café e a produção de mandioca e banana do Município de Colorado do Oeste (1970-1980).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto.

4.1.3.6. Utilização de Agrotóxicos:

- **H** *Os agrotóxicos começaram a ser utilizados, nas plantações de feijão em 84 a 85. Antes dessa data não dava lagarta nem melava¹⁸. Era só plantar na época certa e colher. Hoje somente em cima do agrotóxico para manter a plantação. O veneno tem que ser colocado até antes da plantação. Quando tinha o assa-peixe era só derrubar e depois plantar. Hoje não se acha mais assa-peixe. No colonhão o assa-peixe toma conta, ele é típico da terra, mas faz aproximadamente dez anos que sumiu. O braquiarão¹⁹ elimina o assa-peixe. O assa-peixe e o pé de galinha é um ótimo remédio para a gripe, pois da raiz faz-se um chá amargo e limpa as vias aéreas superiores, faz parte dos remédios da pastoral da saúde. Tanto faz a braquiara como*

¹⁷ Capim colônião, trazido de outra região.

¹⁸ Doença do feijão, causada por fungos.

¹⁹ Capim braquiara.

o colônho se tem o assa-peixe e isola o pasto, ele mata o assa-peixe, mas se o gado está encima o assa-peixe toma conta.

- *A_ No início, teve ano que não colhi nenhum caroço de feijão, melou tudo, mas foi diminuindo, depois dava para colher para o gado. Faz muitos anos que não mela o feijão (esse ano 2009 choveu muito e começou a melar em pouco (não muito)).*

4.1.3.8 Criação de Animais:

- *A_ Tenho sete alqueires (para morar) e tenho vacas de leite, galinha e porco para a subsistência.*
- *A_ O desmatamento não tem afetado, alias até ajudou, pois antes melava muito o feijão, e mesmo que desse não tinha para quem vender. A vida melhorou com a criação de gado.*
- *A_ A mais ou menos dez anos não fazia nada de lucro com o que plantava, até hoje o que faço somente dá para vender para os feirantes. É o gado que promove o lucro.*
- *B_ A opção pelo gado foi por causa do terreno acidentado [...]*
- *B_ O gado está no local há aproximadamente dez anos [...]*
- *C_ Crio um gadinho, mas a vida toda plantei milho*
- *E_ Antes ninguém tinha nenhum animal, trouxemos uma mula e uma vaquinha [...]*
- *F_ quem veio de fora trouxe o cachorro que espantava todos os animais [...]*
- *H_ Nos anos 80 comecei a plantar o colônho para receber o gado [...]*

Todo o desmatamento da região foi feito em função de tomar posse da terra, pois o INCRA redistribuía os lotes mantendo uma porcentagem maior para aqueles que estavam desmatando em quantidade. Depois, o desmatamento tornou-se necessário para colocar o gado leiteiro, atividade que caracteriza a região atualmente. A opção pelo gado foi por causa da geografia do lugar, ou seja, o relevo é composto por terrenos acidentados dificultando a cultura de lavouras que necessitam de mecanização.

Com a reformulação do código florestal, a preocupação dos donos de terras que estava focada na entrada dos grandes latifundiários na região, passa a se concentrar na questão da reposição da mata ciliar e nos custos gerados por esse empreendimento. Muitos não se colocam à disposição sequer de pensar a respeito. Preferem sair da terra.

A fragilidade da situação é exposta na sequência de fatos outrora vividos em terras no sul do país:

- Dificuldade em conseguir lidar com a terra;
- Falta de orientação para realização de seu trabalho no campo;
- Dificuldade em conseguir infra-estrutura necessária para o escoamento e venda de seus produtos;
- Preço de venda de seus produtos incompatível com os gastos;
- Aparecimento de grandes proprietários de terras de outra região trazendo consigo tecnologias avançadas;
- Maior desvalorização de seus produtos, por não seguirem o cumprimento das regras industriais;
- Propostas de compra de lotes de terras pelos grandes fazendeiros;
- Aumento do preço da terra e incentivo ao arrendamento ou venda dessa para os grandes proprietários;
- Crescimento da dificuldade em se manter na terra;

- Aumento dos preços dos produtos da região;
- Venda da terra;
- Desmembramento da terra em favor dos filhos;
- Inserção nas grandes fazendas como trabalhadores braçais;
- Êxodo para a periferia urbana das cidades vizinhas;
- Procura de lugares onde possa começar de novo. Considerados os amansadores de terra pelo governo.
- Empobrecimento.

A complexidade dos ecossistemas é compreendida de forma muito simplista pelos pequenos proprietários de terra da região, a inter-relação entre os seus componentes demanda maior cuidado e as questões não são compreendidas por falta de conhecimento.

Quando falam do início de sua vida na região contam com entusiasmo e saudade de um tempo em que havia maior quantidade de plantas e animais, mas não existe a consciência, de que independente, de as normas ou regras do governo estarem certas ou erradas, para seu modo de vida, a situação deve ser revertida em favor da região, que ganhará um novo contorno.

A região tem uma flora muito rica, plantas que podem ser utilizadas para uso medicinal, que eles conhecem e divulgam entre si, para utilização das fibras, dos óleos ou mesmo alimentos. Mas há necessidade de se resgatar essas plantas e todo o conhecimento que as envolvia, pois os mais velhos estão morrendo e os filhos desses não estão absorvendo o seu modo de vida e conhecimentos adquiridos.

Assim como as plantas, muitos animais podem estar prestes à condição de extintos, se não recomporem a mata ciliar da região que faz a interligação entre as águas. Numa escala local e regional, a mata ciliar pode propiciar: a proteção do solo e da água, reduzindo o aporte de sedimentos e poluentes nos rios; formar corredores de biodiversidade (proteção à fauna); servir de barreira para propagação de doenças e pragas em culturas agrícolas; atuar como barreiras contra incêndios florestais e, sua restauração é estratégica para elevar índices regionais de vegetação nativa.

A questão ambiental para os entrevistados é uma questão nova e de difícil absorção, mesmo porque até a década de 70 o meio ambiente era deixado em segundo plano, quando a discussão era a economia do país. O meio ambiente apenas fornecia insumos para o processo produtivo e servia de escoadouro para os resíduos desconsiderados da atividade econômica.

A relação indiretamente proporcional entre desenvolvimento econômico e recursos naturais trouxe rapidamente a consciência da necessidade de reconhecer a dimensão ambiental como condicionante do processo de crescimento.

A vinda da maioria desses agricultores, numa época de colonização do Norte do país, foi uma tomada de decisão feita entre familiares que necessitavam dar melhores condições de vida aos seus filhos. Mas não estavam tomando essa decisão impunemente, pois nessa fase, na região Sudeste do país, São Paulo, em relação a outras cidades do Sul do país, estava ganhando um novo impulso de crescimento populacional e industrial, fase em que eles donos de propriedades familiares no Sul, começavam a vender suas terras, deixando a região para os grandes proprietários rurais, sem noção de que estavam sendo expulsos pela consolidação do capitalismo no campo.

Migrar para o Centro-Oeste ou Amazônia parecia, uma saída para se conseguir terras em quantidade e com menor preço. Essa tomada de decisão veio ao encontro do interesse do governo da época em absorver essa população excedente e até considerada problema para a consolidação da agropecuária capitalizada do Sul.

Deu-se o início da colonização de Rondônia, que teve em 1974 o ano de maior fluxo populacional, caindo em seguida para voltar a aumentar no final da década 70, conseguindo seu máximo na década de 80.

Com esse fluxo migratório aumentando, o Governo Federal a partir de 1970 cria o INCRA e vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles: o Programa de Integração Nacional - PIN (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974), com a intenção de fixar essa população migrante no Norte do país.

Entre 1970 e 1980 foram criados: o INCRA, como órgão coordenador da política agrária; os Projetos Integrados de Colonização (PIC); os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD). Os Projetos de Assentamentos (PA) por sua vez foram criados a partir das ocupações feitas pelas famílias excedentes dos projetos de colonização.

No início da década de 80, com a retomada da migração para a região Norte, inicia-se também o agravamento dos conflitos pela posse de terra, ocasionando a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Em 1985, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se então o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Esse Ministério mais o INCRA foram extintos antes de terminar a década, sem grandes realizações.

O INCRA volta a ser recriado no mesmo ano de sua extinção, ficando por um tempo semi-paralisado. Foi incorporado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996 e em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº. 3.338, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quadro 11: Projetos Integrados de Colonização no Estado de Rondônia.

Projeto	Área (ha)	Nº de família	Área de influência
Ouro Preto	512.585	5.000	Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná
Ji-Paraná	486.137	5.000	Cacoal, Presidente Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste
Adolfo Hohl	407.210	3.500	Jarú
Paulo Assis Ribeiro	293.580	3.500	Colorado do Oeste
Sidney Girão	60.000	600	Guajará-Mirim

Fonte: INCRA-1980.

O quadro acima mostra como foram distribuídas as terras dentro do Estado de Rondônia, assim como as áreas que tiveram um crescimento acentuado com a colonização.

A falta de conhecimento do solo e as dificuldades em conseguir apoio técnico para aumentar a produção fazem com que permaneçam durante anos sem grandes produções, falhando no alcance do objetivo maior que era o desenvolvimento financeiro e melhoria na qualidade de vida de seus familiares. Depois de passados os 10 anos determinados pelo INCRA, como tempo de não comercialização da terra, essa ainda não tinha conseguido alcançar a valorização esperada pelos proprietários.

Aqueles que não se conformaram com a situação de precariedade saíram da região e procuraram abrir novas fronteiras na região Norte. Para aqueles que ficaram, restou esperar a

melhoria da situação, procurando financiamentos e adequando suas necessidades ao que a terra podia oferecer. As lavouras, com o desmatamento passaram a demandar grande quantidade de agrotóxicos, assim com o tempo passaram a ser trocadas pelo gado, pois conforme a fala dos entrevistados dá mais lucro e menos trabalho.

Nesta fase, aqueles que chegaram ao Mato Grosso sentiram dificuldade em se readequarem ao trabalho do campo, pois nessa região já utilizavam novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo, que entraram na região com a chegada dos grandes empresários da agropecuária. Esses migrantes foram obrigados a procurar na região Norte um local para recomeçar, passando a fazer parte dos problemas que já começam a se avolumar na região.

Com a consolidação produtiva do Centro-Oeste na década de 90, iniciou-se a pressão de forma mais direta às áreas de floresta, acarretando alterações no papel do trabalhador com qualificação e dispostos a assimilar as inovações tecnológicas.

Como no cerrado, no sul de Rondônia não foi diferente, a soja foi se alastrando nas áreas planas da região, e assim Rondônia chegou ao patamar de maior percentual de área desmatada em relação ao território (28,50%). Até 1978, esse percentual era de 1,76%. (IBGE/2008)

Não somente a migração, mas várias foram as causas do desmatamento na Amazônia como um todo e especificamente em Rondônia: o crescimento da indústria madeireira, a construção de rodovias e as queimadas realizadas para manejo de pastagens e áreas agrícolas (Sérgio, 2009).

Foi detectada a presença da pecuária em todos os municípios onde há derrubada de floresta. A maior concentração de rebanhos está nas regiões com mais de 80% de área desmatada. Existe grande concentração de cabeças de gado nos municípios de Rondônia, são 100 a 297 cabeças de gado por km² de área municipal, de acordo com o IBGE/2006. Rondônia movimentou US\$ 197,532 milhões com o comércio de carne bovina para o exterior no primeiro semestre, o que fez do Estado o quarto maior exportador do produto no Brasil (Embrapa, 2009).

4.1.4. Educação

4.1.4.1. Entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste e as Questões Educacionais do Município.



Imagem 3: O entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste. Fonte: imagem Google/2008.

4.1.4.2. Questões Educacionais:

Formação

- **A** *Os mais velhos não têm estudo e seus filhos sabem muito pouco. Os netos agora estão melhorando, têm duas netas que estudaram na Escola Agrícola, uma trabalha com apicultura.*
- **D** *Tenho oito filhos, o máximo que chegaram foi na oitava série.*
- **A** *Nós tivemos que deixar o município para levar os netos para a escola, depois que estes estavam encaminhados voltamos para a zona rural.*
- **E** *Enquanto os filhos estudam por perto, ainda dá para levar, mas quando precisam estudar fora fica difícil, pois tem que largar tudo.*
- **C** *A maioria dos filhos chegaram na região adultos e não tiveram condições de estudar, aprenderam um pouquinho, estudaram até a quarta série pois as escolas eram muito longe do local em que moravam.*
- **G** *Comecei a estudar com 12 anos, pois tive que esperar a escola ser construída na zona rural, trabalhava muito para manter os estudos, era muito difícil.*
- **H** *Quando as escolas começaram nas linhas, no meio do caminho, cerca de 15km depois que começou a pegar aluno, o ônibus estava cheio. Hoje nesses 15 km somente uma Kombi vai buscar os alunos da escola.*

Conforme os dados das entrevistas o que se observa é que os entrevistados já vieram adultos para a região, são pessoas, hoje, aposentadas, sem qualquer estudo, e seus filhos, aqueles que chegaram adolescentes não tiveram condições de estudar, pois somente a partir de 1978 é que começam a funcionar as escolas de ensino fundamental na zona rural.



Figura: 26: Estradas da zona rural do Município de Colorado do Oeste (1970-2008).

Fonte: Acervo de Leandro Augusto e de Neiva Moreira.

O relevo acidentado dificulta a chegada até a Escola, pois as dificuldades eram e ainda são muito grandes. Hoje, aqueles que moram em regiões acidentadas se utilizam de

motos para levar seus filhos até a estrada, para que possam tomar o ônibus, que os levarão até a escola. Dessa forma, aqueles que chegaram a estudar começaram tarde e abandonaram cedo.

Participação do IFRO - Campus Colorado do Oeste no cotidiano da vida rural:

- *A_ Ela não trouxe nenhum projeto, mesmo tendo parentes na escola;*
- *A_ Minha neta aprendeu na escola e está trabalhando com apicultura. Está difícil, pois tem que levar a caixa de um lado para outro no cerrado. Na seca não tem flor, então pára tudo.*
- *A_ A escola poderia ajudar com o conhecimento na criação de peixes, de carneiro, etc, pois eles têm os conhecimentos que nós precisamos dele para melhorar.*
- *C_ A Escola Agrícola nunca trouxe qualquer benefício para minha terra. Nunca.*
- *D_ A Escola Agrotécnica não foi utilizada nem por mim, nem por nenhum dos meus filhos. Ninguém da Escola veio até hoje para ajudar no manejo da terra.*
- *E_ Tenho um neto formado na Escola Agrícola, e hoje ele está fazendo Zootecnia.*

O entrevistado **E** conta que seus netos estão acompanhando o desenvolvimento do mundo. Não ficaram no sítio, eles se formaram e foram embora da região.

- *E_ Meu neto estudou na Escola Agrícola, hoje trabalha em Vilhena-Ro, em outra área, mas ajuda o pai aplicando todo o conhecimento que tem do trato com a terra.*
- *E_ A Escola Agrícola ajudou muito a melhorar a qualidade de vida de meu neto.*
- *E_ Ele vai ter uma família melhor e um jeito melhor para sair da região. A vantagem do estudo, e que dá oportunidade de crescimento. No início não tinha como passar numa faculdade, era difícil. Tenho três netos formados em Escolas Agrícolas, um no Paraná, outro trabalha hoje como mecânico e o outro está se formando em zootecnia.*

O IFRO - Campus Colorado do Oeste, por ser uma Instituição formadora de profissionais que atuam no meio ambiente, tem como objetivo, também a atuação no campo da pesquisa e extensão junto aos pequenos produtores. Essa atuação visa promover a formação de cidadãos conscientes de sua participação local nas questões relativas ao suporte técnico às famílias e a sustentabilidade no seu manejo com a terra.

Das oito famílias entrevistadas duas tem filhos que estudaram ou estudam na Instituição, mas todos independente de ter ou não parentes na Instituição de Ensino, são unânimes em afirmar que esta não participa da vida deles, enquanto pessoas que trabalham com agricultura e pecuária. Eles não se atrevem a procurar os recursos que a Escola possa oferecer mesmo aqueles que estudaram ou estudam na escola.

Há necessidade de se admitir que as questões do campo devam ser observadas através de uma nova perspectiva. A educação assim como o mercado de trabalho tende a gerar atitudes que trazem à tona as diferenças de *status* entre si e as posições consideradas ainda inferiores. Quando isso acontece, numa região rural, as discriminações de *status* tendem a serem mais fortes, os valores dos grupos sociais mais fortes tendem a se tornar referência, promovendo resistência a inovações, pelo apego ao *status quo* local, dificultando o acesso daqueles que estão colocados em posição de inferioridade.

—A Educação Ambiental lida basicamente com a relação homem-Terra. Ela lida com a relação homem-homem, apenas na medida em que esta afete, ou venha ser afetada por relações homem-Terra” (Scatena, 2005. p. 36).

Mussoi (1993) afirma que a escola tem grande importância tanto na migração quanto na retenção do homem no espaço rural. O comprometimento com o local e a conservação de seu ambiente advém da conscientização da necessidade de preservação. A maioria dos proprietários rurais tem poucas informações sobre as degradações ambientais causadas por atitudes incorretas, mas o trabalho rural com a participação das escolas permite que o sentimento de satisfação aflore, com maior participação através de organizações, promovendo atitudes e comportamentos ambientais.

O interesse pelo que as instituições governamentais têm a oferecer para as comunidades agrícolas pequenas, necessita ser estimulado, mesmo porque é papel da educação criar esses mecanismos de interação entre a comunidade ao seu redor e o acesso as informações que os levem a ter senso crítico e aprender a cuidar do espaço à sua volta, para que este se torne sustentável. Sato & Bastos (2002) comentam que “a participação ativa da comunidade faz-se fundamental”.

4.1.5. Perspectiva para a região

- *F_Colorado do Oeste não é região para plantação de cana, pois é muito acidentado, mas o plantio de cana pode atingir os municípios vizinhos (Cerejeiras, Pimenteiras e Cabixi), assim como o curtume vai gerar emprego, seria uma renda a mais para o município. Hoje os vizinhos estão produzindo grãos, como o de soja. A cana de açúcar vai ser viável no local. Muita gente não tem lugar para trabalhar, as pessoas que virão para as usinas de cana virão para morar, isto fará com que corra dinheiro na região. Quanto aos problemas que podem ocorrer pela plantação não é tão importante quanto à possibilidade de desenvolvimento.*
- *A_Se fosse plana, viraria canavial.*
- *G_A plantação de cana pode trazer desenvolvimento e emprego para os jovens.*

A frase utilizada sobre a plantação de cana como desenvolvimento para o município e emprego para os jovens, demonstra que para eles só há perspectiva de melhorar a região com a presença de indústrias. Mesmo o curtume (que polui o ar da região com resíduos e gases tóxicos, tornando o respirar quase um sacrifício, durante algumas horas do dia), pode até ser ruim para o meio ambiente, que nesse momento fica em segundo plano, diante da possibilidade de mais uma fonte de emprego na região.

O repasse de conhecimentos através da Escola Agrícola permite que os profissionais técnicos a serem formados, naquele ambiente educacional, possam desenvolver mecanismos para tornar as atividades agrícolas ambientalmente sustentável e economicamente produtivas. Assim, através de novas tecnologias pode haver a promoção do desenvolvimento do ambiente rural produzindo mais sem deixar de conservar o meio ambiente.

De todas as mudanças esperadas com a educação, pressupõe-se que a mais importante seria a mobilidade econômica, social e segurança física. A educação, no contexto rural é a única forma de ascensão possível para os seus filhos, assim a introdução da educação nas áreas rurais tradicionais teria como função introduzir aqueles conhecimentos e habilidades, ou seja, a qualificação que permita a passagem de uma economia de subsistência, para uma economia moderna.

Ao se relacionar as questões ambientais com a falta de instrução observamos que a falta de entendimento sobre a legislação relacionada a terra pode ser uma das causas da degradação ambiental. O comportamento ambiental dos produtores rurais é consequência da vivência dentro de uma comunidade que permanece isolada das novas questões ambientais

que passaram a fazer parte da vida do mundo globalizado. A Comunidade Escolar Agrícola Federal trazendo esses pequenos agricultores para participação efetiva de seus projetos de ensino, com o tempo, podem diminuir a alienação da comunidade rural sobre as questões ambientais, promovendo a dissolução de suas dúvidas, ao mesmo tempo em que, pode provocar novos comportamentos que poderiam ser considerados corretos ambientalmente para a vida em comunidade.

4.2. Questionário Aplicado sobre as Questões Ambientais no Cotidiano Escolar.

As perguntas foram reunidas pelos temas que tratam:

4.2.1. Da identificação do professor dentro do contexto regional

1. Dentre os seus professores, quantos pertencem à região em torno do IFRO?

RESPOSTA COM A QUANTIDADE DE PROFESSORES:	PORCENTAGENS
ATÉ 06	11,3%
DE 07 a 12	34,0%
ACIMA de 20	9,4%

Os alunos demonstraram não ter conhecimento da região de origem dos seus professores, pois muitos desses professores são provenientes de outras regiões do Brasil, a maioria dos Estados do Nordeste.

A dificuldade em ter esse conhecimento acontece, na medida em que os professores lotados na Instituição permanecem pouco tempo com os alunos fora da sala de aula, apesar de permanecerem durante oito horas dentro da Instituição. Há uma rotatividade de profissionais da área que dificulta o conhecimento e a troca de informações entre os próprios profissionais e entre esses e os alunos

4.2.2. Cotidiano da Vida Rural X cotidiano escolar

1. O cotidiano da vida rural faz parte das discussões dentro das disciplinas na sala de aula?

SIM	50%
NÃO	50%

Os alunos, não demonstram ter a noção do que é relevante para a sua formação. Assim, observamos que para muitos falar da região significa trazer o cotidiano de sua vida fora da escola para a vida escolar, enquanto que para outros a abordagem deveria ser mais próxima, com o contato direto com as pessoas da zona rural em torno da Instituição.

2. As considerações feitas sobre sua vivência na zona rural se transformam em tema para suas aulas?

SIM	50%
NÃO	50%

Observa-se que 50% dos alunos colocaram que o cotidiano da vida rural da região faz parte do seu dia a dia escolar, pois são realizadas discussões em sala de aula, ou esse se transforma em tema a ser desenvolvido em aula. A necessidade diária dos professores de ensinar a forma correta de trabalhar com a agricultura ou pecuária é um dos motivos para que a contextualização se torna necessária. Na troca de informações ocorre a promoção de um aprendizado rápido e uma modificação na forma de observar os fenômenos naturais da região.

Outros 50%, colocaram que não há discussão sobre o cotidiano da vida rural, pois para eles, a escola, ao mesmo tempo em que procura sanar as dúvidas e provocar mudanças de hábitos, ela não vai até o meio rural para participar da forma de trabalho realizado no cotidiano da vida rural. Assim as discussões são feitas somente em nível teórico, não a partir da vivência desses alunos.

A localização das propriedades no entorno da escola, seria o local ideal para ocorrer a contextualização da educação formal, para que o entendimento pudesse ser considerado pleno, assim como para que os alunos pudessem vivenciar as transformações não somente deles como adolescentes, que vão um dia utilizar-se das técnicas para trabalhar a terra ou os animais, mas observar *“in loco”*, enquanto se desenvolvem como adultos, como profissionais técnicos e intelectuais, as transformações ocorridas no meio ambiente do entorno de seu ambiente escolar, com a sua participação efetiva.

3. Os temas das discussões em sala, sobre a região de onde você veio, servem também de tema para realização de trabalhos a serem divulgados para toda a Instituição de ensino?

SIM	50%
NÃO	50%

Os alunos ainda se dividem, pois a metade deles considera que seus trabalhos em sala são divulgados para toda a instituição, outros não consideram isso verdadeiro. O que se questiona é a forma de divulgação dos trabalhos realizados, que para muitos alunos não é uma forma que atinja a todos da comunidade escolar, muito menos da comunidade municipal.

O exemplo a ser dado são os trabalhos feitos na disciplina de artes, a maioria das vezes apresentados dentro da sala de aula, pois não há lugar específico para tais apresentações. Outras apresentações, como por exemplo, a Feira de Ciências e Tecnologia e Feira do Livro, têm seus trabalhos não somente divulgados para a comunidade escolar, mas também para a comunidade municipal.

Desta forma, para esses alunos, essa questão faz com que repensem os trabalhos que participaram de forma ativa, mas os outros 50%, que não consideram seus trabalhos divulgados estariam fazendo referência à quantidade de trabalhos realizados e não apenas os pontuais, que interessam a Instituição divulgar, mas aqueles aos quais julgam importante a divulgação para comunidade escolar e municipal.

4.2.3. O desenvolvimento do entorno do IF-RO – Campus Colorado do Oeste.

1. Você observa o desenvolvimento da região entorno da IFRO?

SIM	66%
NÃO	34%

De acordo com as condições de vida dentro das propriedades, que para 66% está em pleno desenvolvimento, são propriedades rurais familiares que têm trocado as plantações de subsistência por criação de gado e com isso têm conseguido ganhar o suficiente para sustentar a família e aumentar o seu patrimônio.

4.2.4. Relação com as pessoas e os problemas da região.

1. Como você classificaria sua relação com as pessoas do entorno da escola?

EXCELENTE	7,5%
BOA	81,1%
RUIM	11,4

O relacionamento com os vizinhos é considerado bom por 81% dos adolescentes, ou seja, não há qualquer problema de convivência com as pessoas que têm propriedades em volta de Instituição de Ensino, sendo um dos pontos positivos esse entrosamento entre vizinhos. Esse ponto positivo é um dado que poderia ser aproveitado pelos Profissionais de Ensino da IF-RO Campus Colorado do Oeste para que os alunos tivessem uma participação mais ativa na vida rural de seu entorno e através da aplicação de projetos ajudassem as comunidades no seu desenvolvimento.

2. Você tem noção de quais são as maiores preocupações dos proprietários rurais com relação aos problemas ambientais da região?

SIM	50%
NÃO	50%

Para responder esta questão é importante lembrar que 45% são de adolescentes entre 14 e 17 anos, que nasceram na zona rural da região e trabalham a terra com seus pais. Existe a noção das maiores preocupações de seus pais em relação às questões que os atingem diretamente, principalmente porque as questões ligadas a terra e o meio ambiente vêm sendo debatidos em âmbito nacional, com mudanças nas leis que regem o uso dos recursos da Terra.

3. Você tem noção de quais são os problemas que afligem os proprietários rurais da região onde você estuda ou mora?

SIM	30,3%
NÃO	69,7%

Aproximadamente 70% desconhecem os problemas que seus pais vivem diariamente, pois, ainda não adquiriram vivência suficiente para entenderem sobre as questões que envolvem as terras da região.

4. As propriedades do entorno do IFRO Campus Colorado do Oeste prejudicam as atividades que ocorrem na região, ou mesmo na Instituição de Ensino?

AS ATIVIDADES NÃO INTERFEREM	55%
INTERFEREM	45%

As respostas foram: 55% acham que as atividades da região não interferem na Instituição, enquanto que 45% acham que interferem.

Em Roosevelt (2006), na avaliação do perfil da cidadania ambiental de estudantes do Ensino Médio Técnico, dentre os dados têm-se que: —a metade deles admite que os assuntos relacionados ao meio ambiente não vêm sendo tratados com freqüência nas escolas e o mesmo comportamento se dá no âmbito das famílias; não acreditam que a ação de um cidadão sozinho pode alterar a continuidade de uma ação danosa ao meio ambiente; boa parte desses jovens admite não causar nenhum tipo de agressão ao meio ambiente; as indústrias são vistas como agentes que não investem em meio ambiente e não atendem à legislação ambiental bem como em situação mais agravada, o próprio governo. Assim os jovens têm exigido a criação de novas leis na área ambiental e se recusam a aceitar mais poluição por um aumento na oferta de empregos.” (Roosevelt, 2006, p.27-28)

4.2.5. A Educação Ambiental.

1. Qual o significado de Educação ambiental?

<ul style="list-style-type: none"> • ESTUDO DO AMBIENTE E SUAS RELAÇÕES, TRABALHAR COM A PRESERVAÇÃO CULTURAL E ECOLOGIA, BEM COMO NÃO QUEIMAR E NÃO DERRUBAR A MATA. 	18%
<ul style="list-style-type: none"> • NOÇÃO INTELIGENTE PARA COM OS RECURSOS NATURAIS. O CULTIVO, PLANTIO E REAPROVEITAMENTO. 	10%
<ul style="list-style-type: none"> • CONSCIENTIZAÇÃO DAS PESSOAS EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE. 	14%
<ul style="list-style-type: none"> • ENSINO TÉCNICO. 	4%
<ul style="list-style-type: none"> • RESPEITAR A NATUREZA E O MEIO AMBIENTE E REALIZAR ALGUNS DEBATES NA ESCOLA. 	18%
<ul style="list-style-type: none"> • É O QUE APRENDEMOS SOBRE MEIO AMBIENTE. 	2%
<ul style="list-style-type: none"> • NÃO RESPONDEU OU NÃO SABE 	34%

Das respostas, 66% responderam sobre o significado de Educação ambiental, mas os 34% restantes não sabem ou não responderam, o que teria o mesmo significado, pois, num momento em que o mundo divulga fatos relativos às questões ambientais é a demonstração de que estes alunos estão distanciados da realidade atual. As respostas com o significado demonstram que o conceito de Educação Ambiental remete ao significado de preservação, reaproveitamento, respeito e finalmente a conscientização das pessoas em relação ao meio ambiente. O conceito dos alunos, não esteve muito longe daquilo que se espera de uma Educação Ambiental a ser aplicada em sala de aula, mas há entre o saber conceituar e a conscientização de como participar da sociedade, atento a sua responsabilidade ambiental, a maneira como cada indivíduo vê o meio em que está inserido e isso é o que verdadeiramente caracteriza uma Educação Ambiental.

Para os adolescentes o mundo ainda é uma incógnita, e o meio ambiente ao ser trabalhado dentro da Educação Ambiental pode ser a ponte entre a escola e a comunidade a qual cada um deles pertence.

2. Quais são os principais problemas do meio ambiente do Município?

DESMATAMENTO	37%
POLUIÇÃO DOS RIOS, CORRÊGOS E OUTROS	33%
PESCA, CAÇA E OUTROS	30%

Foram considerados problemas do meio ambiente: 37% acham que é o desmatamento, 33% é a poluição dos rios e córregos os outros 30% se dividem entre pesca, caça e outras formas de intervenções que prejudicam o município.

3. Você tem desenvolvido algum trabalho com os professores na área de Educação Ambiental?

SIM	43,3%
NÃO	56,7%

Para que se possa ter noção dos trabalhos realizados na área da Educação Ambiental eles necessitariam da conceituação do termo, de acordo com a linha de trabalho desenvolvida pelo seu professor.

A ausência de uma definição clara sobre Educação Ambiental foi o que conduziu a resposta afirmativa para a questão, na medida em que toda Educação seria considerada ambiental ao estar ligada ao meio ambiente, mas quando o conceito passou a ser a designação de uma educação que tem como objetivo promover a interação dos alunos com o mundo em que vivem, sendo dada a eles condição não somente de obter conhecimentos, mas de questioná-lo, ao ponto de promover mudanças em si e em sua volta, a resposta é negativa.

A pesquisa de Trajber (2006) aponta a grande influência que a escola e a comunidade exercem na motivação desses jovens - a principal sugestão dos adolescentes nessa pesquisa, foi a criação de projetos de educação ambiental que promovessem a relação escola e comunidade.

4. Defina meio ambiente.

ESPAÇO GEOGRÁFICO: onde vive o homem e os seres vivos	50%
ECOSSISTEMA: local onde vive os seres vivos	30%
LOCAL DE PRESERVAÇÃO	10%
PAISAGEM, SIMBOLO DE VIDA	10%

Das respostas dadas: 50% definiram o meio ambiente como espaço (território, região ou lugar), onde o ser humano habita com os outros seres vivos, o homem é considerado no caso privilegiado; 30% definem o meio ambiente como diversidade de seres vivos, o homem não está privilegiado neste caso, sendo parte dos seres que compõem o ecossistema; 10% definem como local de respeito para ser preservado e outros 10% se dividem em definir o meio ambiente como símbolo de vida ou paisagem.

Carvalho (2004) define que:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora ("câncer do planeta"), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. Assim, para o olhar socioambiental, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem muitas vezes ser sustentáveis, propiciando, não raro, um aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida (Carvalho, 2004. p.37).

Leff (2001), coloca que “na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social” (Leff, 2001. p. 21).

Assim, a partir do entendimento das relações entre sociedade e ambiente há um direcionamento para educação de todo o investimento na estruturação de novas mentalidades acerca dos problemas ambientais.

5. Em sua opinião quem são os responsáveis pelos problemas ambientais da região?

PRODUTORES RURAIS	30%
OUTRAS PESSOAS	30%
GOVERNO	15%
PRODUTORES E GOVERNO	5%
TODOS SÃO RESPONSÁVEIS	5%
NÃO SABE	15%

Das respostas dadas: 30% definem os produtores rurais como os responsáveis pelos problemas ambientais da região, 30% acham que outras pessoas são as responsáveis, mas não definem quem são essas pessoas, 15% definem o governo como responsável; outros 15% não sabem quem são os responsáveis. Cerca de 5% acham que tanto os produtores rurais, como o governo são os responsáveis pelos problemas da região e 5% acham que todos são responsáveis pelos problemas da região.

A grande responsabilidade, de acordo com Fearnside (2005), é das fazendas de médio e pequeno porte, assim como o comércio da carne bovina, fazendo com que o desmatamento seja lucrativo. Os pequenos proprietários são responsáveis pela maior intensidade de desmatamento por quilômetro quadrado, visto que detêm uma pequena área. Assim, equivale dizer que quanto maior a área ocupada, menor a intensidade de desmatamento, ou seja, as áreas improdutivas e devastadas que fossem distribuídas na reforma agrária estariam automaticamente diminuindo a devastação, pois, os pequenos proprietários teriam maior área para plantar, sem a necessidade de derrubar o pouco que têm.

6. Quem deveria resolver os problemas ambientais da região?

GOVERNO	50%
PRODUTORES RURAIS	20%
OS DOIS DEVEM RESOLVER JUNTOS	20%
NÃO SABE	10%

As respostas foram: 50% acham que o governo é quem deveria resolver os problemas ambientais da região, 20% acham que é um problema para os produtores rurais resolver, 20% acham que os dois devem resolver juntos e os outros 10% ou não sabem ou acham que todos devem resolver, de comum acordo os problemas ambientais da região.

As diferentes visões e posturas frente à problemática ambiental eram esperadas, pois cada indivíduo tem sua maneira de compreender a questão ambiental. Nesse sentido é preciso reconhecer que o conceito “meio ambiente” diz respeito, em primeiro lugar, à relação homem e o meio físico e biótico e, em segundo, uma noção multicêntrica.

Com as informações chegando em tempo real, e os acontecimentos do mundo ao alcance de todos, mesmo os povos, detentores de menores recursos econômicos, têm sofrido mudanças no seu modo de vida, pois estão frequentemente bombardeados por informações que trás a noção da existência de bens de consumo aos quais a maioria não tem acesso.

A introdução desses dados sobre essa forma de vida faz com que passem a ser detentores da informação de que uma quantidade enorme de recursos naturais é necessária para manter o estilo de vida atual, mas, que somente uma parcela pequena da população mundial tem acesso a essa forma de vida com alto nível de consumo e exigência de conforto, que só pode ser oferecida com o comprometimento da qualidade ambiental do planeta, principalmente, devido ao grande desperdício dos produtos que são considerados rapidamente desnecessários e transformados em lixo (MEC, 2000).

Essa mudança, do estilo de vida da sociedade, trouxe problemas ambientais que são compartilhados por todos, e tem atingido a região Amazônica. As várias posturas, com relação às questões ambientais, podem ser encontradas na região convivendo lado a lado. As mudanças dependem de uma conciliação de percepções e ações conjuntas.

O entendimento dessas distintas concepções sobre o meio ambiente torna-se, assim, importante na resolução de conflitos que envolvem o planejamento ambiental e a utilização de recursos naturais.

No trabalho realizado por Trajber (2006), na pesquisa sobre o que pensam as delegadas e delegados da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, sobre questões ambientais, foi observado que os jovens ainda não assimilaram a dimensão da problemática ambiental. Detectou, que os jovens que entrariam para entidades de defesa do meio ambiente são apenas 17,6%, e a grande maioria do (a)s delegado (a)s (73,1%), desconhece as organizações não governamentais que atuam, na área ambiental, na sua comunidade, ou seja, há um distanciamento entre o (a)s delegado (a)s e tais organizações. Os entrevistados também consideram que a comunidade, empresas e a mídia se preocupam ou se envolvem medianamente com as questões ambientais. A indústria teve a pior avaliação, pois na percepção dos (as) delegados (as), ela está diretamente relacionada à poluição.

Dessa forma, por exemplo: “ao discutirmos os problemas ambientais, não estamos nos referindo apenas aos jovens, mas sobre seus papéis dentro de um contexto social, muitas vezes influenciados pela concepção econômica, política ou ambiental dominante.” (Hoeffel *et al.*, 2008).

A questão da conscientização dos alunos é primordial, pois a gestão dos recursos naturais, na forma como descrita na lei, necessita da participação de todos os cidadãos que integram a sociedade civil: empresários, trabalhadores, membros de comunidades, associações, sindicatos, ONGs e líderes comunitários entre outros, que, direta ou indiretamente, atuam no processo de utilização desses recursos. Isto inclui o uso do solo, os recursos hídricos e da biodiversidade.

7. Cite alguns animais que existem na mata da Instituição.

MAMÍFEROS: MACACO, TATU, BUGIU, ONÇA, GAMBÁ
ROEDORES: CUTIA, PACA, CAPIVARA
AVES: ARARA, URUBUS, MUTUNS
ANELÍDEO: MINHOCA
RÉPTEIS: COBRAS, JACARÉ
INSETOS: ABELHAS, FORMIGAS
ANFÍBIOS: SAPOS

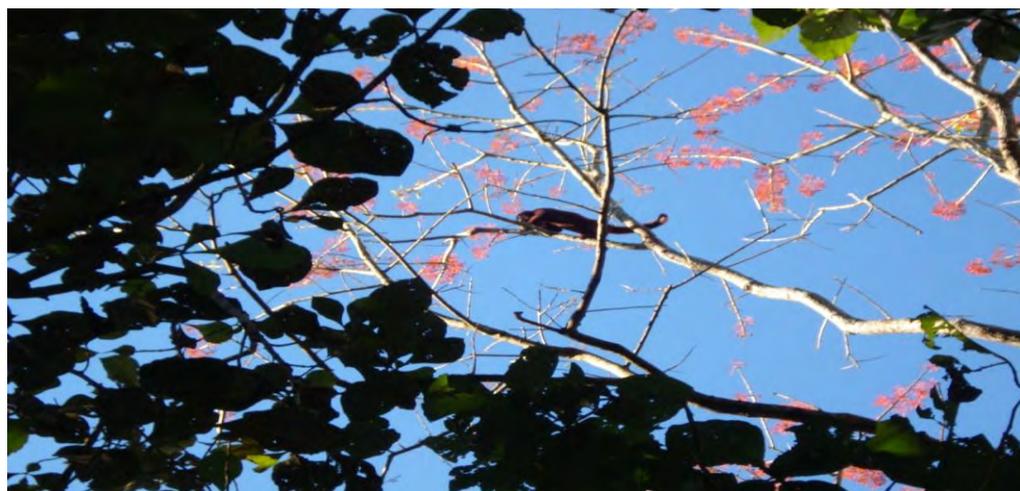


Figura 27: Presença de macaco no bosque do IFRO Campus Colorado do Oeste (2009).
Fonte: Acervo de Neiva Moreira.

Dos animais, existentes na mata da Instituição, foram citados dentre as aves, as araras, que são as que mais chamam a atenção, pois passam emitindo os sons característicos que as identificam. Os mutuns também foram citados, estando em grande número na redondeza da Instituição, assim como os urubus.

Dos macacos, somente o bugiu foi citado diretamente, pois, os outros não tiveram nenhuma especificação, apesar do grande número desses animais, de pequeno porte, existentes na mata da Instituição.

As cutias, capivaras, pacas e gambás são animais constantes no ambiente escolar e bem conhecidos dos alunos, sendo citados por todos que responderam as questões, pois é elevado o número daqueles que aparecem para comer das plantações pelas quais os alunos são responsáveis.

Cobras e jacarés também foram citados, mas principalmente, o jacaré, pois havia uma espécie que foi colocada no córrego que cruza o terreno da Instituição, e esse aparecia com frequência na superfície das águas.

A onça foi citada apesar de não ser um animal da mata da Instituição, foi muito presente na região, mas hoje está desaparecida.

O tatu foi citado, apesar não ter sido mencionada nenhuma designação específica da espécie de tatu encontrada na mata.

Dos anfíbios, privilegiaram os sapos, apesar da grande quantidade de outros anfíbios presentes (cobra cega, perereca).

De artrópodes foram mencionadas abelhas e formigas. De anelídeos, as minhocas.

A observação dos animais maiores e que se mostram com maior facilidade se fez presente nas respostas dos alunos, ficando a desejar a observação daqueles que mesmo estando em grande quantidade, e sendo visualizados dentro do espaço de convivência escolar, não foram mencionados. Tem-se como exemplo, a aranha caranguejeira que pode ser encontrada em todos os ambientes, desde corredores até salas de escola.

Em Jacobi (2004), pesquisa realizada com crianças de diversas faixas etárias, na Serra do Rola Moça – MG, –as aves e insetos, pouco visíveis nas trilhas, não chamaram a atenção, exceto para uns poucos, e esses casos estiveram geralmente relacionados com as orientações específicas dos monitores”, demonstrando que, para os adolescentes não há ainda uma consciência do lugar, da região ou território em que vivem, assim, como a presença do outro ser vivo ao qual se relaciona diariamente.

8. Conhece algum projeto na área ambiental em desenvolvimento na região:

NÃO CONHEÇO NENHUM	72%
CONHEÇO ALGUNS PROJETOS	28%

Projetos citados: Gestão ambiental, Reflorestamento com Reposição da Mata ciliar, Projeto Rio Hermes, Projeto Recuperação do Rio 3 (três) Voltas, Projeto de Preservação dos Igarapés da cidade, Plano de Manejo.

Dos projetos conhecidos na área ambiental: 72% não conhecem nada que esteja sendo desenvolvido na região, enquanto que os outros 28% mostraram que participam dos acontecimentos relativos à questão ambiental, da região: Reflorestamento com Reposição da Mata Ciliar, Projeto Recuperação do Rio Hermes, Projeto Recuperação do Rio 3 Voltas, Projeto Preservação dos Igarapés da cidade e Plano de Manejo.

O projeto para recuperação do Rio Hermes foi iniciado em 2008, pelo Ministério Público que convidou a Escola Agrícola Federal (**Anexo V**) para participar desse empreendimento, visto que o rio passa dentro da propriedade da Instituição Agrícola. O projeto foi iniciado de acordo com o cronograma, mas não teve continuidade.

9. Como você poderia colaborar na preservação ambiental da sua região ou da Instituição?

NÃO DESMATAR, EVITAR DESPERDÍCIOS E POLUIÇÃO	34%
CONSCIENTIZAÇÃO DAS PESSOAS SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS	20%
PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	34%
BOA VONTADE, CUIDADOS, ESTUDOS E PROJETOS	12%

Ao serem perguntados sobre como poderiam colaborar na preservação ambiental, as idéias sobre não desmatar, evitar os desperdícios ou evitar a poluição aparecem em 34% das respostas emitidas, 20% acham que poderiam ajudar nessa questão, conscientizando as pessoas sobre os problemas ambientais, 34% acham que poderiam ajudar a preservar o meio ambiente da região encontrando formas adequadas para a destinação do lixo doméstico, não somente o pessoal, mais também o coletivo, evitando assim, a poluição dos rios da região. Os outros 12% acham que ajudam com boa vontade, cuidados, estudando sobre as questões ambientais e ou através de projetos a serem aplicados na preservação do meio ambiente.

4.2.6. Topofilia e Desiderabilidade.

1. Há quantos anos mora na região?

ENTRE 17 e 14 ANOS	47%
ENTRE 5 e 10 ANOS	13%
ENTRE 1 e 4 ANOS	38%
NÃO SABE	2%

Cerca de 60%, dos alunos entrevistados, nasceram ou chegaram à região com pouca idade. Desses, 47% nasceram na região e têm entre 14 e 17 anos; 13% moram entre 5 a 10 anos na região; 38% moram entre 1 a 4 anos na região e apenas 2% daqueles que responderam o questionário são da região, mas responderam as questões pois moram na em região rural e quiseram participar da pesquisa.

2. O que faz com que continue morando no Município de Colorado do Oeste?

ESTUDOS	46%
FAMÍLIA	17%
GOSTA DA REGIÃO	21%
NÃO SABE	16%

Das respostas dadas, 46% estão na região porque ainda há escolas que oferecem o estudo que necessitam no momento, 17% por causa da família, 21% gostam da região e 16% não têm noção do motivo pelo qual continuam morando na região.

3. Motivo pelo qual iria embora do município:

PROCURAR MELHOR CONDIÇÕES DE EMPREGO OU ESTUDO	48%
MÁ ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, E FALTA DE INCENTIVO PARA A PRODUÇÃO RURAL	20%
CAUSAS DIVERSAS: DOENÇAS, DESUNIÃO ENTRE AS PESSOAS E POR NÃO SER DA REGIÃO	17%
NÃO VAI SAIR, POIS GOSTA DE REGIÃO	2%

É considerado motivo para deixar o município: 48% querem sair para procurar melhores condições de vida, dando continuidade aos estudos ou arrumando uma fonte de renda. São 33%, que sairiam por não gostar da forma como o Município é administrado, citando: a falta de infra-estrutura local, as deficiências nos incentivos à produção rural, a questão educacional, a falta de lazer e a falta de cuidado com a natureza, que tem provocado a poluição ambiental. Os 17% restantes, não gostam do tipo de relevo (acidentado) que caracteriza a região e dificulta os deslocamentos, das doenças e pela desunião entre as pessoas da região. Somente 2% dizem que não pretendem sair, por gostar da região.

Para Santana (2004), em pesquisa realizada com jovens do assentamento Nilton Campos em Jacy- Paraná, Porto Velho-Ro, no resultado sobre a percepção da vida no meio rural, elas a consideram como boa ou muito boa. Entretanto, a perspectiva de permanência na área não é favorável, uma vez que há uma tendência a deixarem o assentamento em busca de melhores condições educacionais, dada a precariedade do ensino das escolas locais.

CONCLUSÃO

O início da colonização em Colorado do Oeste exigiu a realização de desmatamentos, inclusive como fundamento legal para a permanência das famílias que ali chegará. Foi sobre essa base, que os colonos desenvolveram suas lavouras e seus rebanhos sem se preocupar com a questão ambiental. Contudo ao avaliar percepção ambiental dos pequenos proprietários rurais do entorno do IFRO - Campus Colorado do Oeste observou-se que a degradação ambiental realizada nesse início de colonização descontentou muito dos entrevistados, embora a tenham assumido.

Neste início do século XXI ocorreram mudanças repentinas das leis que passaram a exigir o oposto dos proprietários. Eles são agora obrigados a recompor as matas ciliares de suas propriedades. Esse cenário de mudanças legais que vêm ocorrendo durante as últimas décadas promovem confusões sobre as ações tomadas em relação a terra. O que altera significativamente a desiderabilidade residencial.

Além da legislação, outro fator contribui para diminuir a desiderabilidade é a convivência diária do cerco dos empresários agrícolas que dificultam a aquisição de bons preços de seus produtos no mercado.

Durante as primeiras décadas eles conseguiram obter boas colheitas à baixo custo na região, mas com o desmatamento e a introdução dos agrotóxicos as dificuldades iniciaram, principalmente, com a elevação do custo das lavouras. A introdução do gado na terra foi a única saída encontrada para aqueles que queriam continuar plantando a fim de manter a subsistência de sua família e conseguir algum lucro.

Não houve uma transição tranqüila na escolha do produto, foi uma decisão desesperada para não perderem o que tinham conseguido com muito trabalho. Para os filhos desses que foram os colonizadores da região, ficava a constatação da dificuldade em se manter na terra trabalhando e produzindo com baixos rendimentos. Dessa forma, a saída à procura de novos horizontes pareceu ser o mais correto, para aqueles que deixaram a zona rural.

Também em nossa pesquisa constatamos que a diminuição da desiderabilidade residencial não coincide com a diminuição da topofilia, pois esse sentimento parece permanecer intacto ao longo do tempo

Quanto à contextualização do Ensino dentro do Instituto de Ensino Agrícola, com relação ao que vem acontecendo em seu entorno, o pouco que se tem feito é a partir da iniciativa de outros órgãos públicos (Promotoria, IBAMA, SEDAM, IDARON, etc...) com a participação da Instituição e de alguns de seus alunos. Não há ainda a preocupação em realizar um trabalho eficaz de extensão que procure a melhoria e o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais de seu entorno.

Os trabalhos realizados pelos alunos não se encontram registrados junto à documentação da Instituição e não são realizados com perspectiva de continuidade, pois ainda não estão sintonizados com os problemas rurais da região. Assim, a participação de trabalhos educacionais com a comunidade rural coloradense é pouco expressiva.

Segundo a análise dos dados colhidos do questionário respondido pelos alunos, há um conhecimento sobre as questões ambientais e certa sensibilidade com relação ao tema, mas há também desencontro de informações que podem ser ou não consideradas Educação Ambiental, e não deixa dúvidas de que na Instituição não há obrigação de se colocar esse tipo de educação no conteúdo das diferentes disciplinas.

Durante os últimos anos várias teorias sobre a promoção do desenvolvimento envolveu o nome da Amazônia, mas para eles que vivem o seu dia a dia na região há a

necessidade de uma concepção de desenvolvimento diferente daquela do restante do mundo, com novas perspectivas que envolvam ao mesmo tempo economia, ecologia e política, todos com o apoio da ciência. O problema a ser resolvido é o da biodiversidade da região que está desaparecendo, e essa é desconhecida, podendo o seu conhecimento ser a chave para o desenvolvimento regional.

As diferentes percepções dos valores e da importância dos ambientes naturais não podem ser simplesmente descartadas, mas somadas, pois a convivência é o alimento social, cultural, afetivo que alimenta o ambiente em que vivem os seres humanos.

O desenvolvimento de projetos institucionais deve ter parcerias, que envolvam toda a comunidade, partindo do setor transformador que é a Instituição Educacional Federal Agrícola. Não há como as universidades permanecerem ao largo da situação; mas devem ser retiradas de seu pedestal e descer até o lugar onde a comunidade está inserida, tratando seriamente da temática ambiental envolvendo os outros níveis educacionais e provocando o diálogo entre os diferentes saberes, que levem ao desenvolvimento comunitário local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDISON, Ester E. **A Percepção Ambiental da População do Município de Florianópolis em relação à cidade.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis. 2003. www.pedagogia.incubadora.fapesp.br/. Acessado em 01/02/09. 152pp.
- BETTO, Frei. **Alteridade, Subjetividade e Generosidade.** Revista Frei Betto. Disponível em <http://www.freibetto.org/>. Acessado em 25/04/2009.
- BRASIL. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1965.
- BRASIL. Medida Provisória nº. 2.166-67, de 23 de agosto de 2001. Altera os parágrafos 1º, 4º, 14º, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº. 4.771, que institui o novo Código Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2001.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais – Meio Ambiente.** Brasília, 1998.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais.** Brasília, 1998.
- DURKHEIM, Émile. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora** -, Educação e sociologia, trad. Lourenço Filho, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª ed., 1955, pp. 25.56. Disponível [http:// www.ufrgs.br/](http://www.ufrgs.br/). Acessado em 02/07/2008.
- EULER, Ana. **O Fim da Floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia.** GTA – Grupo de Trabalho Amazônico – Regional Rondônia. Junho/2008. 61pp.
- FAGGIONATO, Sandra. **Percepção Ambiental.** Ambiente Brasil. Disponível em http://educar.sc.usp.br. Acessado em 04/07/2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa.** 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 148pp.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo: Brasiliense, 1999. 56pp.
- GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação.** - Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico; Campinas: Papirus Editora, 2006. 147pp.
- JÚNIOR, Mariano A. **“Espaço filosófico-filológico” de Foucault: a experiência de Nietzsche e Marllamé para o retorno da linguagem nos saberes sobre o homem.** 2008. Disponível em: <http://www.consciencia.org/>. Acessado em 05/10/2008.
- LASSALVIA, Melissa M. **Imagens de um Mundo Vivido: um estudo das paisagens do centro da metrópole paulistana com base na percepção da população usuária.** São Paulo, 2004. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- LEFF, Enrique. (coord). **A Complexidade Ambiental**. Editora da FURB, 2003. 342pp.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001. 344pp.
- LYNCH, Kevin A. **Imagem Da Cidade**. Editora WMF Martins Fontes, tradutor Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, SP. 2006. 227 pp.
- MATURANA, Humberto. **A árvore do conhecimento as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo Palas Athena, 2007. 288 pp.
- MEC. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da E.A. no Brasil**. 1998.
- MEZZOMO, João. B. **Quem tem ouvidos**. Revista on line Consciencia. Jun/09. Disponível em <http://www.consciencia.org/quem-tem-ouvidos>. Acessado em 08/2009.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Brasília. UNESCO. Ed. Cortez. 2001. 118pp.
- MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a Ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007. 254pp.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. **Debates econômicos, Processos sociais e lutas políticas. In: Política e Reforma agrária**. COSTA, Flávio carvalho; SANTOS, Raimundo. (Orgs.). Rio de Janeiro, Mauad, 1995. 242p. p.118.
- PAULA, Elder A. de. **Conflitos Agrários na Amazônia do século XXI**. Londrina/Pr/UUEL. Anais do III Simpósio Internacional de Geografia agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 10 a 14 de outubro de 2007.
- REIS, Neidiane, F. C. **Estrutura Fitossociológica de um trecho de Floresta Ombrófila Aberta localizada no Campus Universitário José Ribeiro Filho, Porto Velho (Ro)**. PIBIC 2007, Porto Velho/Ro. 38p. Disponível em <http://www.biogeoquimica.unir.br/>. Acessado em 28/09/2008.
- ROOSELVEL, Fernandes da S; VIEGAS, Regina; GUANANDY, Jéssica V. **Avaliação do Perfil de Cidadania Ambiental de Estudantes do Ensino Médio-Técnico do CEFET-RJ**. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. Vol.17, jul/ago/2006. Disponível em <http://www.remea.furg.br/>. Acessado em 13/07/2008.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. 4ª reimpr.- São Paulo: Edusp, 2008. 384pp.
- SATO, Michèle. **Educação ambiental na Agenda 21 e na Carta da Terra** In: Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, 2000. Erechim.
- SCATENA, Lúcia M. **Ações em educação ambiental: análise multivariada da percepção ambiental de diferentes grupos sociais como instrumentos de apoio à gestão de pequenas bacias – estudo de caso da microbacia do Córrego de Capituva, Macedônia, SP**. (tese de doutorado em engenharia Hidráulica e Saneamento – São Carlos, 2005). 262pp.

SILVA, José M. C. da; RYLANDS, Anthony B; FONSECA, Gustavo A. B. da. **O destino das áreas de Endemismo da Amazônia.** Revista Megadiversidade, vol 1, nº1, jul/2002. 214p. Disponível em <http://books.google.com.br/>. Acessado em 22/07/2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar.** São Paulo: Difel, 1983. 250pp.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1980. 288pp.

YALE LAW SCHOOL. **Inaugural address of Harry S. Truman.** Lillian Goldman Library: The Avalon Project *Document in Law, History and Diplomacy*, 2008. Disponível em <http://avalon.law.yale.edu/>. Acessado em 10/06/2009.

BIBLIOGRAFIA

- AGENDA 21 ESCOLAR – **Implantação**. Disponível em: <http://ambientebrasil.com.br/>. Acessado em 10/01/2008.
- AGUIAR, Roberto, A. R. de. **Os Filhos da Flecha do Tempo. Pertinência e Rupturas**. Brasília: Letraviva. 2000.
- ALEXANDRE, Maria T. **Magia e ecologia: a procura de regularidade na natureza**. Disponível em: <http://www.bibli.fae.unicamp.br/>. Acessado em 21/12/2007.
- ALIER, João M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Editora FURB. Santa Catarina, 1998. 402pp.
- ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. Ministério da Cultura, São Paulo: ISA, 2005. 479pp.
- AMARAL, Ivan A. **Ambiente, Educação Ambiental e Ensino de Ciências**. In: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e normas Pedagógicas. **Ciências na Escola de 1º grau: textos de apoio a Proposta Curricular**. 2ª ed. São Paulo: SE/CENP/, 1991. 39pp.
- AMBIENTE BRASIL. **Ambiente Amazônia – Floresta Amazônica – Localização**. 2007. Disponível em <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/>. Acessado em 3/09/2007.
- ANTUNES, Paulo de B. **Diversidade Biológica e Conhecimento Tradicional Associado**. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2002. 175pp.
- ARAÚJO, Radamés A. de S. **Aquecimento Global e as Conseqüências sobre as Endemias Transmitidas por Vetores no Brasil**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2007. 105pp.
- AVELAR, Enilda de P. **A Educação Ambiental como Instrumento de uma Sociedade Sustentável**. Disponível em: <http://www.bioconsultoria.com.br/>. Acessado em 09/01/2008.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. Ed. São Paulo: Huncitec, 2006. 203pp.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia – Grito da Terra, Grito dos Pobres**. São Paulo: Ática, 1995.178pp.
- BRASIL. **Decreto nº. 23.793, de 23 de janeiro de 1.934**. Aprova o Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. **Lei nº. 7.803, de 18 de julho de 1989**. Altera a redação da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1989.
- BRASIL. **LEI Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 da Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 22/10/2008.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia, 1999.

BRASIL. MEC/INEP. **Mais de 70% dos alunos do Ensino Fundamental têm Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acessado em 09/01/2008.

CAHETÉ, Frederico L. S. **A Extração do ouro na Amazônia e suas Implicações para o Meio Ambiente**. NAEA/UFPA, 1995. Disponível em: www.periodicos.ufpa.br/. Acessado em 05/08/09.

CAMINHAS, Ana M. T. **As Concepções de Meio Ambiente e Agricultura no Ensino Técnico e Superior em Ciências Agrárias: A Educação Ambiental na Extensão**. Disponível em: <http://proex.reitoria.unesp.br/>. Acessado em 21/12/2007.

CANDAU, Vera M. (Org). **Linguagens, Espaços e Tempos no Ensinar e Aprender**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino Superior (NDIPE) – Rio de Janeiro: DP&A, 2000, pp. 140-146.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996. 256pp.

CAPRA, Fritjof. **O. Ponto de Mutação, a Ciência, a Sociedade, a Cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2001. 447pp.

CARVALHO, Isabel C. de M. **A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 229pp.

CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. In: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Out/ 1994. 262pp.

CENTRO DE MONITORAMENTO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS. **O Brasil dos Agrocombustíveis: Os impactos das lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade**. Revista Reporter Brasil, 2008. Disponível em <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis.pdf>. Acessado em 28/09/2009.

COSTA, Matheus H. **O Desflorestamento na Amazônia: uma perspectiva de internacionalização da maior floresta do mundo**. Revista Tecnologia Google Docs. Ago/2008. <http://www.docs.google.com/>. Acessado em 20/08/2009.

CRUZ, Sérgio A. **A Pedagogia de Paulo Freire: Questões Epistemológicas**. Disponível em <http://www.bibli.fae.unicamp.br/>. Acessado em 21/12/2007.

CUPOLILLO, Amparo V. **Avaliação da Aprendizagem Escolar e o Pensamento de Paulo Freire: algumas aproximações**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 1, p. 51 – 64, jan – jun. 2007.

CZAPSKI, Silvia. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC, 1998. 166pp.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a se Descobrir**. Tradução de Carlos Gustavo Marcante Guerra. UNESCO. 1996. Disponível em <http://img.cancaonova.com/>. Acessado em 20/03/2009.

DEMO, Pedro. **Participação e Meio ambiente – uma proposta Educativa preliminar**. Brasília: SEMA, 1985. 50pp.

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Ed. Gaia, 1992. 400pp.

DIEGUES, Antonio C. **O Mito da Natureza Intocada**. Hucitec, 1996. 200pp.

DUARTE, Rosalia. Texto sobre: **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Coleção biblioteca 70. Tema: sociologia. Editora: Editora 70, 2007. 132pp.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Portal Ambiental. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>.

EMBRAPA. **Pesquisa mostra relação de atividade Agropecuária com o Desmatamento na Amazônia**. Revista Agronline, 13.04.2009. Disponível em <http://www.agronline.com.br/>. Acessado em 25/05/2009.

ESPÍNDOLA, Marina B. de. **Recuperação Ambiental e Contaminação Biológica: Aspectos Ecológicos e Legais**. Biotemas, 18(1): 27 – 28. 2005.

EULER, Ana; MILLIKAN, B. e colaboradores. **Grupo de Trabalho Amazônico-Regional Rondônia – O Fim da Floresta?** Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/>. Acessado em 10/jun./2008

FEARNSIDE, Philip. M. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: História, Índices e Conseqüências**. INPA, Amazonas, Brasil. Revista Megadiversidade, vol. 1 nº.1, jul/2005. Disponível em <http://www.conservation.org.br/>. Acessado em 30/06/2008.

FERNANDES, Florestan. **A Ciência Aplicada e a Educação como Fatores de Mudança Cultural provocada**. Revista brasileira de Estudos pedagógicos. Imprensa. Brasília. V.32, nº. 75, p. 28-78, set/1959. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acessado em 20/08/2008

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 428pp.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: 33ª Ed., Editora Paz e Terra, 2006. 145pp.

FREITAS, Rafael E. de. **Educação e Percepção Ambiental para a Conservação do Meio Ambiente na Cidade de Manaus Uma Análise dos Processos Educacionais no Centro Municipal de Educação Infantil Eliakin Rufino**. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 03 Nov/2007. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/>. Acessado em 09/03/2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. 2005. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/>. Acessado em 08/06/2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez / IPF, 1998. 333pp.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e Educação Sustentável**, São Paulo, 1999. 132pp. Disponível em: <http://www.inclusaodejovens.org.br/>. Acessado em 20/09/2008

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acessado em 21/12/2007.

GESSER & ZENI. **Educação Ambiental como uma Possibilidade de Promover a Cidadania aos Catadores de Material Recicláveis**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. FURB, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/>. Acessado em 29/12/2007.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990. 148pp.

GOUVÊA, Giana R. R. **Educação Ambiental: Autonomia e Novas Tecnologias**. Revista La nueva alfabetización: um reto para la educación del siglo XXI.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: a Conexão Necessária**. Campinas, SP: Papirus, 1996. 120pp.

GUIMARÃES, Raul B. **Política Nacional de Saúde, Concepções de Território e o Lugar da Vigilância em Saúde Ambiental**. HYGEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - Hygeia 4(7):90-99, Dez/2008. Disponível em: <http://www.hygeia.ig.ufu.br/>. Acessado em 03/03/2009.

IMAGEM, Reportagem de capa. **MITO OU VERDADE?** Revista Imagem, editora Expressa/ Ed. 47/ano III/Vilhena-RO/ dez, 2009.

JACOBI, Cláudia M. **Percepção Ambiental em Unidades de Conservação: Experiência com Diferentes Grupos Etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG** Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004

JACOBI, Pedro. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O Desafio da Construção de um Pensamento Crítico, Complexo e Reflexivo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acessado em 29/12/2007.

JACOBI, Pedro. **Educação e Meio Ambiente – Transformando as Práticas**. In: Revbea nº 0. Disponível em: <http://www.ufmt.br/>. Acessado em 29/12/2007.

JAPIASSU, Hilton. **A Pedagogia da Incerteza – e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Imago, 1983. 171pp.

JUNIOR, Esdras M. **Fragmentação das Florestas**, Revista on Line Ambiental, Artigo publicado em 21/03/08. Disponível em: <http://www.esdrasjunior.com.br/>. Acessado em 05/09/08.

JÚNIOR, Mariano A. **“Espaço Filosófico-Filológico” de Foucault: A Experiência de Nietzsche e Marllamé para o Retorno da Linguagem nos Saberes sobre o Homem.** 2008. Disponível em: <http://www.consciencia.org/>. Acessado em 05/10/2008.

KESSELRING, Thomas. **O Conceito de Natureza na História do Pensamento Ocidental.** Revista Episteme, Porto Alegre, n. 11, p. 153, jul/dez. 2000, pp. 153-172.

LAYRARGUES Philippe P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 pp.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001. 240pp.

LIBÂNEO, José C. **As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação.** Cap. 1, 44p. Disponível em: <http://www.ia.ufrjr.br/ppgea/>. Acessado em 20/05/2008.

MACHADO, Jacira M. **O Impacto Ambiental como Instrumento Orientador n Educação e na Política ambiental.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/>. Acessado em 12/01/2008.

MACHADO, Nilson J. **Qualidade da Educação: Cinco Lembretes e Uma Lembrança.** Revista de Estudos avançados 21(61). 2007. 13pp.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 207pp.

MARLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. 539pp.

MATURANA, Humberto. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006. 203pp.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2005. 98pp.

MAYER, Michaela. **Educación Ambiental: de la Acción a la Investigación.** Roma: Enseñanza de las Ciências, V.16, N.2, 1998.

MEC. **Centenário da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2009. Disponível em <http://www.oei.es/>. Acessado em 09/09/2009.

MESQUITA, Helena A. **Corumbiara: o Massacre dos Camponeses. Rondônia/Brasil, 1995.** Tese de Doutorado pela UFG. 2002. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/>. Acessado em 03/08/08.

MINAYO, Maria C. S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes. 1996. 161pp.

MMA. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.** V.1. Brasília, DF – 2008. 512pp.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo, SP: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MUSSOI, Eros M. **Agricultura Familiar...Agricultura “Insuficiente”? Agropecuária Catarinense**. Florianópolis, vol. 10, n.3, 1997. 59pp.

NEVES, Josélia. **Rede de Significações da Educação Ambiental na Perspectiva da Teoria do Caos**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, Volume 08, janeiro a junho de 2002. Disponível em: [http:// www.remea.furg.br/](http://www.remea.furg.br/). Acessado em 09/07/2008.

NEVES, Lúcia M. W. **As Reformas Da Educação Escolar Brasileira E A Formação De Um Intelectual Urbano De Novo Tipo**- UFF, GT: Estado e Política. 2005. Disponível em: [http:// www.anped.org.br/](http://www.anped.org.br/). Acessado em 07/09/2008.

NICOLESCU, Basarab. et al. **Educação e Transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000. 185pp.

NOVOA, Antonio. **Profissão Professor**. Coleções Ciências da Educação, 2ªed., Porto editora, Lda-Portugal, 1995. 191pp.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e Comunicação**. Editora Mackenzie. São Paulo. 2002, 261pp.

OLIVEIRA Kleber. A. **de Percepção Ambiental como ferramenta de Propostas Educativas e de Políticas Ambientais**, Revista Científica-ANAP Brasil, jun/2008.

OLIVEIRA Vânia B. V. **Percepção Ambiental dos Jovens para a Conservação da Biodiversidade**. Artigo Embrapa Rondônia. Disponível em: <http://www.clicnews.com.br/>. Acessado em 14/12/2007.

OLIVEIRA, Marcos M. de. **O Articulista Florestan: Ciência e Política como Base de uma Pedagogia Socialista** – UFF. 2006. 263p. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html>. Acessado em 08/09/2008

PAIVA, Cláudio C. de. **Michel Maffesoli, Tribalista de Cátedra: Interfaces Sociais no Campo da Comunicação**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 25. Dezembro 2004.

PELICIONI, Andréa F. **Ambientalismo e Educação Ambiental: dos Discursos às Práticas Sociais**. O mundo da saúde São Paulo: 2006: out/dez 30 (4): 532-543.

PFEIFFER, Wolfgang C; MALM, O; SOUZA, C. M; LACERDA, L. D. e SILVEIRA, E. G. **A Ameaça do Mercúrio nos Garimpos**. Ciência Hoje. SBPC. Vol. 11(61), pp. 10-12, 1990.

REIGOTA, Marcos. **A Floresta e a Escola: por uma Educação Ambiental Pós-Moderna**. São Paulo: Cortez, 1999. 167pp.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. 62p.

RIOJAS, Javier. **A Complexidade Ambiental na Universidade**. In: LEFF, E. (Org.). A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez Editora / Edifurb, 2003, pp. 217-240.

RIVERA, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo e OLIVIERA, Wesley. **Pecuária e Desmatamento: Uma Análise das Principais Causas Diretas do Desmatamento na Amazônia**. Revista Scielo Brasil, vol. 19. Belo Horizonte, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acessado em 28/09/2009.

ROCHA, Eliza E. R. B, **A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos - Experiências em Organizações Populares**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.slideshare.net/> Acessado em 04/04/2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio e col.. **Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre-RS, Artemed, 2002. 183pp.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207pp.

SANTOS Milton. **O BRASIL: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 9ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2006. 474pp.

SANTOS, Akiko. **Princípios Orientadores para Reencantar a Educação I EBEC-Curitiba, PR, 11 a 13 de julho de 2005 (LEPTRANS/UFRRJ)**.

SANTOS, Arenales. **A Educação Profissional e o Samba do Crioulo Doido – A Reforma**. Disponível em: [http:// www.uff.br/ejatrabalhadores/](http://www.uff.br/ejatrabalhadores/). Acessado em 26/08/08.

SANTOS, J. W. M. C. **Clima e Produtividade da Soja nas Terras de Cerrado do Sudeste de Mato Grosso**. Tese (Doutorado), 2002. Universidade de São Paulo. 338pp.

SATO, Michèle, A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In TERRARO, Luiz (Org.) **Encontros e Caminhos – Formação de Educadores(as) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental. MMA, 2005, pp. 35-46.

SATO, Michèle. **Debatendo os Desafios da Educação Ambiental**. Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. www.forrester.sf.dfis.furg.br/ . Acessado em 02/07/08.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. 3. ed. São Carlos: 1995. 245pp.

SCHIO, Regiane. **A Gestão Ambiental no Brasil**. Disponível em: <http://www.redeaguape.org.br/>. Acessado em 16/02/2004.

SCHLINDWEIN, Marcelo N. **Problemas Ambientais relacionados aos Estrogênios Miméticos: Perda de Fertilidade, Câncer e Outros Riscos a Saúde Humana como Resultado dos Produtos da Sociedade de Consumo**. Revista Uniara, n.16, 2005.

SILVA Luiz J. da. **O Controle das Endemias no Brasil e sua História**. Cienc. Cult. vol. 55 nº.01 São Paulo Jan./Mar 2003. Disponível em: www.revista.sibi.usp.br/. Acessado em 22/06/09.

SILVA, Alberto D. V. **A Universidade Sustentável – Subsídios para a Educação Ambiental no âmbito da Gestão da Universidade.** Disponível em http://www.comscientia_nimad.ufpr.br/. Acessado em 29/12/2007.

SILVA, Maria A. da. **Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira.** Cad. Cedes, Campinas, v.23, n.61, pp.283 – 301, dez/2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em 04/07/2008.

SILVA, R. G. da C. **Avanço dos Espaços da Globalização: A Produção de Soja em Rondônia.** Porto Velho: UNIR, 2005 (Dissertação de Mestrado).

SILVEIRA Ana, M. **A Representação Social: O Olhar do Professor.** Revista Virtual Partes, 30/06/07. Disponível em <http://www.partes.com.br/>. Acessado em 04/07/2008.

SOARES, André G. **A Natureza, a Cultura e Eu: Ambientalismo e Transformação Social.** Blumenau: Edifurb; Itajaí: Ed. da Univali, 2003. 153pp.

SOARES, S. M. V. **A Percepção Ambiental da População Noronhense em Relação à Área de Preservação Ambiental.** Universidade Federal Rural de Pernambuco, DLCH. Recife, 2005. 96pp.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou Transdisciplinaridade? Da Fragmentação Disciplinar ao Novo Diálogo entre os Saberes.** São Paulo: Paulus. Coleção Questões Fundamentais da Educação. 2006. 75pp.

SORRENTINO, Marcos. (org.). **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. 229pp.

SORRENTINO, Marcos. **Educação Ambiental e Universidade: um estudo de caso.** Tese de Doutorado- Faculdade de Educação- USP, 1995.

SOUZA, Ana C. A. de. **A Evolução da Política Ambiental no Brasil do século XX.** Disponível em: <http://www.adregas.net/>. Acessado em 04/03/2009.

SOUZA, Edson A. de. **O Poder da Fronteira: Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2008. 256pp.

TAMDJIAN, James O; MENDES, Ivan L. **Geografia Geral e do Brasil: Estudos para a Compreensão do Espaço.** São Paulo: FTD, 2005. 601pp.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TERENCE, Ana C. F. **Abordagem Quantitativa, Qualitativa e a Utilização da Pesquisa-Ação nos Estudos Organizacionais.** XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. (UNESP/FCAV). Disponível em: <http://www.abepro.org.br/>. Acessado em 09/03/09.

TOZONI-REIS, Marília F. de. **Temas Educativos como “Temas Geradores”:** **Contribuições para uma Metodologia Educativa Ambiental Crítica, Transformadora Emancipatória.** Educar, Curitiba. n° 27, Editora UFPR, 2006. PP. 93-110.

TRAJBER, Rachel; FERNANDES, R. S. **[O que pensam as Delegadas os Delegados da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.](#)** **Instituição:** Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Faculdade Brasileira - UNIVIX - Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental – NEPA 2006 Disponível em: <http://www.pluridoc.com/>. Acessado em 18/01/2009.

TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, L. H. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos.** São Paulo: Gaia, 1996. 221pp.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra.** Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. 1ª ed. São Paulo, Clío Editora, 2008. 157pp.

VASCONCELOS, Eymard M. **Educação Popular e Controle de Doenças Infecto-Parasitárias.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):39-57, 1998. Disponível em: <http://www.unirio.br/>. Acessado em 06/04/2009.

VERDI, Marcio; PEREIRA, G. R. **A Educação Ambiental na Formação dos Educadores - caso da Universidade Regional de Blumenau – FURB.** In Revista Eletrônica do Mestrado em Educação ambiental da FUFURG. ISSN 1517-1256, v.17, julho a dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/>. Acessado em 29/12/2007.

VERÍSSIMO, Adalberto. et al. (Orgs) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira.** São Paulo. Instituto Socioambiental, 2001. 540pp.

WHYTE, Anne. **Guidelines for Field studies in environmental Perception.** Paris, UNESCO/MAB, 1977.

WILBER, Ken; PRIBRAM, Karl H.; CAPRA, Fritjof. **O Paradigma Holográfico e outros Paradoxos: Uma Investigação nas Fronteiras da Ciência.** 12ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2007. 279pp.

ANEXOS

I - Caracterização do Município de Colorado do Oeste.....	97
II - Mapa da Área do Município de Colorado que passou por maior Quantidade de Transações Comerciais nos últimos 20 anos.....	114
III - Discurso da posse de Truman.....	117
IV - Modelo de Carta da Pesquisadora de solicitação de Entrevista junto aos Proprietários Rurais.....	121
V - Carta de Apresentação da Pesquisadora aos Proprietários Rurais, como pertencente ao Quadro de Pessoal do IFRO Campus Colorado do Oeste e Mestranda da UFRRJ.....	123
VI - Entrevistas com os Pequenos Proprietários Rurais do entorno do IF-RO – Campus Colorado do Oeste.....	125
VII - Ofício convidando a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste para participar do “Projeto Reserva Legal”.....	134
VIII - Projeto Reserva Legal, proveniente do Ministério Público do Estado de Rondônia – Promotoria de Justiça/2008	142
IX - Termo de Ajustamento de Conduta.....	150
X - Questionário Aplicado sobre as Questões Ambientais no Cotidiano Escolar.....	154

ANEXO I

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE

1.1.1 HABITAÇÃO

Quadro 1: Indicadores de Habitação e Saneamento, 2000

DADOS	Número	Percentual
Domicílios particulares permanentes	5.737	100,0 %
Com fossa séptica ou ligada à rede geral de esgoto	62	1,1 %
Ligadas à rede geral de abastecimento de água	2.775	48,4 %
Com acesso ao serviço de coleta de lixo	2.438	42,5 %

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

Apesar de não ter dados anteriores ou posteriores ao ano 2000 sobre os indicadores de habitação e saneamento o número de domicílios particulares é pequeno, somente 1/3 da população do município, e o número de habitações com acesso ao saneamento é de apenas 50%.

O IDH usa os índices da educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) para determinar o desenvolvimento dos municípios. O município de Colorado do Oeste saiu de um baixo desenvolvimento humano para um médio desenvolvimento por força da taxa de matrícula escolar com relação a sua população total municipal.

1.1.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano, 1970, 1980, 1991 e 2000

DADOS	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	-	-	0,527	0,739
Educação	-	-	0,555	0,839
Longevidade	-	-	0,646	0,721
Renda	-	-	0,379	0,658

Fonte: PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. IBGE, 2000.

1.1.3.DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Quadro 3: PIB e PIB per capita 2001 a 2005 (R\$ de 2000).

	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (R\$ mil)	74.943	80.126	76.668	84.434	87.767
PIB per Capita (R\$)	3.499	3.837	3.756	4.233	4.648

Fonte: Ipea Data , IBGE, 2000.

Quadro 4: Composição Setorial do PIB 2001 a 2005

Setor	2001	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	29,4 %	28,3 %	30,4 %	30,2 %	25,7 %
Indústria	18,6 %	8,1 %	6,8 %	9,9 %	13,5 %
Serviços	45,3 %	56,4 %	54,4 %	49,8 %	50,9 %

Fonte: Ipea Data, IBGE, 2006

Os dados do quadro III mostram um PIB com aumento de 14% em cinco anos para o Município, apesar disso o aumento per capita teve aumento de 24% do PIB. Através dos dados da composição setorial do PIB de 2001 a 2005 pode-se observar ligeiro decréscimo na porcentagem que cabe a cada um dos setores, nos cinco anos, de forma geral, mesmo para os serviços que sofreram oscilações para manter-se estável.

1.1.4 ASPECTOS FÍSICOS, FISIAGRÁFICOS,

O relevo da área urbana é ondulado, e na área rural são evidentes ondulações mais acentuadas, com serras e morros altos.

O solo apresenta predominância de T.R.E. – associação de terra roxa estruturada, textura argilosa, fase pedregosa III, mais prodzólico vermelho escuro, textura argilosa com cascalho, fase pedregosa II, ambos eutríficos T.B.A, moderado, relevo ondulado, mais brunize avermelhado, textura média-argilosa, relevo ondulado, todas fases floresta equatorial perenifólia e L.E.A – associação de latossolo vermelho escuro+latossolo vermelho-amarelo, ambos élicos e moderados, textura muito argilosa, fase floresta equatorial subperenifólia de relevo plano.

A hidrografia é composta de micro-bacias formada por inúmeros córregos e rios que compõem a bacia do rio Guaporé, que é navegável.

Clima do Município

Tipo: Quente tipo equatorial úmido

Temperatura: média anual 24°C, máxima de 36°C, mínima de 12°C.

Média anual de precipitação pluviométrica: 2.234 mm.

Meses onde se encontra maior precipitação: outubro a março.

Hidrografia do Município de Colorado do Oeste

Represa pública de importância econômica para a comunidade: - Hidrelétrica Castaman gera 01: 2.500 Kwa, 01: c/1.500 Kwa e 01: c/ 400 Kwa – Total: 03 pequenas usinas que abastecem a área urbana de Colorado do Oeste, com extensão da rede para os municípios de Cabixi, Corumbiara e Cerejeiras.

Vegetação predominante: Floresta Equatorial

Solos predominantes

Tipo: Latossolo vermelho-amarelo distrófico (Podzólico).

Textura: argilosa.

O mapa de levantamento de reconhecimento de baixa intensidade dos solos do Estado de Rondônia, efetuado pelo Serviço Nacional de levantamento e Conservação de solos da EMBRAPA em 1983, dá os seguintes dados:

d.1) Grupo de solo – TER (predominante no município)

d.2) Aptidão agrícola – 1aB (c).

1.1.5 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIO ECONÔMICOS



Figura 1: Colocação da Cruz e a primeira Igreja católica construída em Colorado do Oeste (anos 70). Fonte: Acervo de Leandro Augusto

Colorado do Oeste teve sua origem no ano de 1973, quando 36 colonos atraídos pela terra fértil e convidativa para a exploração agrícola, se fixaram na região.

O solo vermelho, com florestas exuberantes apresentando plantas indicativas de solos férteis, também despertou o interesse de grupos, tais como: Terra Rica S.A. (110.000 ha.), Oscar Martinez (48.000 ha.) e João Arantes do Nascimento (38.000 ha.) que se instalaram visando a disputa pela terra que ocorria entre o grupo Terra Rica S.A. e os colonos pioneiros.

Nos anos de 1973 e 1974, os colonos pressionados pelo poderio do Grupo Terra Rica organizaram-se através de abaixo-assinado, reivindicando do Coordenador Regional do INCRA, vistorias, nas quais Constatam a existência de terra altamente agricultável e devoluta. O INCRA ao concluir que os Grupos não tinham documentos da área em litígio, iniciou a implantação de um (PIC) – Projeto Integrado de Colonização, culminando com a

Portaria nº. 1.480 de 04/10/1973, que criou o Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro.



Figura 2: Entrada atual, que dá acesso ao INCRA em Colorado do Oeste. Fonte: Acervo de Lendro Augusto.

Criado o Projeto, inicia-se através do INCRA, o processo seletivo para o assentamento das famílias que iriam ocupar a terra, assim o INCRA implantou no Estado de Rondônia, em 1975 o Projeto Integrado de Colonização Colorado. Neste mesmo ano foram as primeiras 36 famílias assentadas, o processo se intensificando em 1976, com mais de 3.500 famílias atraídas do Sul do país, totalizando em 1979, 4.500 famílias assentadas, com módulos fiscais agrícolas de aproximadamente 100 ha.

Este projeto passou a se chamar Paulo Assis Ribeiro, em homenagem ao chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, que tinha como finalidade encaminhar trabalhadores para os seringais da Amazônia na Segunda Guerra Mundial.

Ainda na mesma década, através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978, o Núcleo de Apoio Rural do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro foi transformado em distrito do Município de Vilhena, com o nome de Colorado.

E com o nome de Colorado do Oeste foi criado o município pela Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, com área desmembrada do Município de Vilhena. (IBGE, 2007). A denominação Colorado veio do Rio Colorado ou Vermelho, de águas barrentas causadas pela terra roxa da região, que fica a 21 Km da zona urbana do município, e “do Oeste” devido a existência de outros dois municípios com nome idêntico, um no Estado do Rio Grande do Sul e outro no Estado do Paraná.

Colorado do Oeste conta com uma população estimada pelo IBGE/2007, para o ano de 2008, de 17.644, numa área de 1.437,00 Km² dentro do Estado de Rondônia. Sua economia fundamentada na produção agrícola fez surgirem novos povoados tais como: Rondolândia, Alto Guarajús, Nova Esperança, Planalto São Luiz, Verde Seringal e Vitória da União, os dois últimos surgidos em 1988, e os últimos a surgirem foram Novo Colorado e Perobal.

A partir de 1983, alguns Distritos alcançaram a independência político-administrativa, passando a categoria de Município, a saber: Cerejeiras em 1983, Cabixi em 1988 e Nova Esperança em 1992, que a partir desta data, passou a denominar-se Corumbiara, considerada região de conflitos de terra.

Abrindo um parêntese para este Município: –Corumbiara está situado em uma área que constitui uma pequena reserva de mata outrora pertencente a uma fazenda particular

interditada pela FUNAI no final dos anos 1980 e hoje é local de plantação de soja, sorgo e milho. Durante o governo militar, a Reserva Corumbiara foi leiloada e adquirida por fazendeiros paulistas. Em 1985, um grande massacre acontece contra os índios Akuntsus que viviam isolados na região. Os últimos seis sobreviventes vivem em duas pequenas malocas próximas uma da outra, nas matas do igarapé Omerê, afluente da margem esquerda do rio Corumbiara, no sudeste de Rondônia.

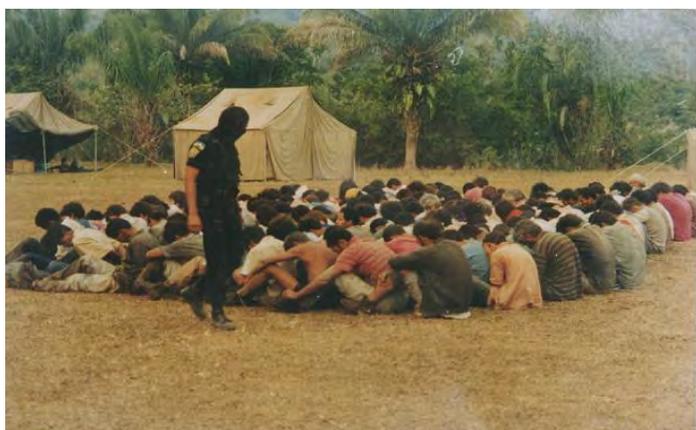
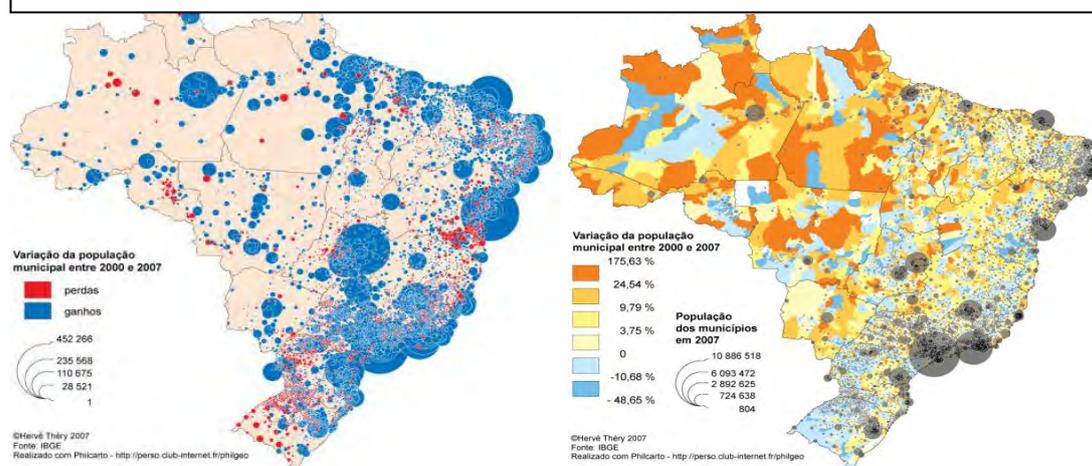


Figura 3: Camponeses presos após o despejo da Fazenda Santa Elina. Corumbiara, Rondônia, Brasil. Fonte: Eliseu Rafael de Sousa. Corumbiara, 09 de Agosto de 1995.

Outro conflito marcou a região: a batalha de 09 de Agosto de 1995, quando as tropas para-militares compostas por policiais e pistoleiros atacaram as 600 famílias que ocupavam a área da fazenda Santa Elina. Foram assassinadas nove pessoas, incluindo uma criança de sete anos de idade. Foram vários desaparecidos, além de mutilados e outros com sequelas físicas e psicológicas. Este fato teve repercussão internacional. (MESQUITA, 2002, p.12)

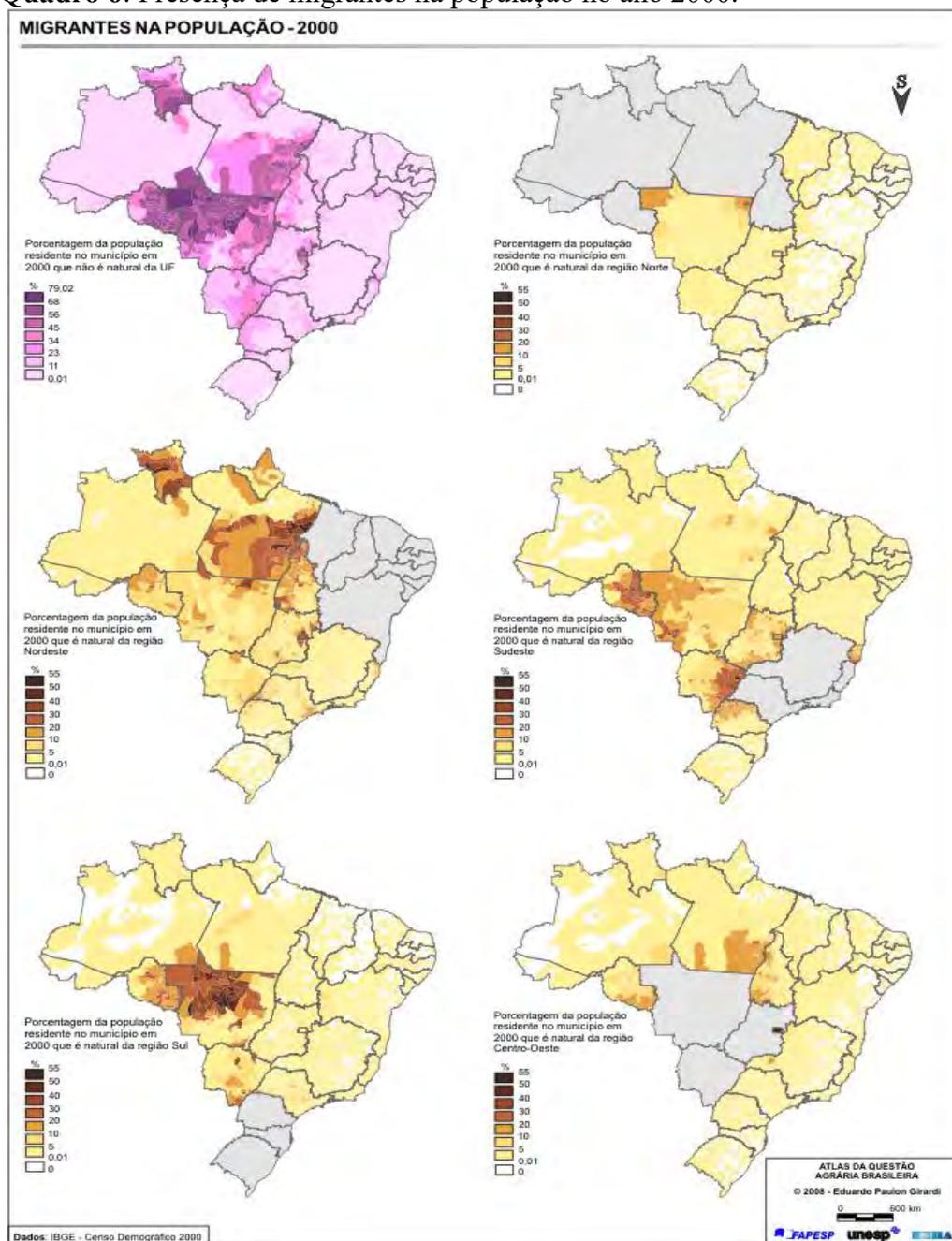
O quadro com mapa do IBGE (2007) mostra a região do cone sul de Rondônia como entre as que sofreram a variação de perda da população municipal, enquanto o outro mapa mostra dentro da variação da população municipal entre 2000 e 2007 que o cone sul de Rondônia tem taxas de variação negativa de -10,68 a -48,65 para o período.

Quadro 5: variação da população municipal entre 2000 e 2007



Fonte: IBGE (2007)

Quadro 6: Presença de migrantes na população no ano 2000.



Fonte: IBGE (2000).

Os mapas trazem dados sobre a migração, demonstrando para onde se destinaram os migrantes das regiões do Brasil a partir da década de 50. Observa-se que a região de Rondônia e Mato Grosso têm no quadro acima os gaúchos e os paranaenses como os representantes do sul do país em grande fluxo para a fronteira agrícola do norte do país.

Segundo esses dados é a região de colonização camponesa do sul do Brasil que perdeu muitos de seus habitantes para colonizar o sul de Rondônia. Os Estados do Centro-Oeste estão entre os que mais receberam população em valores relativos, apresentando as seguintes porcentagens em 2000: Distrito Federal (19,7%), Mato Grosso (14,5%), Goiás

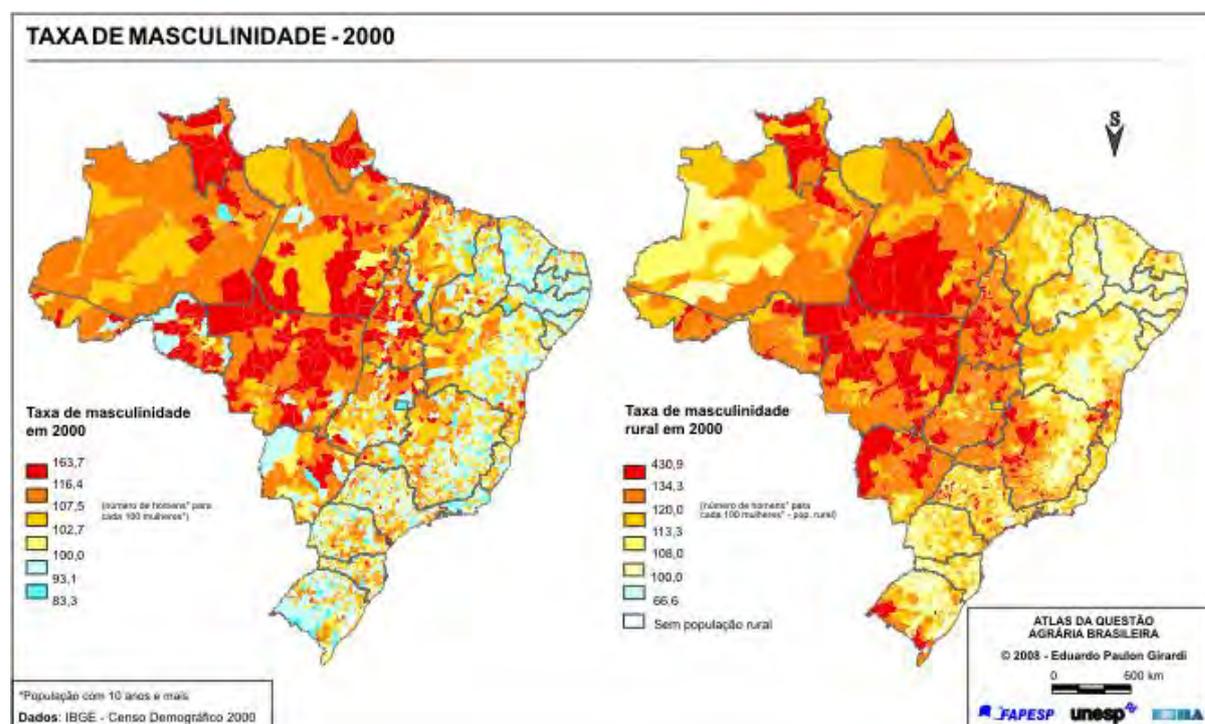
(12%) e Mato Grosso do Sul (8,5%). Na região Norte, além de Roraima destacam-se Amapá (19,7%), Tocantins (14,7%) e Rondônia (12,6%). (IBGE, 2000).

Observa-se no mapa que há um aumento da população no noroeste do Mato Grosso procedentes da região norte do país, neste mesmo período.

A fase de Eldorado do Cone Sul de Rondônia se iniciou na década de 70, com a procura de maior quantidade de terras como uma das causas principais da vinda de muitos sulistas para a região.

O quadro abaixo faz referência a taxa de homens presentes nas diversas regiões do país no ano 2000 demonstrando como ocorreu a dinâmica populacional nessa fase. Como as atividades braçais atraem mais homens que mulheres, em locais onde essa atividade estava sendo realizada, como derrubada de mata e lida com o gado, foram então os locais onde eles se dirigiram com maior freqüência. Na região do cone sul de Rondônia se observa taxas que vão de 116,4 a 163,7%, mas a taxa se eleva a 430 homens para cada 100 mulheres presente na população rural acima de 10 anos de idade na mesma região.

Quadro 7: Mostra o número de homens para cada 100 mulheres na população geral do Brasil e na população rural de cada região no ano 2000.



Fonte: IBGE (2000)

Conforme o **Gráfico 3** (presente no corpo do trabalho), atualmente a população da região pesquisada mantém certo equilíbrio quanto à presença de homens e mulheres. Aqueles que deixaram a região, antes de partir, tiveram que compreender que seus sonhos perderam a importância, diante da tentativa de continuar sobrevivendo.

Depois da fase de intensa migração, atualmente (2009) a maior parte das novas derrubadas na Amazônia brasileira tem se concentrado nos estados de Mato Grosso e Pará, mas chama atenção a elevada perda de florestas no Estado de Rondônia. Em julho de 2007, o desmatamento acumulado em Rondônia chegou a aproximadamente a nove milhões de

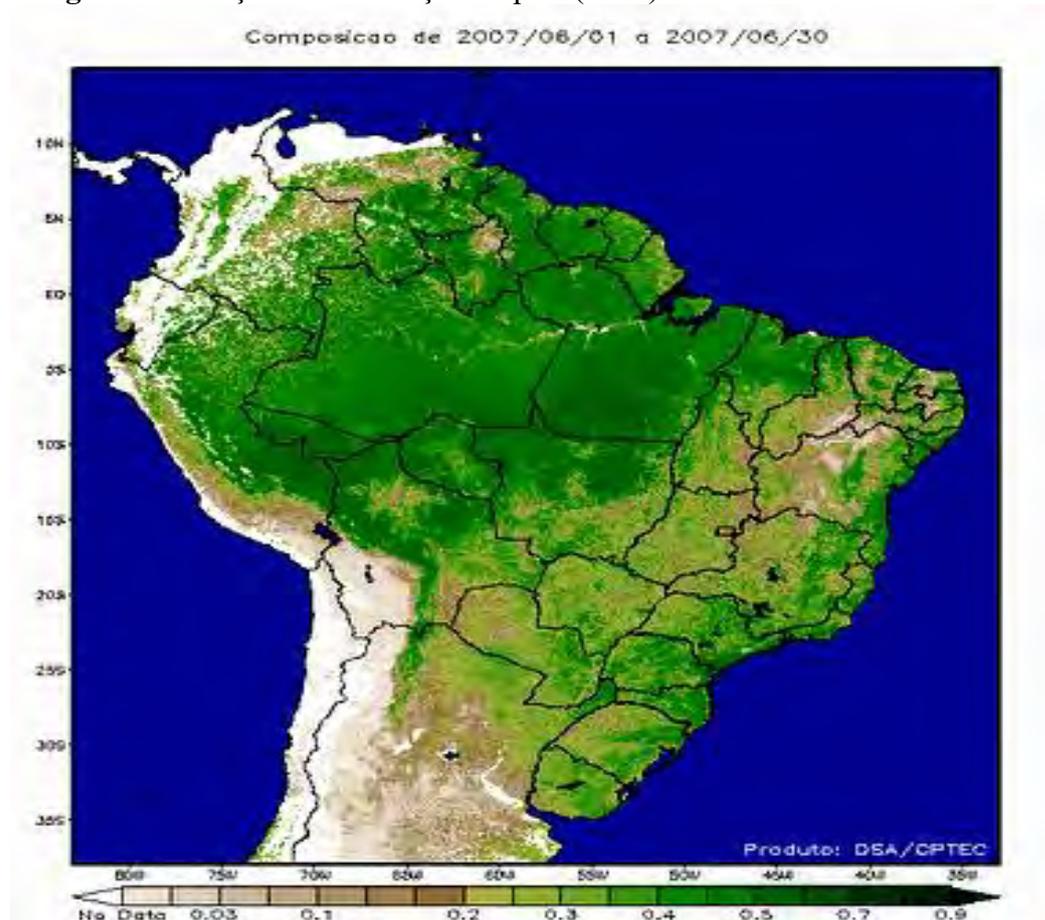
hectares (38% da superfície total do Estado e 44 % da área originalmente coberta por florestas) índices entre os mais elevados de todos os Estados da Amazônia Legal.

Segundo dados do Sistema de Alerta e Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e meio ambiente da Amazônia (Imazon), foram desmatados 345 km² em Rondônia entre agosto de 2007 e abril de 2008, um aumento de 23% em relação ao período anterior (julho de 2006 a abril de 2007). Ainda segundo o relatório do Programa de Monitoramento de áreas Especiais (ProAE), que anualmente analisa a evolução do desmatamento especificamente em áreas protegidas, de 2006 a 2007, foram desmatados mais de 33,8 mil hectares em áreas protegidas - terras indígenas e unidades de conservação federais e estaduais de Rondônia (Euler, 2008. p. 11).

Estes dados levam a conclusão de que o desmatamento está intimamente ligado ao aumento da pecuária e igualmente às exigências do INCRA em relação à ocupação destas terras nos anos 70.

Os pequenos proprietários rurais do Município de Colorado do Oeste, podem não entender muito das novas Leis que lhes cobram condutas corretas sobre um tema que o governo conhece bem, que é a expansão da agropecuária de forma desenfreada no cerrado, mas, quem trabalhou a vida toda na terra é escolado com relação às entradas dos grandes produtores, eles reconhecem quando não tem respaldo para continuar sua jornada e saem, simplesmente saem. É o que está acontecendo na região do cone sul de Rondônia.

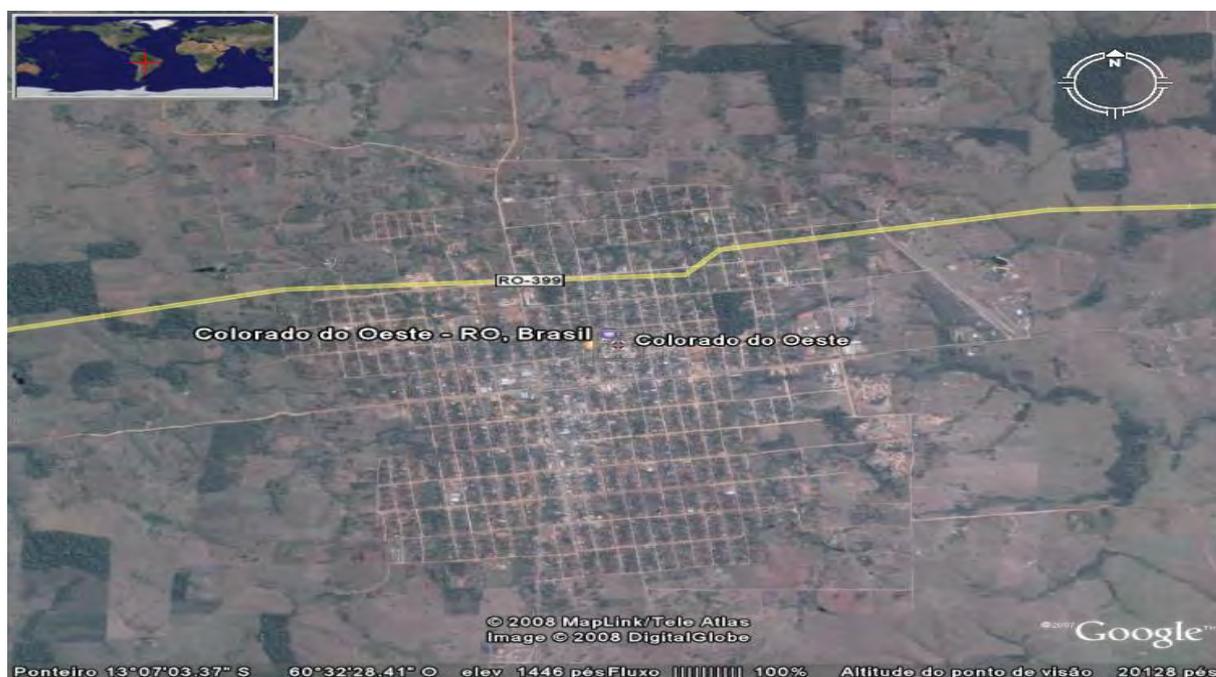
Imagem 1: Avanço da savanização no país (2007).



Fonte: IBGE/2007.

A composição da vegetação atual observada entre os dias 1 e 30 de junho de 2007 mostra como o avanço das áreas savanizadas é notório no centro de Rondônia. Boa parcela dessas áreas modificadas encontra-se nas terras de regiões de cultivo de soja e criação de gado.

Imagem 2: Cidade de Colorado do Oeste e seu entorno.



Fonte: imagem de satélite – Google earth/2008

De acordo com a Pesquisa Municipal de Pecuária divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2007), 35% do rebanho bovino de todo o país estava concentrado na Amazônia. São 69.575 milhões de cabeças, o equivalente a 34,8% de todo o rebanho brasileiro. A pesquisa detectou queda do total de cabeças de gado em 2007 de 3% no Brasil e 5% na Amazônia. Apesar da diminuição, o IBGE lembra que, na comparação dos últimos dez anos (1997-2007), registrou-se um crescimento de 78% na quantidade de cabeças de gado na região, com destaque para o sul do Pará, o norte de Mato Grosso e Rondônia (IBGE, 2007).

Segundo o IBGE (2007), o rebanho bovino brasileiro tem se deslocado em direção ao norte do país. Houve uma redução do ritmo de crescimento do rebanho bovino na região, de 46% de 1997 a 2002 para 22% no período de 2002 a 2007. A pesquisa do Instituto detectou o maior efetivo bovino no Mato Grosso, que possui 12,9% de todo o rebanho nacional.

O cone sul de Rondônia tem participado do processo de redução da pecuária, as pastagens degradadas têm dado lugar a lavouras mecanizadas de arroz e soja. Números divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura, indicam que a área plantada de soja aumentou 9,6% na região Norte (sendo 8,4% em Rondônia, 10,6% no Pará e 12% no Tocantins) e 2,8% no Centro-Oeste.

A região do cone sul de Rondônia composta por sete municípios, é responsável por mais de 57% da produção estadual: 257.688 toneladas na última safra. A produtividade obtida está acima dos melhores índices internacionais, na faixa dos 2.600 kg/ha. Toda a produção é escoada pela BR 364 até o Porto Graneleiro de Porto Velho, seguindo para

Santarém (PA) e Itacoatiara (AM). A partir desses destinos, a soja de Rondônia é embarcada em navios para Europa, Estados Unidos e Ásia.

Segundo Francisco Sales, chefe da divisão de ordenamento fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Rondônia (INCRA-RO/2008), o Estado atravessa hoje um processo de reconcentração fundiária, que se desenvolve inclusive sobre as áreas de reforma agrária. O problema, de acordo com Sales, ocorre especialmente na região do cone sul de Rondônia, onde se encontram os principais municípios produtores de soja. As regras vigentes em Rondônia para a regularização fundiária são: até 900 hectares, o INCRA pode fazer a regularização fundiária direta; entre 900 e 2.500 hectares, a lei permite via licitação e acima disso, somente via Congresso Nacional, que precisa autorizar.

Os grandes produtores têm buscado ampliar seus domínios, inclusive por meio da aquisição de terras da Reforma Agrária. Muitos agricultores arrendam ou vendem os lotes para as empresas produzirem soja conforme aponta o relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis sobre os impactos do avanço da soja (Repórter Brasil, 2008)

A defasagem das informações no monitoramento da derrubada da floresta tem proporcionado condições para a derrubada e a devastação de árvores de pequeno porte, que não eram observadas anteriormente nas imagens do desmatamento, somente depois da área totalmente devastada é que os estragos podiam ser observados, sem condições de coibir e antecipar o que estaria por vir. Assim, sem informações que cubram toda a floresta e monitore os pontos vulneráveis, ficam prejudicadas ações de desenvolvimento regional, segurança e defesa nacional, especialmente nas áreas cobiçadas pelos grandes empresários da agroindústria.

O uso de técnicas estatísticas com base em dados atuais tem ajudado cientistas a identificar os diferentes usos de solo nas áreas desmatadas e a comprovar matematicamente a relação das atividades agropecuárias com a derrubada da floresta amazônica. O trabalho realizado pela Embrapa nos Estados de Rondônia e Acre compara a evolução do rebanho bovino com o desmatamento em um período de cinco anos. As áreas utilizadas para agricultura e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) também foram considerados.

A Floresta Amazônica é a maior extensão contínua de Floresta Tropical, que abriga uma “Biodiversidade” de relevância global, fazendo parte de um grupo de 15 países chamados de megadiversos, juntos abrigam cerca de 70% da biodiversidade do planeta (CONABIO-MMA, 2007) e de grande potencial como recurso biotecnológico.

Além de sua extensa área, abrigando cinco importantes biomas e o maior sistema fluvial do mundo, a densidade e o porte de sua vegetação fazem com que a Floresta Amazônica seja um dos maiores estoques de carbono da biosfera, “por possuir um enorme estoque deste elemento em sua biomassa e no solo” (Lugo e Brown 1992, Malhi e Grace 2000), que está sendo transferido para a atmosfera pela conversão de florestas em áreas agrícolas e outros empreendimentos.

A “Biodiversidade”, a partir do texto que estabeleceu a CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica/92), diz respeito à “variabilidade de organismos vivos de todas as origens, incluindo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas”.

Dados de 2002 indicam pelo menos 40.000 espécies de plantas, 427 de mamíferos, 1.294 de aves, 378 de répteis, 427 de anfíbios e aproximadamente 3.000 espécies de peixes na região Amazônica (Silva, 2002. p.15). A maioria das espécies não se distribui

homogeneamente pela Amazônia, mas ocorre em regiões delimitadas, comumente designadas como áreas de endemismo

Com clareiras abertas, na floresta devido à remoção das árvores emergente ou de dossel, ocorre a redução da umidade e o aumento da quantidade de material combustível no interior da floresta. Assim as áreas florestais que possuem em seu entorno atividades ligadas à agropecuária são suscetíveis a incêndios florestais. Isto ocorre porque o fogo é comumente utilizado para a renovação de pastos e eliminação de restos agrícolas e pode se alastrar sem controle sobre a vegetação, causando sérios prejuízos ambientais.

A Floresta Amazônica tem a capacidade de manter seu funcionamento estável frente a variações climáticas, porém é vulnerável quando exposta a atividades que propiciem a ocorrência e propagação de fogo. O processo de degradação por fogo recorrente se não termina na conversão final da floresta em área agropecuária, simplifica sua estrutura física e biológica, equiparando-a a uma floresta secundária (Costa, 2008).

O processo destruição da floresta pela queimada acontece da seguinte maneira:

- A floresta primária após uma alteração inicial, com um primeiro episódio de fogo, perde ou tem danificado aproximadamente metade da sua cobertura florestal. O capim é plantado ao mesmo tempo em que há o desmatamento, levando certo tempo para crescer.
- Depois de um ano o gado e a pecuária entram na floresta, enquanto ela ainda não desapareceu. O capim é queimado no segundo ano, provocando uma segunda limpeza da floresta. Nesse momento, sobra apenas cerca de 10% a 20% do dossel, com grande quantidade de árvores mortas em pé. O capim queimado, por não perder as suas raízes no fogo, brota novamente, o que permite que mais uma vez o gado seja colocado para pastar na área assim degradada.
- Após dois ou três eventos de fogo tem-se apenas uma cobertura semelhante à floresta secundária crescendo sobre o solo degradado, ou seja, é destruído de vez o que restou da floresta inicial.
- Nesse processo de degradação, há perda de biomassa, perda da estrutura vertical decorrente da redução das copas do estrato superior, e perda de árvores emergentes, proliferação de espécies pioneiras, substituição da composição de espécies e simplificação do banco de sementes.

Mas não somente o desmatamento e o fogo causam danos à floresta, o consumo de agrotóxico tem causado danos ao meio ambiente, reduzindo de forma indireta o ciclo produtivo dos cultivos e do próprio solo. A tentativa de assegurar a eficiência para a manutenção da produtividade tem feito com que as pesquisas genéticas e a biotecnologia trabalhem na produção de novos produtos que substituam aqueles aos quais as pragas ganharam resistência. A natureza, assim como o próprio homem tem sofrido a ação destes venenos, principalmente quando aspergidos por aviões nas grandes lavouras

Toda a degradação se inicia com pequenos desmatamentos e o desafio de detecção por satélite para fins de fiscalização é significativo, devido à resolução espacial das imagens de satélites, sendo difícil indicar a existência de degradação antes que o corte atinja 50% do dossel.

O programa de monitoramento da Amazônia do INPE conta hoje com dois sistemas operacionais complementares, o PRODES e o DETER. O PRODES utiliza imagens dos sensores TM (satélite LANDSAT da NASA), DMC (satélite da DMC International Imaging) e CCD (satélites CBERS do INPE), que cobrem a Amazônia com baixa frequência temporal (16 e 26 dias) e têm resolução espacial de 30 e 20 metros, respectivamente. Com esses sensores é possível mapear desmatamentos cujas áreas sejam superiores a 6,25 hectares. O

PRODES mede as taxas anuais de corte raso desde 1988. Corte raso aquele que resulta na remoção completa da cobertura florestal em um curto intervalo de tempo. Nesse processo, a cobertura florestal é totalmente removida e substituída por outras coberturas e usos (agrícola, pastagem, urbano, hidroelétricas, etc.), com estimativas de áreas consideradas confiáveis pelos cientistas de nível nacional e internacional (Costa, 2008).

A partir de 2002, estas estimativas passaram a ser divulgadas juntamente com polígonos de desflorestamento, que representam o Incremento de área desflorestada (área desflorestada acumulada a partir de mapeamentos dos anos anteriores) para o ano em questão.

O DETER - Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real identifica e mapeia áreas desflorestadas em formações de florestas tropicais na Amazônia. Esse sistema utiliza imagens dos sensores MODIS, a bordo do satélite TERRA, da NASA e WFI, a bordo do satélite brasileiro CBERS-2B do INPE. São sensores que cobrem a Amazônia com alta frequência temporal, de dois e cinco dias, respectivamente, mas com resolução espacial limitada de 250 metros. Com essa resolução espacial, as imagens desses sensores permitem a detecção de desmatamentos cujas áreas são superiores a 0,25 km² (ou 25 hectares). A alta frequência de observação reduz as limitações de observação impostas pela cobertura de nuvens, freqüente na região amazônica, ao mesmo tempo em que compensa a limitação da resolução espacial. No DETER, todo desmatamento identificado numa imagem e que não foi detectado anteriormente pelo PRODES é considerado desmatamento novo, independente do tempo cronológico.

1.1.6 ASPECTO ADMINISTRATIVO

Em 1978, foi nomeado Administrador do Núcleo Urbano de Colorado do Oeste, o comerciante no ramo de Farmácia, Sr. Jô Yutaka Sato. Em 1979 e 1980, teve como Administradores nomeados pelo então Prefeito do Município de Vilhena, Renato Coutinho dos Santos, o Sr. Ângelo Angelin, substituído pelo Sr. Reditário Cassol, que em sua gestão fundou os Núcleos Urbanos de Cabixi e Cerejeiras. Este prefeito foi substituído pelo Engenheiro Agrônomo Idevanir Ferrarini que administrou até as proximidades da emancipação político-administrativa de Colorado, quando foi substituído pelo funcionário do INCRA, João Nunes de Moraes, o qual, em 16/06/1981 foi nomeado como o 1º Prefeito do município, pelo Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, Governador do Ex-Território e do Estado de Rondônia.

Em 1983 foi empossado o 1º Prefeito eleito, Sr. Marcos Donadon, tendo sofrido intervenção Administrativa pelo Governo do Estado, voltando para terminar o mandato em 31/12/88. No início de 89 foi empossado o 2º Prefeito eleito, Sr. Augusto Sérgio Carminato, que administrou até 23/10/89, quando teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de Colorado do Oeste, e a 24/10/89, foi empossado o Vice-Prefeito Sr. Vilson Moreira, que terminou o mandato em 31/12/92.

No ano de 1993, assumiu o 3º Prefeito Eleito, Sr. Melkisedek Donadon, administrando o Município até 02/10/95, quando renunciou o mandato juntamente com o Vice-Prefeito, Sr. Edson Lopes da Silva, assumindo o Cargo, o Presidente da Câmara, Sr. Antônio Valdeci da Silva, interinamente no período de 02/10/95 até 31/12/96, quando em 01/04/96 foi eleito pelos Vereadores, em eleição interna, para cumprir o mandato até 31/12/96, tendo, porém, sido afastado do Cargo de Prefeito por liminar do MM. Juiz Eleitoral local, Dr. Glodner Luiz Pauletto, em 06/09/96 e retornando após Liminar obtida do Supremo Tribunal em 11/09/96, cumprindo o mandato até 31/12/96.

Em 1997, assumiu o 4º Prefeito Eleito, Sr. Edson Lopes da Silva, que manteve o mandato até o final de 2000; em 2001, assumiu o 5º Prefeito Eleito, Sr. Cereneu João Naue e em 2005, assumiu a primeira Prefeita Eleita, Sr^a. Miriam Donadon Campos.

Finanças Municipais

Em cinco anos houve um aumento de aproximadamente 60% nas transferências correntes do município, enquanto que a receita patrimonial cresceu quase 100%. As outras receitas não tiveram um aumento tão substancial no mesmo período.

Quadro 9: Despesas Correntes (reais), 2000 e 2005

	<i>2000</i>	<i>2005</i>
Despesa Corrente	5.612.058	13.874.809
Despesa de Custeio	5.434.152	-
Pessoal Ativo	2.602.167	-
Despesas de Transferências Correntes	177.906	-
Pessoal Inativo	0	-

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional.

Quadro 10: Receitas Correntes (reais), 2000 e 2005

	<i>2000</i>	<i>2005</i>
Receita Corrente	6.509.547	14.866.263
Receita Tributária	270.900	647.074
Impostos	232.958	-
IPTU	66.082	94.951
ISS	135.175	290.546
ITBI	31.701	57.489
Taxas	37.942	51.370
Receita Patrimonial	456	95.700
Receita Industrial	0	-
Receita de Serviços	0	-
Outras Receitas Correntes	671.892	326.376
Transferências Correntes	5.527.020	13.695.268
FPM	2.237.028	3.600.740
ICMS	1.561.408	-
IPVA	111.808	-

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretária do Tesouro Nacional.

Quadro 11: Indicadores de Finanças Municipais

	<i>2000</i>	<i>2005</i>
FPM / Receita Corrente (%)	34,4	24,2
ICMS / Receita Corrente (%)	24,0	-
Receita Tributária / Receita Corrente (%)	4,2	4,4
Receita Corrente per Capita (R\$)	297,3	787,3
Grau de Inadimplência do IPTU	42	-

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretária do Tesouro Nacional.

Observa-se um aumento de mais de 50% na receita do município de 2000 para 2005, o que não condiz com a realidade da perda da população, o que demonstra um ganho substancial em renda com o desaparecimento da população rural. O aumento das taxas e da arrecadação supõe presença de locais com condições de pagar tributos maiores do que aqueles que eram pagos anteriormente, é o caso das grandes empresas que se integraram ao município. Houve aumento na receita per capita ao mesmo tempo em que se diminuía o FPM/Receita corrente.

Gestão Urbana

Quadro 12: Instrumentos de Gestão

	<i>Existência</i>	<i>Ano de Elaboração</i>
Plano Diretor	sim	1991
Plano Estratégico	não	não existente
Lei de Zoneamento	sim	1991

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999.

A não existência de um plano estratégico demonstra que o município ainda não tem um perfil característico que o diferencie de outros do país. Somente com o conhecimento dos interesses da população e das necessidades dos munícipes, articulado com a sociedade é que poderá construir um plano estratégico que poderá barrar o crescimento negativo do município.

A falta de regulamentação dos Conselhos de Saúde e de Educação demonstra que a população detém um nível baixo de conhecimento de seus direitos como cidadão. Na regulamentação e instalação da Assistência social e do Emprego e Trabalho se observa a vontade política dos dirigentes em que estes conselhos estivessem em funcionamento, enquanto que o Conselho Tutelar que é observado diretamente pela promotoria quando o assunto é a violência e o descaso com a criança e o adolescente, passavam a ser obrigatórios os seus funcionamentos. Os outros conselhos que dependem da atitude de consciente dos cidadãos quanto aos seus direitos para reivindicar melhoria nas condições educacionais de seus filhos e de benefícios na área da saúde para a população foram deixados de lado. Áreas como habitação, meio ambiente, política urbana, transporte e turismo sequer dá qualquer sinal que possa vir a existir.

Quadro 13: Conselhos Municipais.

	<i>Existência</i>	<i>Caráter</i>	<i>Situação</i>
Assistência e Ação Social	sim	Deliberativo	Regulamentado e instalado
Criança e Adolescente	sim	Deliberativo	Regulamentado e instalado
Educação	sim	Apenas consultivo	Apenas regulamentado
Emprego e Trabalho	Sim	Deliberativo	Regulamentado e instalado
Habitação	-	-	-
Meio Ambiente	-	-	-

Política Urbana	-	-	-
Saúde	sim	Apenas consultivo	Apenas regulamentado
Transportes	-	-	-
Turismo	-	-	-

Fonte Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999.

Saúde e Saneamento Básico.

Quadro 14: Rede Hospitalar e Ambulatorial (SUS), 2000

Tipo de Unidade	Número
Hospitais	3
Unidades de Atendimento Médico	21

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/MS).

Quadro 15: Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).

	1970	1980	1991	2000
Taxa	-	-	40,2	

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

A taxa de mortalidade infantil da região norte saiu de 49,2% para 25,5% em 2004, (por mil nascidos vivos), correspondendo aproximadamente à taxa brasileira no mesmo período, que foi de 45,2 a 22,6. Conforme o Ministério da Saúde há consistente tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras, o que reflete a melhoria nas condições de vida, o declínio da fecundidade e o efeito de intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento e educação da mãe, entre outros aspectos. Ainda assim, os valores médios continuam elevados, sobretudo na região nordeste. Para 2004, as taxas calculadas para os Estados brasileiros mostram variações entre 13,6 por mil (Santa Catarina) e 47,1 por mil vivos (Alagoas).

Os dados do município de Colorado do Oeste, para este período, mostram uma taxa de 40,2 para 1991, não liberados dados mais recentes, demonstrando que o município ao não reduzir sua taxa de mortalidade infantil, não tem acompanhado o desenvolvimento do país com relação à melhoria das condições de vida e as intervenções públicas para reduzir o quadro que o município apresenta diante do restante das regiões. Estes dados ainda refletem a precariedade socioeconômica da população, da infra-estrutura ambiental e principalmente a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção materna e da população infantil. (Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). (IBGE, 2000).

Hospital Público

A Unidade Mista de Saúde é o Único estabelecimento hospitalar do Município com clínicas médicas: Obstétrica e Pediátrica. Conta com dois médicos por dia que atende aos serviços de consultas ambulatoriais e atendimentos de urgências e emergências.

O serviço de apoio a diagnóstico é feito por um bioquímico/dia, limitando se aos exames básicos, como os de urina, fezes e hemograma. Exames de maior complexidade têm as amostras encaminhadas para análise em outros centros (mais requisitada é a cidade de Porto Velho, Capital do Estado, dista do Município cerca de 800 Km). O serviço de radiografia é limitado aos atendimentos de profissionais de nível médio, pela ausência de médico radiologista no município. O atendimento fisioterapêutico é feito por dois profissionais da área que atendem à UMS e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e também o Centro de Saúde I. Os casos mais graves são encaminhados para outros centros de saúde, preferencialmente para a cidade de Vilhena, município vizinho, a 84 km de distancia.

O município é hoje, habilitado na Gestão Plena da Atenção Básica. Devido à insuficiência de recursos, sobretudo o humano, é carente de profissionais especializados, o que resulta no grande número de pacientes encaminhados para fora do município.

Quadro 16: Capacidade Operacional do Setor Saúde no Município.

Profissional	Quantidade	Particular	Público	Hab/profissional
Médico	06	0	06	2750
Enfermeiros	14	00	14	7332
Odontólogos	11	10	01	4400
Bioquímicos	04	01	03	5500
Fisioterapeuta	02	0	02	11000
Psicólogo	01	0	01	0
Ass. Social	01	0	01	0

FONTE: SMS

Observação: O Município dispõe de 2,7 leitos para cada 1000 habitantes.

O atendimento preventivo é feito na Rede Básica de Saúde, que consiste em 03 centros de saúde, que são ponto de apoio para os programas de combate às endemias, imunização, Agentes Comunitários de Saúde e Núcleo de Educação em Saúde.

Habitação

Quadro 17: Indicadores de Habitação e Saneamento, 2000.

DADOS	Número	Percentual
Domicílios particulares permanentes	5.737	100,0 %
Com fossa séptica ou ligada à rede geral de esgoto	62	1,1 %
Ligadas à rede geral de abastecimento de água	2.775	48,4 %
Com acesso ao serviço de coleta de lixo	2.438	42,5 %

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

Apesar de não ter dados anteriores ou posteriores ao ano 2000 sobre os indicadores de habitação e saneamento o número de domicílios particulares é pequeno, somente 1/3 da população do Município, e o número de habitações com acesso ao saneamento é de apenas 50%.

O IDH usa os índices da **educação** (alfabetização e taxa de matrícula), **longevidade** (expectativa de vida ao nascer) e **renda** (PIB per capita) para determinar o desenvolvimento dos municípios.

Quadro 18: Desenvolvimento Humano, 1970 a 2000.

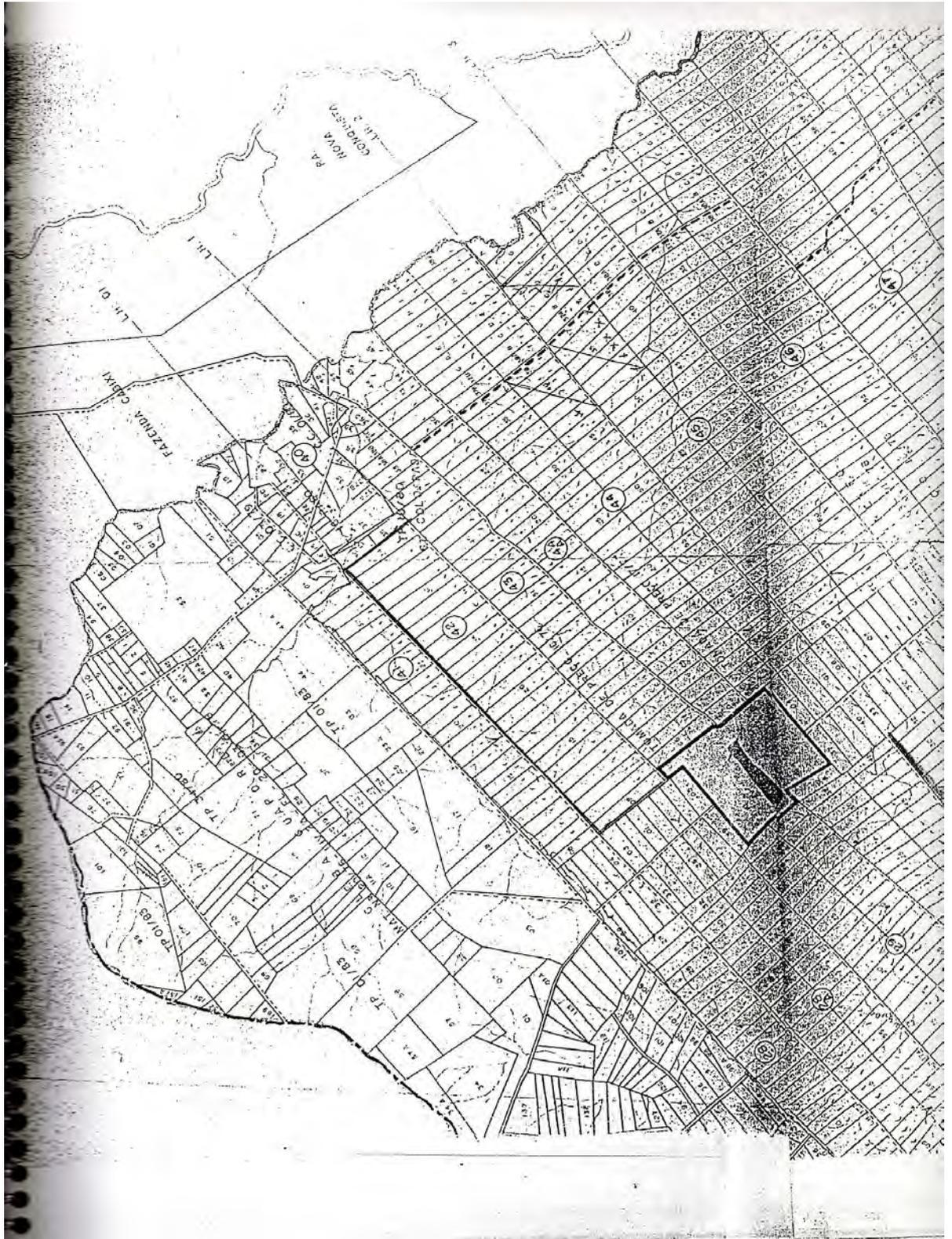
DADOS	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	-	-	0,527	0,739
Educação	-	-	0,555	0,839
Longevidade	-	-	0,646	0,721
Renda	-	-	0,379	0,658

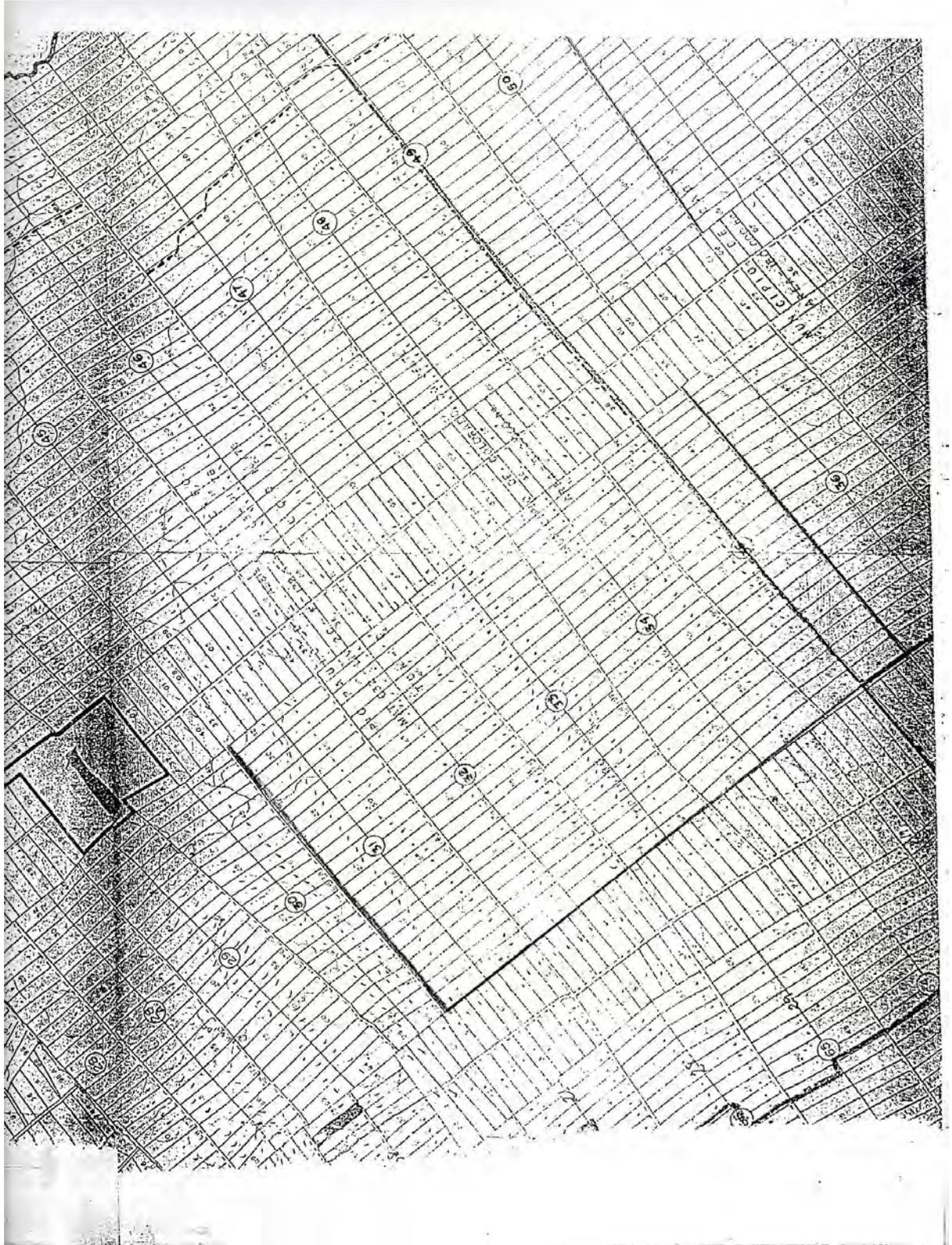
Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. IBGE, 2000

O Município de Colorado do Oeste saiu de um baixo Desenvolvimento Humano para um médio desenvolvimento por força da taxa de matrícula escolar com relação a sua população total municipal.

ANEXO II

Mapa da área do Município de Colorado que passou por maior quantidade de transações comerciais nos últimos 20 anos.





ANEXO III

DISCURSO DE POSSE DE HARRY S.

Mr. Vice President, Mr. Chief Justice, and fellow citizens, I accept with humility the honor which the American people have conferred upon me. I accept it with a deep resolve to do all that I can for the welfare of this Nation and for the peace of the world.

In performing the duties of my office, I need the help and prayers of every one of you. I ask for your encouragement and your support. The tasks we face are difficult, and we can accomplish them only if we work together.

Each period of our national history has had its special challenges. Those that confront us now are as momentous as any in the past. Today marks the beginning not only of a new administration, but of a period that will be eventful, perhaps decisive, for us and for the world.

It may be our lot to experience, and in large measure to bring about, a major turning point in the long history of the human race. The first half of this century has been marked by unprecedented and brutal attacks on the rights of man, and by the two most frightful wars in history. The supreme need of our time is for men to learn to live together in peace and harmony.

The peoples of the earth face the future with grave uncertainty, composed almost equally of great hopes and great fears. In this time of doubt, they look to the United States as never before for good will, strength, and wise leadership.

It is fitting, therefore, that we take this occasion to proclaim to the world the essential principles of the faith by which we live, and to declare our aims to all peoples.

The American people stand firm in the faith which has inspired this Nation from the beginning. We believe that all men have a right to equal justice under law and equal opportunity to share in the common good. We believe that all men have the right to freedom of thought and expression. We believe that all men are created equal because they are created in the image of God.

From this faith we will not be moved.

The American people desire, and are determined to work for, a world in which all nations and all peoples are free to govern themselves as they see fit, and to achieve a decent and satisfying life. Above all else, our people desire, and are determined to work for, peace on earth—a just and lasting peace—based on genuine agreement freely arrived at by equals.

In the pursuit of these aims, the United States and other like-minded nations find themselves directly opposed by a regime with contrary aims and a totally different concept of life.

That regime adheres to a false philosophy which purports to offer freedom, security, and greater opportunity to mankind. Misled by this philosophy, many peoples have sacrificed their liberties only to learn to their sorrow that deceit and mockery, poverty and tyranny, are their reward.

That false philosophy is communism.

Communism is based on the belief that man is so weak and inadequate that he is unable to govern himself, and therefore requires the rule of strong masters.

Democracy is based on the conviction that man has the moral and intellectual capacity, as well as the inalienable right, to govern himself with reason and justice.

Communism subjects the individual to arrest without lawful cause, punishment without trial, and forced labor as the chattel of the state. It decrees what information he shall receive, what art he shall produce, what leaders he shall follow, and what thoughts he shall think.

Democracy maintains that government is established for the benefit of the individual, and is charged with the responsibility of protecting the rights of the individual and his freedom in the exercise of his abilities.

Communism maintains that social wrongs can be corrected only by violence.

Democracy has proved that social justice can be achieved through peaceful change.

Communism holds that the world is so deeply divided into opposing classes that war is inevitable.

Democracy holds that free nations can settle differences justly and maintain lasting peace.

These differences between communism and democracy do not concern the United States alone. People everywhere are coming to realize that what is involved is material well-being, human dignity, and the right to believe in and worship God.

I state these differences, not to draw issues of belief as such, but because the actions resulting from the Communist philosophy are a threat to the efforts of free nations to bring about world recovery and lasting peace.

Since the end of hostilities, the United States has invested its substance and its energy in a great constructive effort to restore peace, stability, and freedom to the world.

We have sought no territory and we have imposed our will on none. We have asked for no privileges we would not extend to others.

We have constantly and vigorously supported the United Nations and related agencies as a means of applying democratic principles to international relations. We have consistently advocated and relied upon peaceful settlement of disputes among nations.

We have made every effort to secure agreement on effective international control of our most powerful weapon, and we have worked steadily for the limitation and control of all armaments.

We have encouraged, by precept and example, the expansion of world trade on a sound and fair basis.

Almost a year ago, in company with 16 free nations of Europe, we launched the greatest cooperative economic program in history. The purpose of that unprecedented effort is to invigorate and strengthen democracy in Europe, so that the free people of that continent can resume their rightful place in the forefront of civilization and can contribute once more to the security and welfare of the world.

Our efforts have brought new hope to all mankind. We have beaten back despair and defeatism. We have saved a number of countries from losing their liberty. Hundreds of millions of people all over the world now agree with us, that we need not have war—that we can have peace.

The initiative is ours.

We are moving on with other nations to build an even stronger structure of international order and justice. We shall have as our partners countries which, no longer solely concerned with the problem of national survival, are now working to improve the standards of living of all their people. We are ready to undertake new projects to strengthen the free world.

In the coming years, our program for peace and freedom will emphasize four major courses of action.

First, we will continue to give unfaltering support to the United Nations and related agencies, and we will continue to search for ways to strengthen their authority and increase their effectiveness. We believe that the United Nations will be strengthened by the new nations which are being formed in lands now advancing toward self-government under democratic principles.

Second, we will continue our programs for world economic recovery.

This means, first of all, that we must keep our full weight behind the European recovery program. We are confident of the success of this major venture in world recovery. We believe that our partners in this effort will achieve the status of self-supporting nations once again.

In addition, we must carry out our plans for reducing the barriers to world trade and increasing its volume. Economic recovery and peace itself depend on increased world trade.

Third, we will strengthen freedom-loving nations against the dangers of aggression.

We are now working out with a number of countries a joint agreement designed to strengthen the security of the North Atlantic area. Such an agreement would take the form of a collective defense arrangement within the terms of the United Nations Charter.

We have already established such a defense pact for the Western Hemisphere by the treaty of Rio de Janeiro.

The primary purpose of these agreements is to provide unmistakable proof of the joint determination of the free countries to resist armed attack from any quarter. Each country participating in these arrangements must contribute all it can to the common defense.

If we can make it sufficiently clear, in advance, that any armed attack affecting our national security would be met with overwhelming force, the armed attack might never occur.

I hope soon to send to the Senate a treaty respecting the North Atlantic security plan.

In addition, we will provide military advice and equipment to free nations which will cooperate with us in the maintenance of peace and security.

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas.

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.

For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people.

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development.

Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens.

We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies wherever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom.

With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living.

Such new economic developments must be devised and controlled to benefit the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments.

The old imperialism—exploitation for foreign profit—has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing.

All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically.

Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge.

Only by helping the least fortunate of its members to help themselves can the human family achieve the decent, satisfying life that is the right of all people.

Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies—hunger, misery, and despair.

On the basis of these four major courses of action we hope to help create the conditions that will lead eventually to personal freedom and happiness for all mankind.

If we are to be successful in carrying out these policies, it is clear that we must have continued prosperity in this country and we must keep ourselves strong.

Slowly but surely we are weaving a world fabric of international security and growing prosperity.

We are aided by all who wish to live in freedom from fear—even by those who live today in fear under their own governments.

We are aided by all who want relief from the lies of propaganda—who desire truth and sincerity.

We are aided by all who desire self-government and a voice in deciding their own affairs.

We are aided by all who long for economic security—for the security and abundance that men in free societies can enjoy.

We are aided by all who desire freedom of speech, freedom of religion, and freedom to live their own lives for useful ends.

Our allies are the millions who hunger and thirst after righteousness.

In due time, as our stability becomes manifest, as more and more nations come to know the benefits of democracy and to participate in growing abundance, I believe that those countries which now oppose us will abandon their delusions and join with the free nations of the world in a just settlement of international differences.

Events have brought our American democracy to new influence and new responsibilities. They will test our courage, our devotion to duty, and our concept of liberty.

But I say to all men, what we have achieved in liberty, we will surpass in greater liberty.

Steadfast in our faith in the Almighty, we will advance toward a world where man's freedom is secure.

To that end we will devote our strength, our resources, and our firmness of resolve. With God's help, the future of mankind will be assured in a world of justice, harmony, and peace.

ANEXO IV

Modelo de Carta da Pesquisadora solicitando entrevista junto aos Proprietários Rurais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO GRANDE
CENTRO SUPERIOR DE ENSINO

Colorado do Oeste, 10 de junho de 2009.

Da Professora Neiva Moreira

Para Sr.

Prezado Senhor

Solicitamos uma entrevista com os proprietários desta propriedade rural sobre questões ambientais que envolvem a região. A entrevista procurará abordar o tema através de questionamentos sobre o início da vida da família no local e as modificações ambientais ocorridas com o passar do tempo.

A entrevista é acadêmica, ou seja, servirá de subsídio para a realização de um trabalho de pesquisa em uma Instituição Superior de Educação, conforme carta de apresentação anexa. Sem mais

Atenciosamente

.....
Neiva Moreira

ANEXO V

Carta de Apresentação da Pesquisadora aos Proprietários Rurais, como pertencente ao quadro de pessoal do IF-RO Campus Colorado do Oeste e Mestranda da UFRRJ.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



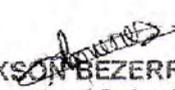
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA
Luzes Educadas de Oeste

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Servimos do presente para apresentar a Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, **NEIVA MOREIRA**, servidora do quadro de pessoal efetivo deste Campus, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, a qual está cursando Mestrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

Colorado do Oeste, 07 de maio de 2009.


PROF. JACKSON BEZERRA NUNES
Diretor-Geral Substituto

ANEXO VI

1. Entrevista com os pequenos Proprietários Rurais do entorno do IFRO – Campus Colorado do Oeste.

Cone Sul de Rondônia

Primeira entrevista: Entrevistado A

Essa entrevista não foi gravada, mas foram feitas anotações enquanto ocorria a entrevista.

A casa é de madeira, eles fizeram somente o curso fundamental. Os filhos também só têm o fundamental

Dona Ilda conta que vieram do oeste do Paraná há 30 anos para aumentar a terra, pois havia o boato de que a terra era boa e que não havia doenças. Ao chegar verificaram que era realmente verdade. Gostava muito do Paraná.

O Sr. Pedroso achou difícil o começo, pois de onde vinha tinha tudo mais fácil, mesmo morando na roça a cidade ficava perto e lá tinha tudo. Já tinha escola, mas a saúde pública até hoje não funciona. A saúde da família é boa.

O clima da região quando chegou era mais quente e tinha tempo que chovia muito (nessa época não colhia nenhum caroço de feijão, eles melavam. Durante anos isso aconteceu, depois foi diminuindo, então passou a colher para o gasto. Faz muitos anos que não mela o feijão. Esse ano choveu muito e começou a melar um pouco, não muito. O que gastou na plantação no final não foi pago com a venda.

A friagem está mais ou menos igual. No início vinham nuvens de mosquitos, que até entrevam nos olhos e queimava, mas com o desmatamento pararam de aparecer.

Os animais pequenos da casa nunca precisaram de medicação.

Há muita formiga quem-quem, que desfolha as árvores, na época, de chuva e muita seca, diminui. Os enxames de borboletas logo que chegou sempre aparecia, agora nunca mais viu.

Quanto aos vizinhos: não estão muito perto da sede, mas sabe que tem um que mora mais ou menos 20 anos e outro novato, está só há 15 anos no local. O que mora antes da fazenda morreu e a viúva vendeu as terras, o outro do outro lado vendeu: disse que ia procurar mais terra, saiu junto com o MST, perdeu o filho em um acidente na região e ficou desgostoso.

Nas suas terras têm nascente de água, por isso preservam a mata ciliar.

Gostam da região e não pretendem ir embora.

Eles tem 7 alqueires para morar, vaca de leite, plantação de subsistência, galinha, porco.

O desmatamento da região até os ajudou, pois, melava muito o feijão, e o pouco que colhia não achava para quem vender. Mais de dez anos e não conseguiu fazer nada com o que plantava, até hoje somente vende para os feirantes. Melhorou com a criação de gado, ele promove lucro.

Considera a preservação da mata ciliar necessária, e o local que não tinha mata foi recuperado (quando compraram tudo já tinha sido derrubado).

O governo deveria fazer sua parte. Nós achamos que eles não chegam perto dos pequenos produtores porque vão ser barrados. Não sabem da necessidade de cada região.

Não sabem o que poderia entrar para prejudicar. Ninguém iria vender, pois se fosse plana viraria canavial. O governo deve colocar limites.

Não temos outra alternativa, fora o gado. Café morre logo; cacau foram oito anos (duas colheitas deu praga, vassoura de bruxa; banana deu praga e nem laranja foi para frente, a raiz e pouco profunda.

Sobre os insetos da região contam que tinha tanto piolho de cobra que forrava em volta da casa, tinham que tocar fogo; as aranhas tipo caranguejeira apareciam muito, agora tem pouca. Sempre ficaram longe da mata, nunca deram nenhum tiro. Aparece muito macaco (bugiu). Tem muito bicho na mata, até onça.

Acha que o governo deveria ter mais respeito pela região, dar mais incentivo agrícola.

A terra mesmo sem adubo é boa, planta todo ano e dá, mas a mão de obra fica cara e dá muita praga, não há maquinário.

Falta de projeto para melhorar o plantio, por isso vendeu boa parte. A escola agrícola não trouxe nenhum projeto, mesmo tendo parentes na escola. Tenho duas netas, uma que já terminou o curso Técnico em agropecuária e outra que está terminando. A mais velha fez o curso de apicultura, mas não tem dado certo, ela leva a s caixas para o cerrado, fica de um lado para o outro, e na seca não dá flor. Poderiam incentivar e trazer projeto para a criação de carneiro, peixe

Segunda entrevista, já utilizando um gravador foi com o entrevistado **B**.

Chegou em colorado há aproximadamente 32 anos, veio do MS (Rio Verde), com a família. Morou inicialmente em VHA e em seguida seu pai conseguiu terras na região de colorado do Oeste (pelo INCRA). Seu pai adoeceu e foi obrigado a se transferir novamente para VHA, com sua morte toda a terra foi vendida e toda a família se transferiu de vez para VHA.

Há oito anos se casou com Dona T. e adquiriu 5 alqueires do seu sogro, onde mora até hoje.

Gosta muito da região, por causa do clima, solidariedade do povo das chácaras, sítios e fazendas da região. Quando chegou já trabalhava como agente comunitário e durante muitos anos trabalhou nas linhas, conhecendo todos da região, considera o povo acolhedor e gosta das conversas que tem quando se encontram.

Conheceu um sitiante que abriu o sitio com o dinheiro da caça. Isto em 77 tinha muita paca, jacutinga, porco, veado, anta, pássaros, com isso conseguia o seu sustento e conseguia manter o sitio, podendo abrir a mata conforme exigência o INCRA.

Hoje houve diminuição da caça, por causa da caça desenfreada que houve durante anos, e depois porque quem ainda tem uma mata procura cuidar para que não invadam para caçar os animais, desta forma nestes lugares ainda se encontra alguns animais. Nos lugares onde não há proteção aos animais e os caçadores podem invadir, não há mais animais, pois eles fogem

para outras matas, com isso são se tornam presas fáceis, principalmente para os carros da estrada, quando tentam passar de um mata para outra, ou mesmo na facilidade de serem caçados quando estão no caminho de fuga.

Todo o desmatamento foi feito em função de tomar posse da terra, pois sem isso o INCRA tomava os lotes e dava para aquele que estava desmatando em maior quantidade. Depois o desmatamento tornou-se necessário para colocar o gado leiteiro, atividade que caracteriza a região. A opção pelo gado foi por causa da geografia do lugar, são terrenos acidentados, ou seja, com muitos altos e baixos dificultando a mecanização, mas propicio pra a criação de gado.

Não é uma região de muitos insetos que começaram a aparecer por causa de uma criação de carneiros do vizinho ao lado, mas é fase.

Borboletas, aranhas antes tinha mais, mas hoje pouco se vê. Nuvens de borboletas deixaram de passar à aproximadamente dez anos. Os beija-flores há muitos anos se vê. Os pássaros que passam são de época, quacho, anu preto, sanhasso não tem aparecido, pois não deixam frutas no quintal.

A vizinhança, muitas delas, foi embora, a maioria braçal (roça), o gado está no local aproximadamente 10 anos, com o desmembramento das terras muitos venderam. Hoje aquele que tem roça não consegue vender, pois quem tem uma grande plantação tem também tecnologia, e desta forma a concorrência é desleal, pois o comércio somente aceita os grãos que passaram por secadores e a grande maioria colhe no braço o produto de sua plantação. O que se diz é que o suor desvaloriza o produto do pequeno. Este é um dos fatores que vai tirando o pequeno agricultor da área rural. É muito trabalho e pouco lucro. Então são vários os fatores que impedem que as lavouras dos pequenos cresçam: o terreno acidentado que não permite mecanização, o preço pequeno pago pelo comércio local, por falta da utilização da tecnologia que os grandes utilizam. Quem não procurou outro modo de sobreviver, que foi a criação de gado, foi embora morar na periferia das cidades grandes (são encontrados em todas as cidades da região).

Depois de muitos anos aparecer um mutum, os macacos em casa que tem frutas em volta, eles aparecem para roubar.

As pessoas andam muito de moto, poucos andam a cavalo.

Terceira entrevista: Entrevistado C (86 anos), há trinta anos na região

De Treipú Alagoas, foi para São Paulo e depois Paraná, onde plantava café, amendoim, Novo Olímpto, perto de Tapira, o que tinha não dava para a família trabalhar. Como encontrou em Rondônia largueza. Chegou e encontrou mata, fez muita picada.

Tinha 57 alqueires, hoje totalmente desmembrado, somente 2 estão mexendo com a terra, os outros 12, um morreu, os outros venderam. Ele segurou muito a terra com a mata, mas os filhos diziam que enquanto tiver mato eu derrubo, desta forma não podendo nem dormir passou tudo para ele. Gostava muito da terra, por causa do clima, vivia resfriado no Paraná, depois se curou.

Ainda hoje, de vez em quando passa uma onça, antes era difícil ver perto da casa, se via pouco, mas fora tinha muito. Nunca caçou, nem pescou.

O clima, acha que está chovendo menos.

Cria um gadinho, mas toda vida ele plantou milho.

Foi entrevistado o filho do Entrevistado C, que mora vizinho dele e cuida do velho pai, desde que a mãe morreu (há dois anos, ficou doente na cama por 6 anos)

O entrevistado fala que as amizades que tinha quando chegou, hoje estão todos de cabeça branca, envelhecimento precoce.

Á vinte anos atrás tinha mais condições de trabalhar, hoje não tem mais. Quando chegou queria plantar algodão, mas a chuva estragava tudo, não tinha animal para trabalhar a terra, o maquinário não dava para usar por causa dos terrenos acidentados, então deixou de tentar.

Os filhos não puderam estudar, aprenderam um pouquinho, estudaram até a quarta série, as escolas eram muito longe.

A EAF nunca trouxe qualquer benefício para a sua terra. Nunca apareceram para ajudar no manejo da terra. Os filhos já chegaram adultos e os netos não estudam na escola.

Vive sossegado na sua terra, não pode sair, pois tem problema de um passamento, cai de repente.

Veio da Paraíba para o estado de S.P.

O lugar ajudou muito na manutenção da saúde da família, apesar dos problemas da falta de recursos da cidade na área da saúde.

As doenças foram poucas, somente uma pegou malária, pois viva na beira do rio.

Tem riacho na terra e a água da casa vem de mina.

Encontrou bico de jaca, cobra, foi picado. Hoje são poucas as cobras, antes tinha bastante, havia até um cemitério para elas, papa ovo, salamandra. Espinha de cobra era pior do que a dentada.

Em uma roçada, quando bateu no pé de assa peixe, viu balangar na árvore, ela vinha descendo, bateu bastante, parecia almofada, ródia dela, picou a perna dele. Ele viu sangue preto, ele não é meu, depois viu sangue vermelho, disse esse é meu. Bateu bastante na ródia, ela levantou a cabeça e mostrou os dentes. Percebeu que era uma cobra que não conhecia. Ele conhece muitos tipos de cobra, aqui só não tem cascavel. A cobra que viu observou que não era urutu, nem cascavel, mesmo tendo a malha, a cor era aproximadamente cinza, o rabo grosso parecendo sabugo de milho, diferença dela para outras cobras era o rabo. Até a jaracuçu, foi morta uma há quatro anos aqui, há aproximadamente 4 anos. Sucuri já foi morta na sua terra, dentro do café.

Bico de jaca é mal, ele fica esperando e ataca. Foi para o hospital com a picada e depois ficou com coceira. Ele não sentiu a picada, o local ficou anestesiado, mas espremeu enquanto tinha sangue preto. Hoje não quero saber de cobra.

Entrevistado C gostou de lembrar o passado, ficou feliz. Gosta de receber visita.

Ele é surdo, não acostuma com o aparelho, faz zueira, tem que ter paciência tirar e colocar.

Tem problema na próstata, o medico não quer operar, ele tem muita quintura na perna.

Tem filhos na cidade, tanto em Rondônia quanto no Mato Grosso, mas não quer sair da terra, apesar de nada ter, pois passou tudo para os filhos. Sente muito não ter mais mato. Hoje no Paraná de onde saiu tudo mudou, nem o local de sua casa encontrou, hoje está sozinho, mora só.

Querida morrer da doença que faz ele cair, pois nada iria sentir, seria muito rápido, não quer dar trabalho aos outros, ele repete varias vezes. Sei que vou dar trabalho.

Toma muito remédio, pois o chão em volta da casa está forrado de cartelinhas de comprimidos.

Veio da Paraíba pelo rio São Francisco

Quarta entrevista: Entrevistado **D**, filho do Sr. Alfredo

Tem 30 anos na região, 8 filhos, o máximo que chegaram foi até a oitava série. A EAF não foi utilizada por nenhum dos seus filhos.

Ninguém da EAF foi até ele. Não gosta de associação, acha que só querem dinheiro, já tentou participar, mas não gosta, pois acha que não tem futuro.

O filho trabalha fora, tem 10 alqueires, até gosta do local. O que desanima é que planta e não consegue vender. Há dez doze anos o feijão tinha preço, hoje não. Desmatou o que pode (mostrou-se desconfiado com a pergunta sobre o desmatamento). Fica nervoso somente em se falar sobre desmatamento. O governo não quer que o povo trabalhe, mas que vire ladrão em S.P. Vai acertar o rio, por que não gosta que fique cutucando, tem uma mata espalhada, em volta do Corguinho, tem peixinho pequeno, ele é limpinho. A água da cada vem de mina, água boa. A esposa veio do Paraná, Japurá. Casaram no Paraná e foram para Rondônia, diz-se acostumada com o local, mas não diz que gosta.

Quando chegou não gostava do local, mas ficou com dó de deixar os pais e os irmãos sozinhos. Veio para ajudar os irmãos a derrubar a mata para não perderem os lotes para o INCRA. Naquele tempo era animado, tudo que produzia tinha preço. Quem juntou terra fez a vida, mas quem ficou somente trabalhando sua terra acabou somente perdendo.

As pessoas que não venderam até agora, ele diz que não vai para a cidade, e aqueles que querem vender só não vendem porque ninguém quer comprar.

Vendem para ir para a cidade, o mato praticamente não é dele. Não podem derrubar nada e ainda tem que reflorestar. Se fosse hoje ele não comprava nada de terra.

Diminuiu muito os animais da região, nunca caçou, via muita paca, anta. Os pássaros continuam, os macacos sempre passam, não invadem a casa, mas as roças de milho eles invadem. Tem pouca mata, é outra a aproximadamente 500 metros, vê os animais passando de um lado para o outro.

Quinta Entrevista: entrevistado **E**

Casal com dois filhos, vinha a pé limpando arroz na serra quebrou a perna, isto em Sta Catarina, onde casaram, há 50 anos. Quando chegou em Rondônia, com uma prótese de madeira, que ele mesmo fez, não troca por uma prótese anatômica. Ele é gaúcho. Quando perguntei se gosta de Colorado ele se emociona, quase chora, enquanto isto a esposa fala sobre a vida na zona rural, e tiveram que deixar a roça para levar os netos para a escola, depois que estavam encaminhados, voltaram para a zona rural. A terra que tinham era ruim de trabalhar, chegaram encontrou somente mata. O INCRA não queria vender a terra para ele, pois tinha perna de pau,, então teve que mostrar que tinha tido terra a vida toda no Paraná. Então ofereceram para ele uma terra bem longe da estrada, faz 34 anos que mora no local, nunca faltou nada, tinha 58 alqueires, ficou doente (3 cirurgias), venderam para o tratamento, para pessoas da região. O costume do Paraná era um pedacinho de terra para cada um, bastante vizinho, o INCRA queria vender uma grande fazenda, ele não quis, pois não teria como cuidar. A parte que tem água está totalmente preservada, água boa, a que tomam é de mina, encanada. Tem muitos moro local muito bonito. As mudanças vistas, e que antes ninguém tinha nenhum animal, eles trouxeram uma mula e uma vaquinha, hoje tem água encanada, energia, muito leite. Tinha reservado mogno que não queria derrubar, mas madeiros vieram e derrubaram. Havia muita paca, ele comia mais carne de caça do que outra coisa, até hoje tem uma mata onde encontra alguns bichinhos, antes tinha cateto, paca, anta, veadinho.se aparecer sempre tem um caçador. Os macacos e até os bugius em tempo de manga e mexerica, eles começam a chegar, não se sentem ameaçados, jacutinga, passarinho, tem mutum, mas não são muitos. Tem que estar cuidando, pois é muito importante fazer pressão para preservar. Os cachorros acabam com tudo, eles limpam tudo assustam os animais.diminuiu no geral muito os animais, mesmo tentando manter a área preservada.

Os animais (macacos) passam pelo fio de arame para ir de um lugar para outro, isto porque não tem continuação a mata. Os tucaninhos pequenos eles acabam com os ninhos de passarinhos, são bandidos, eles se alimentam dos ovos dos outros, aparecem em bando.

Criam gado, tem bastante plantação, cacau, café feijão, arroz milho, mandioca. No início plantou somente café, colheu 350 sacas, ao tentar vender em VHA, o pessoal disse que tinha carvão e roubaram metade do café, então desanimou, pois não conheço todos os meus direitos. Hoje é melhor comprar do que plantar e tentar vender, não dá dinheiro, paga-se para trabalhar, tem que ter uma renda senão não sustenta o capital que tem. Até que os filhos estudam por perto, mas quando precisam estudar fora fica difícil, pois tem que largar tudo.

Tem um neto formado na escola, e hoje está fazendo zootecnia, os jovens estão acompanhando, não estão ficando no sítio, eles se formam e vão embora. O neto trabalha em Vilhena, ajuda o pai, em outra área, ele aplica todo o conhecimento na terra. A escola somente por existir na região melhorou bastante ele vai ter uma família melhor e um jeito melhor para sair.

Tem 3 netos formados em escola agrícola, um no Paraná, outro trabalha como mecânico, outro se formando em zootecnia. A vantagem do estudo, é que da oportunidade de crescimento. No inicio não tinha como passar, era difícil.

Queremos melhorar nosso gado, nossas coisas, o que temos estamos trocando, fazendo inseminação, mas tateamos no escuro, pois não temos noção daquilo que é bom.

Sexta Entrevista: Entrevistado F:

Colorado está com mais ou menos 22 anos, passou a município em 83, o primeiro prefeito foi Maicon Donadon, mostrando um rabo duplo de tatu que foi guardado, por ser muito raro. Chegou em 76 na segunda entrega de terra, é procedente do Paraná, mas é catarinense, chegou no Paraná já casado e se transferiu com os dois filhos para Rondônia, se mudou devido a grande propaganda do El dourado.

Sr. A diz: um terreno no centro da cidade de Colorado era trocado por um litro de cachaça. Quem chegou na época não teve noção do quanto a região poderia crescer.

Quando chegou achou tudo muito difícil, pegou 40 alqueires, gostou muito do local. Achou que somente com a ajuda do governo poderia se desenvolver. Quando surgiu o financiamento para a lavoura. O milho colhido foi deixado apodrecer. Teve que tirar dinheiro do bolso para pagar a sacaria e o frete, mas o valor não compensava, então nunca mais fez financiamento. Os juros eram muito altos. Como o local era rico em grãos, não se lembravam que Colorado também plantavam, então se trocava uma saca de feijão por um litro de óleo, ou um litro de arroz, desde então planta somente para o consumo interno e em 94 com o financiamento do gado, ele comprou e pagou o financiamento com a produção de leite.

Vizinho foi embora, pois não gostava de Colorado, ele só pretende sair morto, gosta muito do local, mora com 2 netos, os filhos são em oito e a terra foi desmembrada somente para dois. Dois oitos dois não mexem com terra.

O curtume incomoda muito, mas não sente mais devido o costume. Com a abertura da mata não tem mais animais, antes tinha anta, cateto, veado. As plantações de mandioca estão sendo invadidas (há 20 anos atrás não aparecia o testa de ferro – tatu peba) agora aumentou muito. O pessoal não come esse tatu, e ele aumentou muito, a plantação era atacada por muita lagarta, o feijão atacada por merla, o pulgão, agora a cigarrinha tem aparecido muito. Há aproximadamente 12 anos, tem aparecido cigarrinha, não gosta muito da braquiara, o colônio não agüenta a seca. O gado precisa de muito cuidado, pois há muito berne, carrapato. Tem um Corguinho, com peixes pequenos, bagre e a traíra tem aparecido há aproximadamente 4 a 2 anos, não se sabe da onde vem. Não há mata ciliar, o que se encontra são pequenas árvores. Ninguém ainda veio verificar, mas até janeiro eles avisaram que virão verificar. Se tiver que reflorestar tem que fazer, mas ele acha que não fará.

Macacos 4 a 5 espécies , mas eles não aparecem sempre, de vez em quando aparece um no pé de manga, subiu no poste e levou um choque, teve que ser tirado. Tem um pedaço de mata que continua com outra mata fechada depois ela se torna aberta. O que ele tem é somente um bloquinho de mata. Vai até aproximadamente 15 alqueires depois mil metros desmatado e começa outra mata. Os animais têm que atravessar de uma para outra. As aberturas não são roças, são capoeiras, pastagens

A bico de jaca não conhecia, mas nunca teve acidente com a família. As doenças não foram importantes, a esposa doente por ulcera varicosa, mas a malária nunca pegou ninguém, a dengue não chegou até sua terra. Leishmnirose não se viu mais na região. Somente um filho teve malária.

Colorado não é região para plantação de cana, pois é muito acidentado, mas pode atingir os municípios vizinhos (Cerejeiras, Pimenteiras e Cabixi), assim como o curtume vai gerar emprego, seria uma renda à mais para o município. Hoje os vizinhos estão produzindo grãos, como a soja. A cana de açúcar vai ser viável no local. Muita gente não tem lugar para

trabalhar, as pessoas que virão para as usinas de cana virão para morar, isto fará com que corra dinheiro na região. Quanto aos problemas que podem advir pela plantação não seria tão importante quanto à possibilidade de desenvolvimento.

Colhe-se 20 a 30 sacas de feijão. Pergunta-se se é de secador, senão for não aceitam. Pode ser o feijão mais bonito que for, não tem valor no comércio. O vizinho tem uns 20 sacos de feijão da colheita passada, mas como não passou no secador não consegue vender. O prejuízo é grande com a plantação, o custo é alto demais para continuar plantando grãos, o veneno é caro, tem que pagar o peão, a EMATER fornece o feijão, mas no final não tem valor o produto no mercado.

Sétima e oitava entrevistadas: Entrevistado **G** e o jovem entrevistado **H**, filho de parteira, nasceu em Colorado, faz 15 anos que mora em sítio na região.

Entrevistado G é Professor de matemática de Escola Estadual, tem 44 anos, 3 filhos e dois netos, fez Faculdade através da extensão da UNIR, chegou em 75 de Itamaraju, região do prado, região do cacau, vieram plantar cacau, lavoura branca, que era o que plantava na Bahia, mas não conseguiam sobreviver, perto do curtume ao lado, conseguiram um pedaço de terra, em 80 seu pai se separou e sua mãe ficou na terra, começou a estudar com 12 anos, pois tiveram que esperar a escola ser construída para poder estudar. Teve muita dificuldade para estudar, trabalhava muito para manter o estudo. No momento não tem terra, pois a terra é da mãe, são em sete irmãos, destes 3 tem terras, os outros não mexem com terra. Vendeu sua área porque ela três 3 alqueires de água e por isso há quatro meses se livrou da terra para não ter que plantar a mata ciliar que não tinha. Com o dinheiro vai construir um salão de beleza para a esposa.

O rio que passa pela terra de sua mãe no rio maltrato, os peixes eram poucos mais sadios, com a falta de mata ciliar o córrego mudou de leito, o INCRA mandava derrubar para conservar a área. O INCRA dizia que não podia deixar nada com cerca de dois metros de altura. As grandes derrubadas trouxe a falta de alimentação, o imigrante de fora trouxe o cachorro que espantava os animais, surgiu a falta dos animais. Pegaram a terra em 75 em 78 tinham derrubado 33 alqueires, haviam 33 famílias na linha 1, onde estavam todo o pessoal. Começaram chegar as meninas e os rapazes todos casaram e ganhavam terra e ai foi surgindo a linha 01. 02. 03, toda a formação do pessoal que chegaram casavam para entrar na terra, pega pelo INCRA. Quando o pai chegou a terra já estava cheia de asapeixe, considerado praga, mas era da própria terra. Tinha que plantar a lavoura e derrubar o outro. Nos anos 80, começou a plantar o colonhão (veio de outra região) para receber o gado. Com o colonhão na terra, a área que não era cultivada, foi ficando somente para colonhão. Para a plantação de subsistência, não havia prega, plantava o feijão, por exemplo, e depois tirava o matinho e depois colhia. O colonhão era plantado em covas com mudas, não se sabia que se podia plantar a semente. Em 78 começou a notícia do café, e plantou 12 mil covas de café, em 81 o café Sumatra estava bem adaptado, mas o café não sendo própria ele dava muito novo. Depois plantaram o canilon que era mais resistência. As plantações de subsistência sempre eram feitas em terra nova, como tinha todo o lote e como era obrigado a abrir então plantava arroz um ano, no ano seguinte ele não produzia mais, então ele era plantado em área nova.

Os agrotóxicos começaram a ser utilizados no caso de feijão em 84 a 85, antes dessa data não dava lagarta nem melava. Era só plantar na época certa e colher. Hoje somente em cima do agrotóxico para manter a plantação. O veneno tem que ser colocado até antes da plantação.

Quando tinha o sapeixe era só derrubar de depois plantava. Hoje não se acha mais asapeixe. O cololhão o asapeixe toma conta. Típico da terra, mas faz aproximadamente dez anos, o braquiarão elimina o sapeixe. O sapeixe e o pé de galinha é um ótimo remédio para a gripe, pois a raiz faz-se um chá amargo e limpa as vias aéreas superiores, faz parte dos remédios da pastoral da saúde. Tanto faz a braquiara como o colonhão se tem asapeixe e isola o pasto ele mata o asapeixe, mas se o gado está em cima o asapeixe toma conta.

As abelhas eram muitas de vários tipos, hoje se vê muita Europa (Africana), somente ela. Acha-se ainda a jataizinho na mata 46 alqueires 10 sem mexer, mas tem mata ciliar e tem alguns animais, pois próximo do asfalto as pessoas caçam mesmo, a mata esta interligada cerca de mais de 50 alqueires de mata e com o reflorestamento, sentiu a diminuição, mas percebeu que com a proibição da caça eles estão voltando.

Não observaram diferença nos animais da região, houve o aparecimento de anu branco que não existia na região, veio de outro setor, mas há 15 anos, não tinha. Outro passarinho que não tinha é a juriti, eles dependem de capoeira e no início não tinham a voante do nordeste e esta aumentando nesta região. Quinze a vinte anos que não se via um tamanduá bandeira, e a três anos ele bateu o carro em um, ainda tem na zero eixo linha 4. O tatu pisqui, o canastra, desapareceu, nesta região sumiu a anta. Elas estão migrando de uma mata para outra fugindo dos caçadores que invadem as fazendas que os donos não impedem a caça. Os quatis são poucos, os que andam de dois sumiram estão somente aqueles que andam em bando. A jaguatirica desapareceu. O tatu peba aumentou muito, o tatu galinha desapareceu.

As cidades vizinhas ou mesmo da linha 6, 8 os lotes eram abandonados por causa da malária, mas ao abrir ela foi sumindo. Os donos de lotes grandes ficavam na cidade e o empregado ficava lá cuidando e ficava doente. A leishmaniose era freqüente, hoje diminuiu muito com o desmatamento.

Desenvolvimento e plantação de cana vêm como um ponto de desenvolvimento do município e emprego para os jovens.

Não tem noção do que a região poderia oferecer que fosse se desenvolver sem maltratar a terra ou o meio ambiente, acha que para preservar deve trazer indústria. Mesmo o curtume vê que para o meio ambiente é ruim, mas para o povo é bom.

A condição de trabalho acha primordial, mas acha que a fiscalização deve ser efetiva e eficaz para que não haja prejuízo do meio ambiente.

Na cidade somente vai ficar somente aqueles que são obrigadas a ficar. Todos os lugares que vai encontram alunos, muitos em Colniza, Sta Luzia, Buritis. Eles continuam ligando para saber como está a cidade.

Quando as escolas começaram nas linhas em cerca de 15 km, no meio do caminho o ônibus estava cheio, hoje nesses 15 km somente uma Kombi serve para buscar os alunos da escola. A má administração da cidade, essa plantação de mata ciliar sendo obrigada.

Trouxeram da Bahia desde a rama da mandioca, o cacau, e mudas de todos os tipos para plantar na terra nova.

ANEXO VII

Ofício convidando a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste para participar do
-Projeto Reserva Legal”



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Ofício nº 372/2008-1ªPJ

Colorado do Oeste/RO, 19 de junho de 2008.

Assunto: Projeto.

Senhor Chefe,

Ao tempo de cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Senhoria cópia do projeto "Reserva Legal", para que nos informe se essa Instituição tem interesse em fazer parte na sua execução.

Aguardo resposta no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento deste.

Atenciosamente,


JOSIANE ALESSANDRA M. ROSSI
Promotora de Justiça

Ao
Ilustríssimo Senhor
JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
MD. Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal
COLORADO DO OESTE - RO

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4043 - Centro - CEP 78.996-000 - Colorado do Oeste/RO ☎ e Fax (69) 3341-2866 - 3883

*Recebido
25/06/08
Jh*



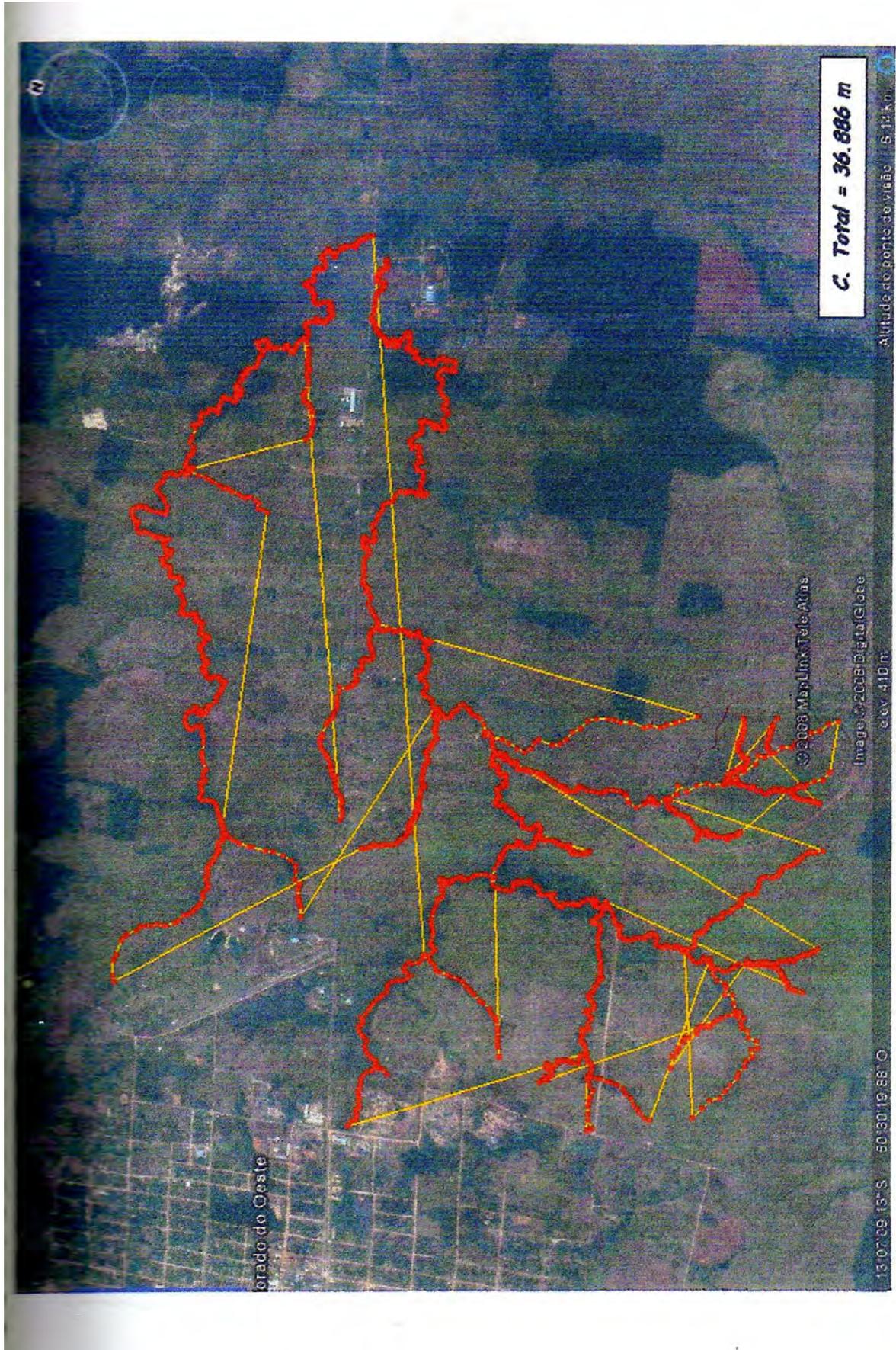
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE-RO

Rod. 399 – km 05 – Zona Rural – Cx. Postal 51 / Colorado do Oeste-RO / Cep: 78.996-000
Fone: (69)3341-7800 – Fax: (69) 3341-2644 E-mail: eafco@eafco.gov.br

**PROJETO DE RECOMPOSIÇÃO DE MATAS CILIARES DO CÓRREGO “DA
EAFCO-RO”**

Ficha de Cadastro dos Proprietários Rurais Abrangidos pelo Projeto

Nome do Proprietário:		
RG:	Órgão Expedidor:	Data de Expedição:
Endereço:		
Renda Familiar: () < 1 salário mínimo () > 1 e < 3 salários mínimos () > 3 e < 5 salários mínimos () > 5 salários mínimos		
Coordenadas Geográficas:		Registro do Imóvel:
Principais Atividades de Produção:		
Classificação do Curso D'água: () Nascente () Olho d'água () Igarapé () Área alagada		
Uso Atual da água no Imóvel: () Irrigação () Piscicultura () Geração de energia () Pecuária () Outros		
Área Total do Imóvel (alqueire):		Área a ser Recomposta (alqueire):
Situação Ambiental do Imóvel (Erosão nas proximidades do Córrego): () Ausência () Presença de Erosão		
Situação das Matas Ciliares do Imóvel: () Bem Conservadas () Degradação Média () Inexistentes		
Situação Atual do Córrego no Imóvel () Normal () Assorçado () Barrancado () Assoreado e barrancado		
Outras informações:		
Assinatura do Proprietário		
Entrevistador/Assinatura		
Local/data		





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO D'OESTE**

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2008, às 14h30m, na sede da Promotoria de Justiça desta Comarca de Colorado do Oeste/RO, estiveram reunidos a **Dr^a Promotora de Justiça Josiane Alessandra Mariano Rossi**, e o **Sr. Orlando da Silva**, representante da **SEDAM**, **UBERLANDO TIBURTINO LEITE**, representando a **ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE**, **IVO ROSSAROLLA**, representante da **Madeiraira Rondinha**, **JACIR BALBINOT**, representante da **Madeiraira Camaru**, e **CLAUDECIR QUIEL PEDRO**, representante do **Curtume Independência S/A**.

Aberto os trabalhos, constatou-se a presença dos acima nominados, oportunidade em que foram tratados os seguintes assuntos:

- 1- Foi esclarecido pela SEDAM, ESCOLA AGROTÉCNICA e MINISTÉRIO PÚBLICO aos demais presentes sobre o Projeto da Recuperação das Margens do Igarapé do Hermes, bem como a necessidade da realização de cerca de isolamento de 30 metros de cada lado de suas margens até o dia 10 de novembro de 2.008, pelos proprietários dos lotes que estão no curso do referido igarapé;
- 2- Informado ainda que, foi detectado pela ESCOLA AGROTÉCNICA a existência de onze proprietários muito carentes, que não tem condições de construir a referida cerca de isolamento;
- 3- Assim, os representantes das Madeiras Rondinha, Camaru e Curtume Independência solicitaram prazo até o dia 29 de setembro de 2.008, para verificar a possibilidade de doação de palanques e arame aos proprietários carentes conforme quantidades constatadas no ofício n.º 363 da Escola Agrotécnica, que os referidos representantes levaram cópia.


JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
Promotora de Justiça


ORLANDO DA SILVA
Representante da SEDAM



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO D'OESTE**

[Handwritten signature]
UBERLANDO TIBURTINO LEITE
Representante da EAFCO/RO

[Handwritten signature]
IVO ROSSAROLLA
Representante da Rondinha

[Handwritten signature]
JACIR BALBINOT
Representante da Camaru

[Handwritten signature]
CLAUDECIR QUIEL PEDRO
Representante do Independência

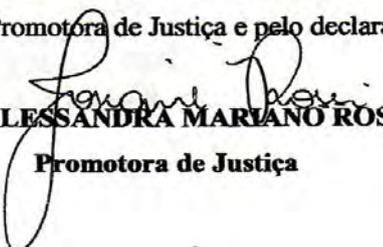


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 20 dias do mês de novembro de 2008, às 09:40 horas, no prédio da Promotoria de Justiça, nesta cidade e comarca, onde presente se encontrava a **Dr^a. JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI** – Promotora de Justiça, comparecera o Sr. ANTONIO DE FREITAS, brasileiro,convivente, lavrador, inscrito no RG 457.921-02 SSP/RO, residente na Rua Tupi nº 3480, nesta cidade de Colorado do Oeste/RO, celular nº 69-8125-5088, ocasião em que, sob o compromisso de dizer a verdade, declarou:

“QUE, o declarante está nesta Promotoria de Justiça, o qual assinou o T.A.C, para preservação do Rio Hermes, sendo que a propriedade fica localizada no endereço acima citado; QUE, neste T.A.C. foi fixado prazo até o dia 10 do mês de novembro para serem cumpridas suas cláusulas; Questionado por qual motivo não compareceu no prazo no dia determinado a esta Promotoria, o declarante respondeu que acreditava ser hoje o vencimento do prazo; QUE o representante da Escola Agrotécnica ainda não foi até a propriedade do declarante para fazer a demarcação do local; QUE o declarante não tem condições de comprar o material (arame, madeiras) utilizado para a construção da cerca, impossibilitando assim de cumprir o referido T.A.C; QUE aguarda a doação destes materiais que serão fornecidos pelo Curtume e pela Escola Agrotécnica; QUE, necessita da prorrogação do prazo estipulado”. Nada mais, vai o presente assinado pela Promotora de Justiça e pelo declarante.


JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
Promotora de Justiça

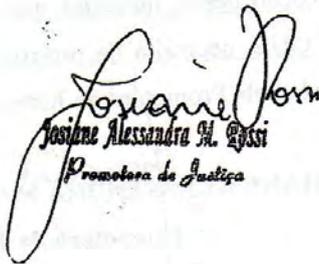
Declarante



Concede o prazo de ^{mais} 15 dias para o
término do curso de readaptação (04/03/09).

Quanto à decisão do arame, o felicita-
te devido a presença e Prof. Uberlândia.

Em, 20/11/08


Josiane Alessandra M. Rossi
Promotora de Justiça

Antônio de Freitas

ANEXO VIII

Projeto Reserva Legal, proveniente do Ministério Público do Estado de Rondônia -
Promotoria de Justiça/ 2008



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

PROJETO RESERVA LEGAL

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Constituição Federal de 1988)

1. Identificação

Instituições Responsáveis pelo Projeto: Ministério Público e Sedam.

Instituições Parceiras: Emater, Idaron, Associação dos Produtores Rurais, Banco do Brasil, Bradesco, Sicredi, GTEA, Seduc, Escola Agrotécnica Federal e Cartórios Extrajudiciais.

2. Introdução

Considerando a política agrícola do Estado de Rondônia na década de 70, na qual, era dono da terra aquele que mais desmatasse e explorasse irracionalmente os recursos naturais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

Na Comarca de Colorado do Oeste, que abrange os municípios de Colorado do Oeste, Cabixi e Corumbiara, também ocorreu este processo de degradação, com derrubadas desordenadas, queimadas, pastagens, etc.

Como conseqüência, uma grande área desta comarca ficou desprovida de cobertura vegetal, gerando mudanças climáticas, mortandade de animais, assoreamento, perda da biodiversidade, em razão da perda de espécies vegetais e animais, redução do volume e curso de águas e da qualidade do solo. Provocando problemas ambientais e sociais que afetam diretamente a vida da população.

É bom que se diga que a natureza jurídica da *reserva legal* se constitui em *limitação administrativa* em favor do bem comum que é a utilização racional dos recursos naturais e o meio ambiente em sentido lato, porquanto, diferentemente da *desapropriação*, não retira ela o caráter econômico da propriedade, já que poderá eventualmente ser utilizada mediante o manejo adequado e previamente¹ aprovado.

Tanto assim, que o próprio Código Florestal¹, a Lei Agrícola, e, posteriormente a MP 2166-67, além de estabelecerem referida obrigação, já mencionavam a necessidade da averbação, consoante o art. 225, da CF/88, donde segue-se, como corolário a reafirmação aos princípios da *sustentabilidade*, do *poluidor-pagador*, da *prevenção-precaução* e da *participação*.

Pela legislação acima, denota-se também, que foi outorgada ao órgão ambiental a atribuição de definir a melhor localização da *reserva legal* na propriedade, tanto quando procurado pelo empreendedor para o licenciamento ambiental² - obrigatório desde a CF/88 -, como também por composição com o próprio interessado, através de termo de ajustamento de conduta.

Ademais, cumpre registrar que referidos dispositivos encontram-se em sintonia com a Constituição Federal, quando referida Carta, ao mencionar os espaços territoriais especialmente protegidos, faz clara alusão à *reserva florestal legal* (art. 225, § 1º, da CF/88). E, de acordo com a lição do professor Paulo Leme Machado³, a *reserva legal*:

¹ Art. 16, da Lei nº 4.771/65, com as modificações da Lei nº 7.803/89 e MP 2166-67 (Emenda Const. 32/01).

² Resolução nº 237/97, que tornou obrigatório o licenciamento ambiental em propriedade agrícola.

³ Direito Ambiental Brasileiro, 4ª ed., Malheiros, 1992, pg. 435.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

decorre de normas legais que limitam o direito de propriedade, da mesma forma que as florestas e demais formas de vegetação permanente previstas, também, na Lei nº 4.771/65 (Código Florestal). Diferenciam-se no que concerne à dominialidade, pois a Reserva Florestal Legal do art. 16 e do art. 44 do Código Florestal somente incide sob o domínio privado, sendo que as Áreas de Preservação Permanente incidem sobre o domínio privado e público.

Destaca-se que, se não bastasse a CF/88 estabelecer que o meio ambiente é bem de uso comum, e que a Amazônia é patrimônio nacional, o Código Florestal de 1934 já previa a reserva legal e o Código de 1965 também estabeleceu:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Registre-se, por imperioso, que tais interesses públicos são representados pela necessidade de preservação do meio ambiente – *bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida de todo ser vivo* –, ou seja, do patrimônio nacional em que se constitui a Amazônia (art. 225, § 4º, da CF/88), sendo essa limitação perfeitamente legítima, pois os interesses coletivos devem prevalecer.

Em acréscimo, ressalte-se que em se tratando de bem de uso comum do povo que deve ser preservado para as presentes e futuras gerações e que ninguém tem privilégio na sua fruição, assume relevância como já mencionado, o princípio da sustentabilidade, consubstanciado não só no art. 225, da CF/88, mas também quando referida Carta afirma como princípio da ordem econômica e social, a efetiva proteção do meio ambiente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

Em assonância, outrossim, a Constituição Federal ainda estabelece que a *ordem econômica e social*⁴ tem por princípio a *função social da propriedade*⁵, e essa *função social* também só é devidamente equacionada quando a propriedade atende, dentre outros, o requisito da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do *meio ambiente*, consoante artigo 186, inciso II.

Por outro lado, acrescenta-se que recentemente, o Código Civil⁶ veio a ratificar o referido princípio ao estabelecer dispositivo semelhante no artigo 1.228, § 1º, que ficou redigido assim:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la.
§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Verifica-se, destarte, que há muito já se abandonou o princípio absoluto da propriedade, onde o domínio se estendia em profundidade *usque ad inferos* e em altura *usque ad sidera*, do céu ao inferno - *usque ad inferos, usque ad sidera*⁷. Não se concebe, portanto, mormente em tema de meio ambiente, que o direito de propriedade assuma contornos absolutos.

Assim, parece ser de mediana clareza que as limitações decorrentes em prol do interesse comum, não podem ser tidas como interferência indébita no direito de propriedade, daí porque também de se dizer que não existe *direito adquirido* que possa ser invocado em matéria de ordem ambiental, porquanto as normas de direito ambiental são normas de ordem pública, interesse geral e de aplicação imediata, com notória prevalência sobre os interesses privados.

⁴ Art. 170, da CF.

⁵ Art. 170, inciso III, da CF.

⁶ Lei nº 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002.

⁷ RT 54/256.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

Registre-se que a obrigação de implementação e de averbação da *reserva legal* que existe desde 1965, não vem sendo cumprida. Isso é evidente e causa prejuízo ambiental. Outrossim, o trabalho de reflorestamento artificial das reservas, está previsto no artigo 99 da Lei 8.171/91 (Lei Agrícola), ou seja, desde 1991:

A partir do ano seguinte ao de promulgação desta Lei, obriga-se o proprietário rural, quando for o caso, a recompor em sua propriedade a Reserva Florestal Legal, prevista na Lei nº 4.771/65, com a nova redação dada pela Lei 7.803/89, mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um trinta avos da área total para complementar referida Reserva Florestal Legal (RFL).

Assim, o proprietário que não possui *reserva legal* tem a obrigação de demarcar e registrar a mesma, cessando exploração em sua área e possibilitando assim a regeneração natural. Além disso, tem a obrigação da regeneração artificial, à razão de 1/30 por ano, a contar de 1992 inclusive.

Por conseguinte, a instituição da *reserva legal* de 80% da propriedade, de acordo com o art. 16, I, do Código Florestal, com a redação dada pelo art. 1º, da MP 2166-67, e a averbação, por parte dos proprietários junto ao cartório do RI da Comarca, conforme art. 16, § 8º, do mesmo diploma legal, é obrigação de cunho real, que acompanha a coisa (propter rem) e se prende ao titular do direito real (proprietário ou possuidor).

Frente a este contexto, surge a importância da preservação, conservação e reflorestamento das áreas de reserva legal, objetivando manter o equilíbrio do meio ambiente.

3. Justificativa

Considerando que a reflorestamento e a conservação nas propriedades rurais da área de reserva legal é primordial para garantir a biodiversidade e o equilíbrio ecológico, o referido projeto tem por finalidade fazer com que todas as propriedades



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

rurais desta comarca tenham licenciamento ambiental, e via de conseqüência sua área de reserva legal averbada, reflorestada e conservada. Além de, despertar na população local o consciência da importância da preservação da referida área.

4. Objetivos

Geral – Recuperar e Conservar as áreas de Reserva Legal das propriedades rurais da Comarca de Colorado do Oeste.

Específicos:

- sensibilizar todos os produtores rurais da importância da recuperação e conservação da reserva legal;
- promover ações visando incentivar os produtores rurais a entrarem com o pedido de licenciamento ambiental;
- sensibilizar a comunidade em geral, sobre a importância do reflorestamento e da conservação das áreas de reserva legal.

5. Estratégias Metodológicas

- realizar reuniões com as entidades parceiras e formular palestras informativas, bem como meios de atuação;
- realizar audiências públicas, para conscientizar os produtores rurais, da importância da reserva legal, bem como da possibilidade de utilização da mesma;
- realizar levantamento das maiores propriedades rurais da Comarca e elaborar Termo de Ajustamento de Conduta com os referidos proprietários rurais objetivando o licenciamento ambiental, recuperação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a viabilidade de compensação ambiental;
- realizar junto às entidades de crédito e cartório extrajudicial, compromisso para a liberação de financiamentos e transferência de propriedades, somente com o ingresso do licenciamento ambiental;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO DO OESTE

- realizar palestras nas escolas e informativos junto aos meios de comunicação a fim de promover a educação ambiental;
- fiscalização nas propriedades a fim de verificar o cumprimento do acordado, bem como o efetivo cumprimento da reserva legal já averbada.

6. Avaliação:

A avaliação será feita ao final de cada ano de projeto, bem como na verificação do cumprimento dos termos de compromisso, com o envolvimento de todas as entidades participantes.

JOSIANE ALESSANDRA M. ROSSI
Promotora de Justiça

VALÉRIA GUMELLI CANESTRINI
Promotora de Justiça

ANEXO IX

Termo de Ajustamento de Conduta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO D'OESTE**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, através da Promotoria de Justiça de Colorado do Oeste, Primeira Titularidade, com atribuições na Curadoria do Meio Ambiente, neste ato representado pela Promotora de Justiça, **Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi**, e pessoas jurídicas de direito público abaixo elencadas, por seus representantes:

1. **ESCOLA AGROTÉCINA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE**, CNPJ nº 84.568.336/0001-45, localizada na RO 399, km 5, neste município de Colorado do Oeste/RO, neste ato, representada por **UBERLANDO TIBURTINO LEITE**, brasileira, funcionário público federal, nascido aos 26/05/1973, filho de Simão Tiburtino Leite e de Joana Martins de Araújo;

2. **SEDAM**, secretaria de desenvolvimento ambiental, através do seu representante em Colorado do Oeste, **ORLANDO SILVA**;

3. **[Nome]**, brasileiro, casado, agricultor, filho de **[Nome]** e **[Nome]**, residente e domiciliado na RO 399, **[Endereço]**.

doravante chamados de **COMPROMISSÁRIOS**, através do projeto que vem sendo desenvolvido neste município para a Recuperação da Matas Ciliares do Igarapé do Hermes, visando a adequação das normas ambientais para a recuperação de área ambiental degradada, celebram o presente

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA,

com natureza de título executivo extrajudicial, consubstanciado nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ISOLAMENTO DA ÁREA

O Sr. **[Nome]**, se compromete a construir cerca isolando área consistente em 30m de cada lado da margem do Igarapé do Hermes no percurso de sua propriedade, consistente no lote localizado na RO 399.

Av. Paulo de Assis, 4043 - Bairro Centro - CEP: 78.996-000 - Colorado d'Oeste/RO - Fone/Fax (69) 3341-2866





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO D'OESTE**

Escola Menino de Deus, tendo o prazo de até 10 de novembro de 2.008 para a conclusão do referido isolamento. Podendo ser deixado bebedouros de aproximadamente 5m de largura, a cada 20m de distância cada um.

CLÁUSULA SEGUNDA - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE

O Sr. se compromete a imediatamente cessar todas e quaisquer atividades que venham a degradar as faixas marginais do Igarapé do Hermes, dos córregos e nascentes de sua propriedade.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECUPERAÇÃO DA ÁREA

O Sr. se compromete a iniciar o processo de recuperação da área considerada de mata ciliar, realizando plantio de mudas fornecidas pela Escola Agrotécnica Federal, que deverão ser retiradas na Escola entre os dias 15 de novembro à 15 de dezembro de 2.008, finalizado a obrigação somente ao término do plantio das mudas consideradas necessárias para a área até 30 de janeiro de 2.009.

Caso o proprietário queira o acompanhamento da Escola Agrotécnica para auxílio no plantio das mudas, deverá agendar o dia na retirada das mudas.

CLÁUSULA QUARTA - ACOMPANHAMENTO

Com o objetivo de acompanhar o pactuado no presente termo de ajustamento, a Escola Agrotécnica irá verificar o isolamento da área no período de 10 à 15 de novembro/2.008, enviando relatórios a esta Promotoria de Justiça. Acompanhará e fornecerá auxílio no plantio das mudas, enviando relatórios até o mês de fevereiro.

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

A SEDAM irá fiscalizar a execução do projeto e o pactuado no presente Termo de Ajustamento, realizando visitas nas propriedades no mês de novembro e fevereiro/março, enviando relatórios à esta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA SEXTA - MULTA:

No caso de descumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas, fica estipulada, como CLÁUSULA PENAL, uma **multa diária de R\$ 100,00** (cem reais), a contar do primeiro dia após o vencimento da obrigação,

Av. Paulo de Assis, 4043 – Bairro Centro – CEP: 78.996-000 - Colorado d'Oeste/RO - Fone/Fax (69) 3341-2866



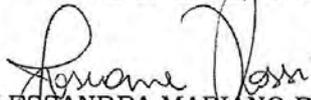


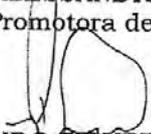
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLORADO D'OESTE

acrescida de juros e correção monetária, a ser exigida de imediato do inadimplente, em regular processo de execução, sem necessidade de qualquer intimação, notificação ou interpelação, a qual, será revertida ao projeto de recuperação do Igarapé do Hermes, através da SEDAM e Escola Agrotécnica, sem prejuízo da execução do presente compromisso, o qual desfrutará de eficácia de título executivo extrajudicial, também independente de qualquer notificação, intimação ou interpretação judicial.

O presente termo de ajustamento produzirá efeitos legais, conforme a legislação e regulamentação pertinente.

Colorado do Oeste, 08 de setembro de 2008.


JOSIANE ALESSANDRA MARIANO ROSSI
Promotora de Justiça


UBERLANDO TIBURTINO LEITE
Representante Escola Agrotécnica


ORLANDO DA SILVA
Representante SEDAM


SMAO
Proprietário

ANEXO X

Modelo do Questionário Aplicado sobre as Questões Ambientais no Cotidiano Escolar.

Questionário para a Dissertação de mestrado em Educação Ambiental da Professora Neiva Moreira do IFRO - Campus Colorado do Oeste/Ro.

Identificação do curso e turma (ano) que participa dentro do IFRO – Campus Colorado do Oeste.

.....
.

OBJETIVO: A contextualização da Educação ambiental administrada pelos profissionais de ensino do IFRO Campus Colorado do Oeste.

1. Dentre os seus professores, quantos pertencem à região em torno do IFRO Campus Colorado do Oeste?

Nº. DE PROFESSORES.....

2. O cotidiano da vida rural faz parte das discussões dentro das disciplinas na sala de aula?

SIM	
NÃO	

3. As considerações feitas sobre sua vivência na zona rural se transformam em tema para suas aulas?

SIM	
NÃO	

4. Os temas das discussões em sala sobre a região de onde você veio servem também de tema para realização de trabalhos a serem divulgados para toda a Instituição de ensino?

SIM	
NÃO	

5. Como você observa o desenvolvimento da região em volta do IFRO – Campus Colorado do Oeste?

6. Como você classificaria sua relação com as pessoas que moram em volta do IFRO – Campus Colorado do Oeste?

7. Você tem noção de quais são as maiores preocupações dos proprietários rurais com relação aos problemas ambientais da região?

SIM	
NÃO	

8. Você tem noção de quais são os problemas que afligem os proprietários rurais da região onde você estuda ou mora?

SIM	
NÃO	

9. As propriedades do entorno do IFRO – Campus Colorado do Oeste prejudicam as atividades que ocorrem na região, ou mesmo na Instituição de Ensino?

SIM	
NÃO	

10. Qual o significado de Educação ambiental?

11. Quais são os principais problemas do meio ambiente do município?

12. Você tem desenvolvido algum trabalho com os professores na área de Educação Ambiental?

SIM	
NÃO	

13. Defina meio ambiente.

14. Em sua opinião quem são os responsáveis pelos problemas ambientais da região?

- PRODUTORES RURAIS
- OUTRAS PESSOAS
- O GOVERNO
- PRODUTORES E GOVERNO
- TODOS SÃO RESPONSÁVEIS
- NÃO SABE

- 15. Quem deveria resolver os problemas ambientais da região?**
 O GOVERNO
 OS PROUTORES RURAIS
 OS DOIS DEVEM RESOLVER JUNTOS
 NÃO SABE

16. Cite alguns animais que existem na mata da Instituição de ensino.

17. Conhece algum projeto na área ambiental em desenvolvimento na região:

18. Como você poderia colaborar na preservação ambiental da sua região ou da Instituição?

19. Há quantos anos mora na região?

20. O que faz com que continue morando no município de Colorado do Oeste?

21. Dê o motivo pelo qual iria embora do município.

MUITO OBRIGADA.